



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

EDSON JÚNIOR SILVA DA CRUZ

**DINÂMICAS FAMILIARES E REDE DE APOIO SOCIAL DE
ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E DE SUAS
FAMÍLIAS**

BELÉM – PARÁ

2014

EDSON JÚNIOR SILVA DA CRUZ

**Dinâmicas Familiares e Rede de Apoio Social de Adolescentes em Acolhimento
Institucional e de suas Famílias**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará, na área de concentração: Psicologia Clínica e Social, na linha de pesquisa: Psicologia, Sociedade e Saúde, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, sob a orientação e coorientação:
Prof. Dr. Janari da Silva Pedroso
Profa. Dra. Lilia Iêda Chaves Cavalcante

BELÉM –PA

2014

Edson Júnior Silva da Cruz

**Dinâmicas Familiares e Rede de Apoio Social de Adolescentes em Acolhimento
Institucional e de suas Famílias**

Belém (PA), 07 de novembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Janari da Silva Pedroso
Universidade Federal do Pará-UFPA
Orientador

Profa. Dra. Lilia Iêda Chaves Cavalcante
Universidade Federal do Pará-UFPA
Coorientadora

Prof. Dr. Agnaldo Garcia
Universidade Federal do Espírito Santo-UFES
Examinador externo

Profa. Dra. Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher-Maluschke
Universidade de Brasília-UnB
Examinadora externa

Profa. Dra. Airle Miranda de Souza
Universidade Federal do Pará-UFPA
Examinadora suplente

BELÉM – PARÁ
2014

Dados Internacional de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Cruz, Edson Júnior Silva da, 1989-

Dinâmicas familiares e rede de apoio social de adolescentes em acolhimento institucional e de suas famílias/ Edson Júnior Silva da Cruz. – 2014.

Orientador: Janari da Silva Pedroso.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, programa de Pós-Graduação em Psicologia, Belém, 2014.

1. Percepções. 2. Adolescentes. 3. Dinâmicas familiares. 4. Redes de apoio social. 5. Acolhimento institucional. I. Título.

CDD. 22. Ed.

Dedico ao Grande Arquiteto do Universo e à minha mãe como gratidão ao amor que me acolheu, à minha rede de apoio de irmãos e amigos construídos na trajetória da vida.

Agradecimentos

À Universidade Federal do Pará e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia que me acolheram.

À minha mãe, que sempre foi minha fortaleza estando ao meu lado nos momentos mais felizes e difíceis da minha vida. Por ter investido na minha formação pessoal e profissional ao longo destes anos, pela paciência e pelo carinho dedicado em diversos momentos. As minhas irmãs e meu irmão que no decorrer desses anos tiveram sempre ao meu lado dando o apoio necessário.

Ao meu mestre e orientador Janari da Silva Pedroso que me apresentou a Psicologia a partir da avaliação de desenvolvimento de bebês na Iniciação Científica, que embarcou no meu desejo de estudar adolescentes apresentando a dimensão da família e as complexidades das redes de apoio social e, também, pela paciência, dedicação, apoio, amizade, e por confiar no meu potencial e no nosso trabalho. Obrigado por tudo, serei eternamente grato.

À minha mestra Lilia Iêda Chaves Cavalcante que no início da vida acadêmica no Serviço social me encantou com os estudos sobre Acolhimento Institucional e me ensinou a amar o mundo acadêmico. Lhe agradeço por fazer parte da minha vida, pelo carinho que você tem comigo, pela dedicação, afeto, por ter me ensinado a importância de trabalhar em grupo e pela coorientação deste trabalho.

Aos meus amigos de longa jornada que acompanham minhas lutas, conquistas, derrotas, vitórias, frustrações e alegrias. Saibam que vocês são pessoas mais do que necessárias na minha vida, contem sempre comigo Marina Nobre, Caio Rocha, Suzane Santos, Renata Kétima, Andressa Hungria, Flávia Martins, Cristiano Oliveira, Gênesis

Laurénce, Suellen Alves, Marcela Ribeiro, Carla Alessandra, Lítala Andrade e Sávio Pismel.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia-PPGP e ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento-PPGTPC, em especial para àqueles com quem eu pude ter mais contatos como Flávia Cristina Silveira Lemos, Mauricio Rodrigues de Souza e Celina Maria Colino Magalhães.

Às professoras Débora Dalbosco Dell'Aglio/UFRGS e Maria Ângela Mattar Yunes/FURGS que participaram da qualificação do projeto e deram contribuições importantes para pesquisa.

Aos professores da banca examinadora da dissertação: Agnaldo Garcia, Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher-Maluschke, Airle Miranda de Souza que aceitaram participar desse momento e que com suas contribuições permitirão artigos com qualidade.

Aos amigos do Laboratório de Desenvolvimento e Saúde - LADS e do Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento - LED com quem dividi minhas experiências, frustrações, sonhos e conquistas. Um abraço forte para Amanda Costa, Claudia Leão, André Isaac, Laiane Corrêa, Michelly Oliveira, Rosana Ribeiro, Mayana Okada, Ana Claudia, Roberta Bandeira, Fernanda Isobe, Rafaela Fernandes, Telma Vitorina, Larissa Albuquerque, Daniela Reis e Lilian Cunha.

À CAPES pela concessão da bolsa de mestrado que muito ajudou na compra de livros e na realização da pesquisa como um todo.

Aos adolescentes e familiares participantes dessa pesquisa que se tornaram visíveis e me deram a oportunidade da escuta de suas histórias, sofrimentos e sonhos, que tive oportunidade de aprender e qualificar minha percepção sobre suas vidas.

Ao Núcleo de Estudo e Pesquisa de Acolhimento Institucional e Adoção (NEPAIA-UFPB) pelos estudos compartilhados com a temática do acolhimento.

“A vida de uma pessoa consiste num conjunto de acontecimentos, dos quais o último também poderia mudar o sentido de todo o conjunto”.

Ítalo Calvino

CRUZ, E. J. S. da. (2014). *Dinâmicas familiares e rede de apoio social de adolescentes em acolhimento institucional e de suas famílias* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará, Belém. 176p.

Resumo

Este estudo de natureza qualitativa aborda as percepções de familiares e adolescentes em acolhimento institucional acerca da rede de apoio social e das dinâmicas familiares. Fundamenta-se teoricamente em uma perspectiva sistêmica estudada a partir de uma revisão de narrativa da literatura que incluiu livros e artigos que abordavam as dinâmicas familiares, rede de apoio social e institucionalização. Utilizou-se o método de estudo de casos múltiplos. Primeiramente, objetivou-se conhecer as estruturas e dinâmicas familiares dos adolescentes. Para alcançar este propósito foi aplicado o genograma com quatro familiares, diário de campo e dados biodemográficos coletados em um formulário. Os resultados demonstraram que essas famílias são disfuncionais, pois se identificou diversas formas de violência na relação entre os seus membros e que não há clareza e definição dos papéis e fronteiras. Posteriormente, avaliou-se as percepções de cinco adolescentes (sendo uma dupla de irmãos gêmeos) e de quatro familiares a respeito das redes de apoio social. Foram utilizadas as entrevistas semiestruturadas, o mapa dos cinco campos e o diário de campo. Os resultados apontaram que os familiares são mais satisfeitos com as relações estabelecidas com o espaço de acolhimento do que seus filhos, entretanto houve um grau elevado de insatisfação com o campo escola, família e amigos e parentes, o que configurou uma rede de apoio frágil na vida desses familiares. Já os adolescentes apontaram com mais relevância as figuras adultas, principalmente a mãe, como principal apoio emocional; a escola e o espaço de acolhimento foram os locais com maiores graus de satisfação; o campo família teve o maior número de pessoas citadas, mas os adolescentes apresentaram concepções confusas sobre a família real e ideal, pois os mesmos relataram grandes conflitos nessa área, além do mais pode-se avaliar de uma forma geral que a rede de apoio desses adolescentes é pouca atuante e influente no desenvolvimento desses indivíduos. Portanto, é importante uma intervenção clínica e social para que essas pessoas adotem a prática da resiliência em suas vidas, com o intuito de diminuir ou amenizar os eventos estressores vivenciados.

Palavras-chave: Percepções. Adolescentes. Dinâmicas familiares. Redes de Apoio Social. Acolhimento institucional.

CRUZ, E. J. S. da. (2014). *Family dynamics and social support for adolescents in institutional care and their families network* (Master's thesis). Universidade Federal do Pará, Belém. 176p.

Abstract

This qualitative study addresses the perceptions of families and adolescents in residential care about the social support network and family dynamics. Theory is based on a systemic perspective study from a narrative review of the literature that included books and articles that addressed family dynamics, social support network and institutionalization. We used the method of multiple case study. Primarily aimed to meet the family structures and dynamics of adolescents. To achieve this purpose the genogram with four family members, field diary and biodemographic data collected on a form was applied. The results showed that these families are dysfunctional, as identified various forms of violence in the relationship between its members and that there is clarity and definition of the roles and boundaries. Subsequently, we evaluated the perceptions of five teenagers (one pair of twins) and four family about the social support networks. The map of the five fields and the field diary were used to semi-structured interviews. The results showed that family members are more satisfied with the relationship established with the hosting space than their children, however, there was a high degree of dissatisfaction with the field school, family, and friends and relatives, which set up a network of support in fragile lives of these families. Already adolescents indicated more relevant adult characters, especially the mother, as the main emotional support; school and the reception space were where the highest degrees of satisfaction; the family field had the largest number of people mentioned, but teens had confused ideas about real and ideal family, as they reported major conflicts in this area, besides can be evaluated in a general way that the network supporting these adolescents is low active and influential in the development of these individuals. It is therefore important clinical and social intervention for these people to adopt the practice of resilience in their lives, in order to reduce or mitigate the experienced stressful events.

Keywords: Perceptions. Adolescents. Family dynamics. Social Support Networks. Institutional care.

Lista de Figuras

Figura	01:	Mapa	dos	Cinco	
Campos.....					31
Figura	02:	Genograma	da	Família	de Evaristo e
Alice.....					66
Figura	03:	Genograma	da	Família	de Raissa e
Glória.....					69
Figura	04:	Genograma	da	Família	de Jéssica, Jeová e
Roberta.....					70
Figura	05:	Genograma	da	Família	de Arthur e
Fátima.....					74

Sumário

1	Introdução.....	14
2	Método de Pesquisa.....	18
2.1	Abordagem da Pesquisa.....	18
2.2	Pesquisa Bibliográfica: Revisão de Literatura.....	19
2.3	Tipo de Pesquisa: Estudo de Casos Múltiplos.....	20
2.4	Participantes.....	21
2.4.1	Adolescentes.....	21
2.4.2	Famíliares.....	23
2.5	Ambiente.....	23
2.6	Instrumentos e Materiais.....	25
2.6.1	Entrevista semiestruturada.....	25
2.6.2	Genograma.....	27
2.6.3	Formulário para caracterização dos adolescentes.....	29
2.6.4	Mapa dos cinco campos.....	31
2.6.5	Diário de campo.....	32
2.6.6	Materiais.....	32
2.7	Procedimento.....	33
2.7.1	Autorização judicial para realização do estudo na instituição.....	33
2.7.2	Reconhecimento do ambiente institucional e familiar.....	33
2.7.3	Período de habituação.....	34
2.7.4	Coleta de Dados.....	34
2.8	Tratamento dos dados.....	35
2.8.1	Entrevista semiestruturada.....	35
2.8.2	Genograma.....	36
2.8.3	Mapa dos cinco campos.....	36
2.8.4	Formulário para caracterização dos adolescentes.....	37

2.8.5	Diário de campo.....	37
3	A Institucionalização de Crianças e Adolescentes no Brasil: Revisão de Literatura.....	38
4	Famílias: Conceitos e Dinâmicas.....	49
4.1	Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social.....	61
4.2	As famílias em foco: genogramas e descrição dos estudos de casos.....	65
4.2.1	Caso I: família de Evaristo e Alice.....	66
4.2.2	Caso II: família de Raissa e Glória.....	68
4.2.3	Caso III: família de Jéssica, Jeová e Roberta.....	70
4.2.4	Caso IV: família de Arthur e Fátima.....	73
4.3	Análise das Dinâmicas Familiares.....	75
5	Redes de Apoio Social: Conceitos e Características.....	88
5.1	Percepção das Redes de Apoio Social dos Familiares.....	104
5.1.1	Percepção da rede da mãe: Alice.....	104
5.1.2	Percepção da rede da avó: Glória.....	105
5.1.3	Percepção da rede da mãe: Roberta.....	106
5.1.4	Percepção da rede da mãe: Fátima.....	107
5.2	Percepção das Redes de Apoio Social dos Adolescentes.....	107
5.2.3	Percepção da rede de Evaristo.....	107
5.2.4	Percepção da rede de Raissa.....	108
5.2.5	Percepção da rede de	109

	Jeová.....						
5.2.6	Percepção	da	rede	de		109	
	Jéssica.....						
5.2.7	Percepção	da	rede	de		110	
	Arthur.....						
5.3	Análise das Redes de Apoio dos Adolescentes em Acolhimento Institucional e de seus Familiares.....					110	
5.3.1	A	família	como	rede	de	apoio	111
	social.....						
5.3.2	A	percepção	do	abrigo	como	rede	de
	social.....						117
5.3.3	Amigos	e	parentes	como	rede	de	apoio
	social.....						122
5.3.4	A	escola	como	rede	de	apoio	126
	social.....						
5.3.5	A	percepção	dos	contatos	formais	na	131
	rede.....						
	Considerações Finais.....					135	
	Referências.....					139	
	Anexos.....					161	

O presente estudo teve como objetivo investigar as dinâmicas familiares e as redes de apoio social de adolescentes em acolhimento institucional e de seus familiares e especificamente vê como é a estrutura e a funcionalidade dessa rede e se esta atua ou interfere nas dinâmicas familiares desses indivíduos.

Sabe-se que a prática de separar crianças e adolescentes do convívio com seus familiares, entre outras medidas consideradas de proteção à infância, pode ser reconhecida como frequente. O Brasil possui um extenso histórico no que se refere à institucionalização de crianças, sendo esta ação presente na sociedade desde o período colonial, um exemplo disso foram as rodas dos expostos e os orfanatos (Rizzini & Rizzini, 2004; Silva & Magalhães, 2010, Tinoco, 2005; Serrano, 2008).

A retirada de crianças e adolescentes de seus ambientes familiares, seja por negligência ou por ordem judicial, muitas vezes leva as mudanças nas estruturas e dinâmicas familiares, pois a família acaba sendo afetada e culpada por esta problemática, logo sabe-se como é importante a presença da família para que essas crianças e adolescentes possam permanecer o menor tempo possível nas instituições de acolhimento, já que através do ECA (1990) é garantido aos acolhidos a convivência familiar e comunitária (Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007; Rosseti-Ferreira, Almeida, Costa, Guimarães, Mariano, Teixeira & Serrano, 2012).

Entretanto, alguns estudos têm apresentado novas explicações sobre as estruturas e papéis das famílias modernas, pode-se citar como exemplo a entrada da mulher no mercado de trabalho, o pai que assume um papel mais afetivo na vida dos filhos, o aumento dos divórcios, a permanência de filhos adultos na residência dos pais, além de famílias monoparentais, homoafetivas ou recasadas (Wagner, 2010; Martins & Szymanski, 2004; Pedroso, 2003). A visão sistêmica baseada na teoria geral dos sistemas e desenvolvida inicialmente por Bertalanffy (1972) considera que as famílias

representam sistemas abertos em interação com os meios que estão inseridos. São grupos baseados em questões econômicas, permeados por afetos e sentimentos que assumem papel de proteção de seus membros e de transmissão de padrões culturais da sociedade da qual fazem parte (Bucher, 1986). Portanto, a dinâmica da investigação da dinâmica relacional existente entre a família e a rede em que está inserida é apropriada na medida em que há um processo de “influência recíproca” entre o grupo familiar e as demais instituições ou organizações, como a família extensa, trabalho, escola, subculturas religiosas, que funcionam como rede de apoio social. Esta rede corresponde ao nicho interpessoal da pessoa e contribui substancialmente para seu próprio reconhecimento com indivíduo e para sua autoimagem.

A rede de apoio social é apontada como um dos principais fatores de proteção na vida de um indivíduo, principalmente daqueles que vivem em situação de vulnerabilidade social, como é o caso dos adolescentes em acolhimento institucional e de seus familiares. Segundo estudiosos, a rede de apoio social pode atuar através de uma função emocional que está ligada mais as questões como dá carinho, afeto e demonstrações de sentimentos positivos, uma função instrumental que ocorre quando há uma ajuda com bens materiais, como por exemplo na alimentação, investimento nos estudos, dentre outros e, por fim a rede pode ter um papel informacional que se refere a disponibilidade de orientação e informação a respeito dos recursos da comunidade (Garmezy & Masten, 1994; Rutter, 1987, Samuelsson, Thernlund & Ringström; Sluzki, 1997)

A partir destas considerações, este trabalho está dividido em quatro capítulos, sendo que o primeiro corresponde ao método da pesquisa, onde é descrito todo o processo da coleta de dados, os instrumentos utilizados, a forma como foram analisados

os resultados, o tipo de pesquisa, os participantes, o ambiente e os procedimentos da pesquisa.

No segundo capítulo fez-se uma revisão da literatura referente à temática das crianças e adolescentes institucionalizados no Brasil. Neste faz-se uma abordagem histórica do contexto de proteção social e acolhimento institucional de crianças, ou seja, trabalhos que evidenciam o papel social que se delineou ao longo da história desde o Brasil Colônia até os dias atuais e mostram como se deu essa transformação histórica, econômica e política (Rizzini & Rizzini, 2004; ECA, 1998; Nova Lei da Adoção, 2009; Bronfenbrenner, 1996; Dell’Aglío & Hutz, 2004, Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007; Cavalcante, Silva & Magalhães).

No capítulo “família: conceitos e dinâmicas” é apresentado os resultados da pesquisa qualitativa que teve como objetivo analisar as dinâmicas familiares de cinco adolescentes (sendo uma dupla de irmãos) em acolhimento institucional. Foi realizada uma revisão da literatura referente a esta temática, porém com um enfoque em famílias em situação de vulnerabilidade social. Na coleta de dados foram utilizados os instrumentos genograma, formulário de caracterização dos adolescentes e diário de campo. A análise dos resultados foi embasada numa perspectiva sistêmica e foi discutida através dos eixos temáticos, já que a pesquisa se apoia no método do estudo de casos múltiplos (Yin, 2010; Diniz & Salomão, 2010; Moinhos *et al.*, 2007; Bertalanffy, 1977; Grych, 2002; Minuchin, 1985; Nichols & Schwartz, 2007; Cerveny & Berthoud, 2010; Watzlawick, Beavin & Jackson 1993).

E por fim no capítulo “rede de apoio social: conceitos e características” foram investigadas as redes de apoio social de cinco adolescentes em acolhimento institucional (sendo uma dupla de irmãos) e de seus principais membros familiares numa perspectiva qualitativa. Além da revisão da literatura sobre a temática da rede, neste capítulo foram

discutidos os resultados dos mapas dos cinco campos, entrevista semiestruturada e diário de campo para a coleta de dados. Através das análises dos dados foi possível compreender os relacionamentos destes adolescentes e de seus familiares em cinco contextos (família, abrigo, escola, amigos e parentes e contatos formais), assim como discutir quanto aos conflitos, rompimentos, satisfações e insatisfações nas relações estabelecidas na rede, além de verificar os apoios fornecidos, como o emocional, o instrumental e o informacional (Rabinivich, 2002; Bastos, 2002; Carvalho, 2006; Sluzki, 1986; Siqueira, Betts & Dell' Aglio, 2006, Garmezy & Masten, 1994; Brito & Koller, 1999; Masten & Reed, 2002; Morais, Koller, & Raffaelli, 2010; Poletto & Koller, 2008).

Após a apresentação dos capítulos mencionados, são apresentadas as considerações finais dessa pesquisa para opinar criticamente sobre as questões do estudo a partir da integração dos dados discutidos durante a dissertação. São apontadas as principais conclusões dessa pesquisa, como dinâmicas familiares complexas e uma rede de apoio social frágil. Além do mais, são apresentadas novas propostas de trabalhos e investigações com adolescentes em acolhimento institucional juntamente com suas famílias.

2 Método

2.1 Abordagem da Pesquisa

O presente estudo teve uma abordagem qualitativa que no entendimento de Bogdan e Biklen (1982), apresenta cinco características básicas que configuram este tipo de investigação: a pesquisa tem no ambiente natural sua fonte direta de informações e o pesquisador é o seu principal instrumento; os dados gerados são predominantemente descritivos; a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto; o “significado” que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial do investigador; as análises dos dados tendem a seguir um processo indutivo. Portanto, não há a preocupação em buscar resultados que comprovem hipóteses definidas antes do início dos estudos e, que neste trabalho as abstrações se formaram ou se consolidaram a partir de elementos subjetivos mobilizados na relação entre pesquisador e objeto de investigação.

Nesta pesquisa com os adolescentes em acolhimento institucional e seus familiares, notou-se o quanto foi importante a ênfase da abordagem qualitativa, pois a coleta foi realizada no ambiente natural em que os sujeitos se encontravam. O pesquisador não teve a intenção de comprovar ideias pré-existentes e sim procurou uma forma natural e empática de colher informações importantes acerca da história de vida dos participantes com a finalidade de alcançar os seguintes objetivos: analisar quais são as percepções que os adolescentes e suas respectivas famílias têm sobre as suas redes de apoio social, assim como a influência e importância das mesmas na dinâmica familiar; caracterizar os adolescentes e suas famílias; caracterizar através do genograma como são constituídas as famílias dos adolescentes estudados; identificar a composição das redes de apoio social da família; identificar a percepção dos adolescentes e de sua família sobre as suas redes de apoio social e; relacionar os dados das percepções dos

adolescentes e de suas respectivas famílias acerca de suas redes de apoio social. Os instrumentos utilizados foram sensíveis para a coleta das informações e que produziram resultados suficientes para uma análise sistêmica em uma dimensão descritiva e crítica.

2.2 Pesquisa Bibliográfica: Revisão de Literatura

Com o objetivo de embasar teoricamente e empiricamente as temáticas relacionadas às dinâmicas familiares e a rede de apoio social, foi realizado um amplo levantamento da literatura do tipo de narrativa (Rother, 2007), que incluía livros, capítulos de livros, teses, dissertações e artigos. As obras consideradas como clássicas, ou ainda, livros, capítulos de livros, teses e dissertações foram utilizados independentemente do ano produzido e podiam ser estudos teóricos e empíricos.

Em relação aos estudos das “dinâmicas familiares” foram pesquisados artigos, que tratassem das várias configurações familiares atuais em diversos contextos, porém priorizaram-se trabalhos com famílias em situação de vulnerabilidade social e que abordassem a teoria sistêmica. A pesquisa foi realizada nas bases de dados: Scielo, Pepsic, Google acadêmico, nos periódicos CAPES e em revistas indexadas pela psicologia e áreas afins. As buscas de artigos incluíram os anos de 2008 a 2014 e deram-se a partir dos descritores: família, dinâmicas familiares, teoria sistêmica, adolescentes, acolhimento institucional e vulnerabilidade social.

Os mesmos critérios foram utilizados nas pesquisas quanto ao tema da “rede de apoio social”, a diferença deu-se nos descritores: rede de apoio social, crianças, adolescentes, família e acolhimento institucional. Vale ressaltar que foram selecionados trabalhos que discutiam a importância da rede de apoio social em diversos contextos, e que abordassem os temas de abuso sexual e violência doméstica.

2.3 Tipo de Pesquisa: Estudo de Casos Múltiplos

O método utilizado na pesquisa foi o estudo de casos múltiplos de Yin, (1984). A escolha pelo estudo de caso se deu, porque a temática abordou um fenômeno pouco investigado, o que exigiu um estudo aprofundado do objeto de pesquisa, e que permitiu a criação de categorias para uma análise qualitativa de uma pesquisa que ocorreu no ambiente natural dos sujeitos.

Yin (1984) em sua obra, indaga: “o que faz um estudo de caso exemplar?”. O autor admitiu que a resposta para a pergunta seja difícil de ser encontrada, pois não basta seguir à risca os procedimentos de pesquisa para que se tenha um estudo revelador, capaz de oferecer insights referentes aos processos individuais ou sociais. No entanto, orienta que o método de estudo de caso deva ser organizado a partir das seguintes características consideradas essenciais:

- O caso deve ser holístico e baseado em três indicadores de completude: as fronteiras do caso, isto é, a distinção entre o fenômeno que está sendo estudado e seu contexto que é o objeto de atenção; a narrativa deve demonstrar de modo convincente que houve “um esforço exaustivo” (Yin, 1984, p.142) para coletar as evidências relevantes; e o estudo deve ser planejado de tal maneira que sua finalização não seja determinada por limites de tempo ou de recursos.
- O caso deve considerar perspectivas ou proposições alternativas para que o pesquisador procure explicações rivais para análise das afirmativas adotadas no estudo construindo um exame crítico das evidências.
- As evidências devem ser suficientemente robustas e poderosas para sustentar as conclusões e ganhar a confiança da comunidade acadêmica quanto à seriedade e relevância do trabalho realizado. O relato do estudo deve ser atraente na escrita que deve ser forma clara e instigante.

Além do exposto acima, a pesquisa em foco também realizou um estudo-piloto conforme orienta Yin (1984). A utilização de múltiplas fontes de evidências se efetivou a partir da triangulação dos instrumentos de coleta (entrevista, genograma, ficha de caracterização dos adolescentes, mapa de cinco campos e diário de campo). Os dados foram organizados em categorias com características comuns dos caos, ou seja, houve a sistematização para uma análise conjunta dos resultados produzidos nos quatro estudos demonstrados em dois eixos: dinâmicas familiares e redes de apoio social. Vale ressaltar que as evidências coletadas para análise das dinâmicas familiares se deram com os instrumentos: genograma, diário de campo e o formulário de caracterização do adolescente; e as das redes de apoio social com: mapa dos cinco campos, entrevista semiestruturada, diário de campo e o formulário de caracterização do adolescente.

2.4 Participantes

Foram selecionados cinco adolescentes, sendo um casal de irmãos, em situação de acolhimento institucional e quatro familiares apontados pela instituição como o principal responsável pelos jovens. No total, participaram da coleta nove participantes. A seguir será apresentado como ocorreu a seleção desses envolvidos e os dados gerais de sua realidade social atual, vale ressaltar que no manuscrito, todos os sujeitos da pesquisa tiveram seus nomes modificados para preservarem suas identidades.

2.4.1 Adolescentes.

Foram selecionados cinco adolescentes sendo três meninos e duas meninas (dentre eles uma dupla de irmãos, Jéssica e Jeová). Os nomes fictícios dos

participantes foram: Evaristo (17 anos), Raissa (17 anos), Jéssica (13 anos), Jeová (12 anos) e Arthur (12 anos). Sobre o tempo de acolhimento foi observado que alternou entre seis meses a nove anos e os principais motivos apontados pela equipe técnica para as suas retiradas dos ambientes familiares foram: abandono, suspeitas de abuso sexual, fuga do lar e violência doméstica.

Os critérios de inclusão para a seleção dos adolescentes foi que estes vivessem em instituições de acolhimento na região metropolitana de Belém (PA), residissem na instituição há pelo menos seis meses, tivessem contato com algum membro de sua família extensa e que sua idade fosse de acordo com o que o ECA estabelece como a faixa etária para a fase da adolescência que é de 12 aos 18 anos incompleto. Foram excluídos da seleção adolescentes sem nenhuma forma de contato com seus familiares e os diagnosticados com transtornos mentais.

Dos cinco adolescentes, três (Jéssica, Jeová e Arthur) viviam em uma instituição de acolhimento para crianças de sete a onze anos, que justificavam as suas presenças na instituição de crianças por terem irmãos menores conforme foi identificado no caso da dupla de irmãos (Jéssica e Jeová) e um (Arthur) que entrou neste local com onze anos e ao completar a idade de doze ainda não tinha sido feita a sua transferência para a instituição de acolhimento de adolescentes masculino de 12 a 17 anos. O outro adolescente (Evaristo) se encontrava em uma Organização Não Governamental (ONG) que cuida de meninos de 7 a 17 anos. A adolescente (Raissa) residia num espaço de acolhimento exclusivo para meninas de 12 aos 18 anos incompletos.

2.4.2 Familiares.

Foram selecionados os familiares apontados pela equipe técnica das instituições somente aqueles que eram os principais responsáveis pelo adolescente acolhido institucionalmente, sendo que este poderia ser tanto os pais como qualquer indivíduo (avô, avó, tio, irmãos) que pudessem informar sobre a história e estrutura da família do adolescente da qual fazia parte. Como critério de exclusão, não foi autorizado a participar da coleta dos dados, familiares com transtornos mentais ou que apresentassem alguma forma de risco à vida do adolescente.

Participaram da pesquisa três mães que receberam os nomes fictícios de Alice (mãe de Evaristo), Roberta (mãe do casal de irmãos) e Fátima (mãe de Arthur) e, uma avó da adolescente Raissa que recebeu o nome de Glória. As idades das participantes variaram entre 28 a 64 anos. A coleta foi realizada com as três mães nos espaços de acolhimento em que se encontravam seus filhos(as) e no ambiente de trabalho no caso da avó. Vale informar que antes da coleta de informações com as participantes foi feito um contato com as mesmas para apresentar os objetivos da pesquisa e se elas poderiam voluntariamente contribuir no trabalho.

2.5 Ambiente

A coleta de dados realizada com os adolescentes e seus familiares ocorreu em três instituições de acolhimento da região metropolitana de Belém, sendo duas municipais e uma ONG e, no local de trabalho de um familiar de uma adolescente.

O primeiro local que foi realizada a pesquisa foi em uma ONG, que será nomeada como Instituição A, localizada no município de Marituba que faz parte da região metropolitana de Belém e tem como finalidade dar assistência física, moral e

espiritual às crianças e adolescentes em situação de risco à vida e negligência familiar, especialmente dos que vivem nas ruas, invasões, unidades de atendimento socioeducativas e instituições de acolhimentos públicos, visando a integração dos adolescentes à sociedade, família, igreja, escola e ao mercado de trabalho para que se tornem autônomos. A equipe técnica da ONG é formada por pedagogo, assistente social, pais sociais, missionários e voluntários. Na instituição A, há possibilidade de que meninos da mesma família permaneçam juntos, garantindo o direito previsto pela lei de não desmembramento de grupos de irmãos.

Vale enfatizar que a ONG é vinculada à uma associação evangélica, fundada em junho de 2002.. Na Instituição A, a coleta com o adolescente e sua mãe foi realizada dentro das salas dos profissionais, porém sem a presença dos técnicos, o que facilitou a realização das entrevistas com o aprofundamento de temas importantes.

O segundo local de realização da pesquisa será nomeado como Instituição B que é um espaço de acolhimento para meninas dos 12 aos 18 anos incompletos e localiza-se na região metropolitana de Belém. A instituição é municipal e conta com o trabalho de uma equipe interdisciplinar formada por assistente sociais, psicólogos, pedagogos e educadores sociais. A coleta foi realizada com a adolescente numa sala vazia e foi atendido o pedido da gerência do espaço que exigiu a presença da assistente social da instituição na coleta dos dados, entretanto tal ação, aparentemente não interferiu no processo do trabalho, que ocorreu de uma forma tranquila e sem constrangimentos.

Devido às questões profissionais, a coleta de dados com uma das participantes da pesquisa ocorreu no seu lugar de trabalho, a situação se deu no caso da avó da adolescente Raissa. No momento da pesquisa, a mulher trabalhava no setor de serviço

gerais de uma universidade pública do Estado do Pará. O material foi coletado no seu tempo de descanso e a coleta foi feita em dois dias.

E por fim, a última instituição consultada foi em um espaço de acolhimento para crianças de 7 a 11 anos que aqui será chamada de Instituição C, o local fica em Ananindeua que é um município da região metropolitana de Belém. A equipe técnica do lugar é formada por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e educadores sociais. A coleta foi realizada com os adolescentes e seus familiares na parte externa da instituição, a mesma ocorreu de uma forma tranquila, sem interferências ou algum tipo de transtorno.

É importante enfatizar que a instituição C no período da coleta estava em um processo de mudança o que atrasou em torno de um mês o andamento da pesquisa, mas tal interferência foi positiva por um lado já que facilitou a comunicação entre o pesquisador e a gerência da instituição, que sempre se mostrou solícita com o bom andamento da pesquisa.

2.6 Instrumentos e Materiais

2.6.1 Entrevista semiestruturada.

A entrevista é considerada um instrumento importante nas pesquisas, principalmente aquelas que têm um foco qualitativo, pois este instrumento permite que o pesquisador adentre na temática em questão e faça um esforço para conseguir informações que possam não ter ficado clara em outros instrumentos, evidente que a coleta vai depender muito da relação que foi construída entre o pesquisador e o entrevistado.

De acordo com Belei, Gimenez- Paschoal, Nascimento e Matsumoto (2008) um bom entrevistador, é aquele que sabe ouvir de uma forma ativa, pois demonstra ao

entrevistado que está interessado em sua fala, em seus gestos e em suas emoções. É importante o entrevistador fazer questionamentos, confirmar com gestos que o ouviu atentamente e que compreende as falas, mas sem influenciar seu conteúdo.

Além de ouvir, o pesquisador precisa ficar atento às expressões utilizadas pelo entrevistado, pois ele pode simular palavras e conceitos que não são utilizados no seu dia a dia, para tentar mostrar aquilo que ele acha que o entrevistador quer ouvir. É por isto que nem tudo deve ser entendido como verdade, mas pode e deve ser analisado frente aos demais discursos e conceitos que embasam o trabalho de análise (Magnani, 1986).

Neste estudo, utilizou-se a entrevista semiestruturada que segundo Fujisawa (2000) é guiada por um roteiro de perguntas, o qual permite uma organização flexível e ampliação dos questionamentos à medida que as informações foram fornecidas pelo entrevistado.

A entrevista semiestruturada com os adolescentes pretendeu investigar itens que incluem questões relativas aos fatores envolvidos na rede de apoio social, tais como: Quem você mais recorre quando necessita de apoio emocional, instrumental ou informacional (irmãos, colegas de dormitório, colegas de escola, educadores)? Antes do acolhimento com quem você se relacionava melhor (membros familiares, vizinhos, amigos)? Com quem você divide seus problemas pós acolhimento institucional? E com quem você fazia isso antes do acolhimento? Existe algum tipo de conflito ou discórdia nas suas relações atuais? Você tinha algum tipo de conflito antes do acolhimento institucional?

Para os familiares dos adolescentes, a entrevista foi realizada com as seguintes perguntas: Quando você tem alguma situação importante, você conversa sobre o fato com alguém da família? Existe alguém de sua família que compartilha questões

personais? Você poderia explicar como é sua relação com os vizinhos, parentes, amigos ou alguém da comunidade? Quais são as pessoas que direta ou indiretamente mais interferem nas suas relações familiares? Como é o seu contato com a instituição de acolhimento onde seu filho/neto/sobrinho reside?

2.6.2 Genograma.

A presente pesquisa utilizou o genograma com base nas discussões feitas por McGoldrick, Gerson e Petry (2010), o instrumento propôs compreender como se deu os padrões familiares a partir da investigação de pelo menos das três últimas gerações dos adolescentes em estudo. Além de ter mapeado claramente a estrutura familiar, foi observado e atualizado o mapa dos padrões das relações e o funcionamento da família. Participaram da coleta desse instrumento apenas os membros familiares dos adolescentes em acolhimento institucional.

O genograma foi construído a partir de uma entrevista que foi elaborada de acordo com as informações que os participantes apresentavam as questões referentes aos conflitos familiares, as estruturas, os papéis, funções e as formas de se relacionar de uma maneira geral.

Sobre o instrumento, é importante frisar que os genogramas direcionam que as pessoas tenham noção da complexidade do seu contexto familiar, o que inclui sua história, os padrões e os eventos familiares que podem ter algum significado (Cervený, 2012). O instrumento também auxilia como os acontecimentos e relações nas vidas do indivíduo estão relacionadas aos fatores de risco e proteção à vida. A entrevista do genograma orienta um questionamento prático, fornece informações ao pesquisador e se organiza em uma perspectiva sistêmica, por exemplo, como se evidenciam os papéis, funções, fronteiras e fatores referentes à resiliência no ambiente familiar.

Dentre os fatores positivos que o genograma demonstra, pode-se citar como o exame da dimensão do contexto familiar atual permite que o pesquisador avalie as conexões entre os membros da família atual com os contextos mais amplos, por exemplo, a rede de apoio social e os padrões de relação, como proximidade, distância, conflito e repetições entre as gerações (McGoldrick, Gerson & Petry, 2010).

Os genogramas e as cronologias familiares constituem-se em instrumentos úteis, que proporcionam uma visão de um quadro transgeracional de uma família e de seu movimento através do ciclo de vida. Nesse sentido, os genogramas são retratos gráficos da história e do padrão familiar, que possibilitam o conhecimento da dinâmica da família no seu passado e presente.

O genograma é um instrumento muito utilizado para compreensão das relações, vínculos, mitos, padrões das famílias de origem, especialmente na prática da Terapia de Casal e Família. Para Cerveny (1994) que define o genograma como uma representação gráfica multigeracional da família, que ultrapassa a simples genealogia por incluir as relações e interações familiares. O genograma recolhe informações estruturais vinculares e funcionais de um sistema familiar, podendo ser analisado horizontalmente, através do contexto familiar atual, e verticalmente, por meio das gerações.

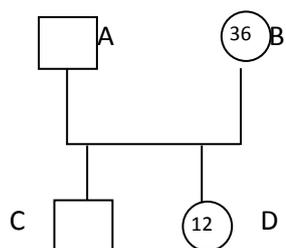
Os símbolos utilizados no genograma foram os baseados do modelo de McGoldrick e Gerson (1987), Cerveny (1994) que representam os membros das famílias e suas relações. A elaboração do genograma sempre é iniciada pela família atual, que, geralmente, é a família consultante. Usa-se  o símbolo para designar o homem e  o símbolo para designar a mulher e o  traço de união ligando os dois, conforme o modelo a seguir. Dentro das figuras são colocadas a idade de cada um e abaixo o nome ou inicial do mesmo, como se segue:



Nesse momento, já se pode perguntar sobre apelidos ou como as pessoas são chamadas em casa, o porquê disso, e assim por diante.

No traço de união — pode colocar o número indicativo do tempo da união do casal e informar se há separação com a barra interrompida.

Então, a partir da linha horizontal, saem linhas verticais correspondente aos filhos, usando o mesmo sistema para sexo, idade, nome, apelidos, etc.



Nesse ponto, investigam-se as relações existentes nesse primeiro grupo familiar, os fatos significativos, as alianças, os aspectos físicos etc. As relações conflituosas são sinalizadas por linhas em zig-zague.

Geralmente utilizam-se perguntas às pessoas do tipo: como ela é? Do que gosta? O que faz? Do que não gosta? Quem se parece com quem? Quem se dá melhor com quem? Entre outras. De acordo com Cervený (1994), quando o genograma da família de origem está pronto, pode-se fazer perguntas a respeito do funcionamento da família, tais como: Como são estabelecidas as regras? Quais os limites e como eles são respeitados? Como agem diante de determinadas situações, enfim, as características principais do grupo familiar.

2.6.3 Formulário para caracterização dos adolescentes.

Com o objetivo de ter acesso aos dados dos adolescentes contidos nos prontuários, utilizou-se nessa pesquisa o “formulário para caracterização dos adolescentes” (ver Anexo 2) que foi construído por Cavalcante (2012) para ser aplicado

na sua pesquisa “Instituições de Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Quatro Regiões do Pará: Perfil, Rotinas e Práticas de Cuidado”. O formulário possui 88 questões abertas e fechadas referentes aos dados pessoais, dados escolares, dados familiares, dados profissionais, situação familiar do adolescente, os processos de institucionalização, dados sobre a situação jurídica e institucional, situação atual, histórico da institucionalização e dados sobre a sua saúde.

Entretanto para a análise dos dados para este estudo, foram selecionados a questão um que é referente aos dados pessoais do adolescente, a questão três que coleta sua data de nascimento e naturalidade, a questão 38 que informa a data de entrada no espaço de acolhimento, a questão 39 que indaga o(s) motivo(s) que justificou(aram) seu encaminhamento (Vara da Infância e Juventude) à instituição e, a questão 40 que investiga o motivo que a equipe técnica da instituição aponta.

2.6.4 Mapa dos cinco campos.

O Mapa dos Cinco Campos (Samuelsson; Thernlund; Ringström, 1996, versão adaptada por Siqueira; Betts; Dell’Aglia, 2006) é um instrumento que avalia a estrutura, que corresponde à quantidade de relações estabelecidas na rede de apoio social; e a função, que está relacionada à qualidade dessas relações, a partir de cinco campos: Família, Abrigo, Escola, Amigos/Parentes e Contatos Formais (Figura 1). O campo Contatos Formais representa os lugares que o participante costuma frequentar, como igreja, Conselho Tutelar, clube, posto de saúde, entre outros, e que não estão contemplados nos outros quatro campos.

O instrumento foi constituído por um feltro e por figuras que representam adultos, adolescentes e crianças, coloridas de acordo com o sexo (azul = masculino e rosa = feminino) e diferenciadas pelo tamanho. As figuras são utilizadas representando,

no aparato, as pessoas que compõem a rede de apoio social e afetivo em cada campo, transformando a tarefa em um jogo atrativo e lúdico. Esse instrumento também permitiu que pessoas já falecidas fossem consideradas parte da rede de apoio, em função da consideração subjetiva da percepção da rede. O círculo central correspondeu ao participante, e cada círculo adjacente mediu a qualidade do vínculo, ou seja, quanto mais perto do círculo central, maior foi a percepção de proximidade do participante com a pessoa representada: o primeiro e o segundo círculos corresponderam às relações mais próximas (maior vínculo); o terceiro e o quarto círculos corresponderam às relações mais distantes (menor vínculo); e o último círculo, na periferia do Mapa, correspondeu aos contatos insatisfatórios. Os dados obtidos foram anotados em uma folha de registro (ver Anexo 4), com informações sobre o grau de satisfação/insatisfação no Campo e a existência de conflitos e rompimentos nas relações (Hoppe, 1998). É importante salientar que o instrumento foi aplicado com o adolescente e seu responsável familiar.

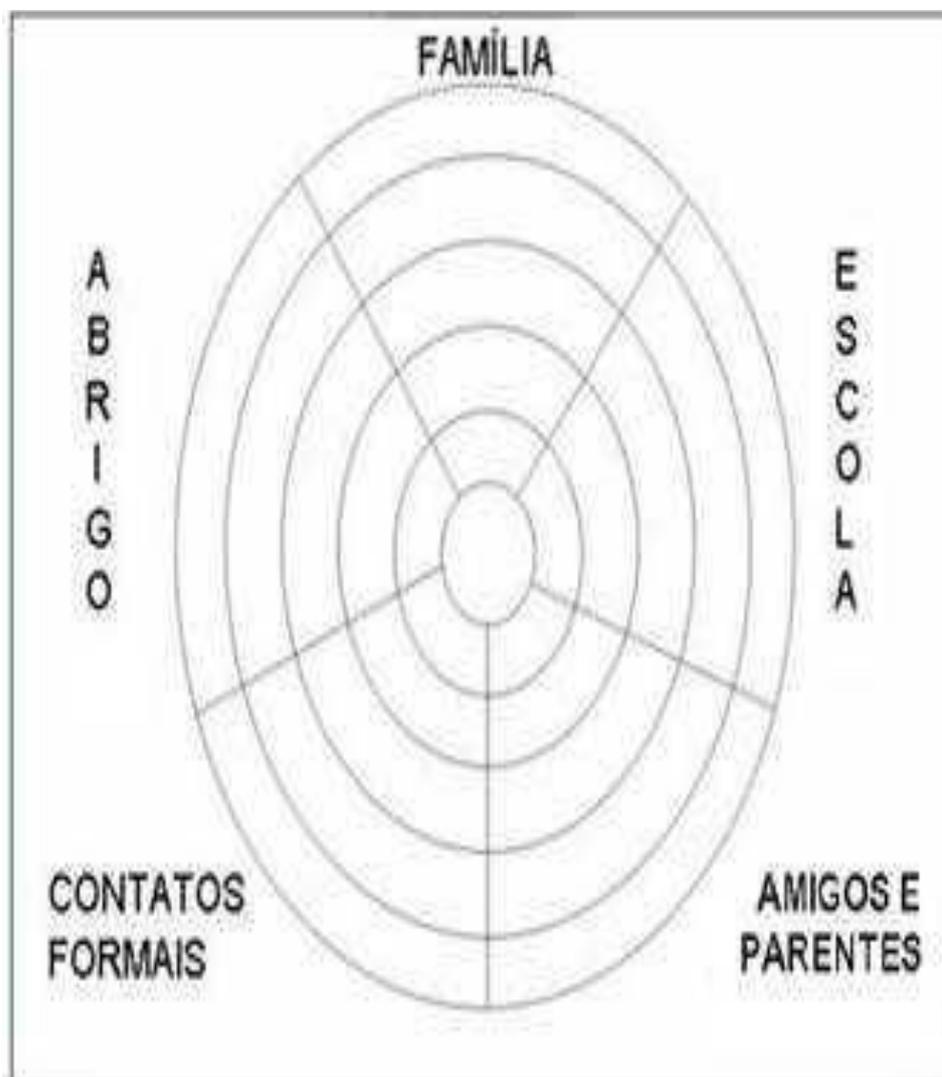


Figura 01: Mapa dos Cinco Campos (Siqueira, Betts, & Dell’Aglia, 2006).

Após o término da aplicação do instrumento, o participante foi solicitado a responder duas questões: (1) “Com qual dessas pessoas que você citou no mapa você mais pode contar?”, e (2) “Que tipo de apoio ela lhe dá?”. A primeira questão indica a principal fonte de apoio percebida e a segunda, o tipo de apoio fornecido.

2.6.5 Diário de campo.

O diário de campo é um dos instrumentos mais importantes em uma pesquisa de campo, devendo fazer parte do processo como um todo. Ele se caracteriza por ser um instrumento de registro diário e uma parte das técnicas de pesquisa (Minayo, 1993). O diário de campo vem sendo muito utilizado nas áreas da antropologia, psicologia, serviço social e sociologia, pois através dele se tem acesso aos dados por meio de manifestações verbais, ações e atitudes e possibilita ao pesquisador o registro de suas próprias impressões do fenômeno em questão. Assim como pode funcionar como os primeiros indícios de explicação e significado à situação observada.

O diário de campo foi utilizado com o objetivo de registrar, em tempo real, atitudes, fatos e fenômenos percebidos no campo de pesquisa. Por meio do registro pode se estabelecer relações entre as vivências da pesquisa e o aporte teórico. Os registros foram feitos diariamente, sempre datados, identificando os sujeitos envolvidos, o local, a situação observada, as condições que puderam interferir no fato, a influência da rotina e as normas institucionais.

2.6.6 Materiais.

Os materiais utilizados na pesquisa foram papéis 40 kgs e canetas pilotos para as construções dos genogramas, cadernos para as anotações dos diários de campos e

um gravador que foram utilizados no momento da entrevista, sendo que essas entrevistas foram transcritas posteriormente.

2.7 Procedimento

2.7.1 Autorização judicial para realização do estudo na instituição.

Para o desenvolvimento desse estudo, a primeira providência foi obter autorização judicial para realização de visitas sistemáticas aos espaços de acolhimento, favorecendo, assim, o livre acesso às dependências da instituição, aos arquivos com documentos sobre a trajetória de vida e a condição sócio familiar. A submissão deste projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos foi feita de modo subsequente à solicitação de autorização judicial, por ser condição necessária à efetivação deste estudo, o trabalho foi aprovado pelo CAAE: 18184714.3.0000.0018. Número do Parecer: 568.256 e data da Relatoria: 25/03/2014 (ver anexo 3).

É oportuno registrar, neste momento, que esta etapa foi realizada como parte integrante da pesquisa intitulada “Instituições de Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Quatro Regiões do Pará: Perfil, Rotinas e Práticas de Cuidado”, coordenada pela professora Dra. Lilia Iêda Chaves Cavalcante. A referida pesquisa foi financiada pelo CNPQ, Edital nº: 018/2012, Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, com o número do processo: 406608/2012-1.

2.7.2 Reconhecimento do ambiente institucional e familiar.

Após a obtenção da autorização judicial e do Comitê de Ética foram estabelecidos os contatos iniciais com as instituições participantes da pesquisa e em seguida com os sujeitos do estudo. A abordagem foi realizada de forma individual, com

o intuito de apresentar os objetivos e o método do estudo proposto, e, com isso, motivou-se a participação e contribuição na pesquisa.

2.7.3 Período de habituação.

Após a aprovação do Comitê de Ética e o consentimento do responsável legal pela instituição de acolhimento. O pesquisador passou a frequentar pelo menos três vezes por semana os diferentes ambientes das instituições. A ideia foi fazer com que os adolescentes pudessem ficar à vontade na presença do mestrando. Em relação aos familiares, foi feito contato via telefone e explicado do que se tratava o estudo, após esse procedimento, foi agendado um encontro para ser feita a coleta de dados.

2.7.4 Coleta de dados.

Primeiramente foram analisados os prontuários dos adolescentes oriundos das famílias que participaram da pesquisa. Após esse procedimento, os gerentes das instituições, ao representarem os adolescentes que estavam sobre suas responsabilidades, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido livre (TCLE) (ver Anexo 5). A mesma atitude foi tomada com os familiares dos adolescentes, que leram e compreenderam a proposta do estudo, logo aceitaram contribuir na execução do trabalho.

Em seguida, foram aplicadas as entrevistas estruturadas individualmente com cada adolescente e cada família. Conjuntamente, foi desenhado o genograma familiar com as famílias e aplicado o mapa dos cinco campos junto com os adolescentes e as famílias. As anotações das observações de campo e dos diálogos com os participantes foram realizadas por meio de “Diário de campo”. Os diários de campo foram sempre

escritos posteriores ao contato. E nos prontuários, conforme foi dito anteriormente, foram colhidas as informações básicas sobre os adolescentes.

2.8 Tratamento dos Dados

2.8.1 Entrevista semiestruturada.

As entrevistas semiestruturada foram gravadas e transcritas e logo após os dados foram categorizados e triangulados com os instrumentos mapa dos cinco campos, diário de campo e com formulário de caracterização dos adolescentes, essa análise ficou restrita com a discussão da rede de apoio social. Para análise das entrevistas semiestruturadas utilizou-se a Técnica da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2010), definida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens em três fases: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na pré-análise realizou-se a organização do material coletado através da entrevista e transcrição desta, realizando uma leitura flutuante. Depois escolheu-se o material que foi analisado e organizado em grades (ver Anexo 1). Na fase de exploração do material, ocorreu a codificação dos dados, ou seja, os dados brutos (através da leitura flutuante) foram sistematizados em categorias temáticas organizadas e colocados em unidades ou descritores usados no mapa dos cinco campos: família, abrigo (na discussão a palavra “abrigo” será substituída pela expressão “acolhimento institucional”, conforme indica os novos estudos), escola, amigos e parentes e contatos formais. As categorias temáticas criadas foram: “Compartilhar problemas com a família atual”, “Parentes e outras pessoas que interferem nas relações pessoais”, “Relação com a instituição” e “Percepção do adolescente antes do acolhimento”. Nas análises, discuti-

se como essas categorias são vistas na rede de apoio social desses adolescentes e de seus familiares e como essa rede atua na vida desses indivíduos.

2.8.2 Genograma.

Os dados desse instrumento foram analisados por uma perspectiva transgeracional, os genogramas das famílias foram desenhados no programa Genopro, que gerou uma extensa base de dados e após isso, foi analisado quais as categorias que eram comuns na repetição transgeracional nos quatro casos estudados, estas foram nomeadas como: violência doméstica e vínculos familiares, envolvimento com álcool e drogas, abuso sexual e gravidez na adolescência. Vale enfatizar que este instrumento buscou analisar as dinâmicas familiares desses adolescentes em acolhimento institucional e os seus dados foram corroborados com as anotações do diário de campo.

2.8.3 Mapa dos cinco campos.

Os dados do Mapa dos Cinco Campos (adaptado por Siqueira, Betts, & Dell'Aglio, 2006) foram avaliados de uma forma descritiva, conforme orientação para a pesquisa qualitativa em estudos de casos que foram sistematizados nos seguintes aspectos:

1) Estrutura da rede: avaliada pelo número de contatos em toda a rede e por campo.

2) Funcionalidade da rede: a partir dos seguintes aspectos: (1) análise descritiva dos contatos em cada círculo adjacente ao centro, que representam os níveis de proximidade; (2) análise descritiva dos conflitos e rompimentos; (3) e uma análise qualitativa sobre a totalidade do mapa como um todo e após por campo separadamente.

O fator de proximidade é uma variável que representa o grau de vinculação dos participantes com o número de pessoas citadas nos campos, sendo medido pela localização dessas pessoas em relação ao círculo central, no qual está o participante. Para o cálculo desse escore, o número de pessoas colocadas no primeiro nível foi multiplicado por oito; no segundo nível, por quatro; no terceiro nível, por dois; no quarto nível, por um; e no quinto nível, por zero. O somatório desse cálculo foi dividido pelo número total de pessoas citadas no campo, para análise de proximidade no campo, ou pelo número total de pessoas citadas no Mapa, para a análise de proximidade no instrumento. Assim o fator de proximidade varia de zero a oito, sendo que escores entre 0 e 2,6 são considerados de pequena força; 2,7 e 5,3, média força; 5,4 e 8, grande força de proximidade.

2.8.4 Formulário para caracterização dos adolescentes.

O formulário para caracterização dos adolescentes foi útil para ter acesso a alguns dados dos sujeitos da pesquisa, portanto através deste foi possível verificar o nome completo dos adolescentes, suas idades, quanto tempo os mesmos se encontravam acolhidos e quais os motivos apontados pelas suas institucionalizações. O formulário trouxe mais informações sobre a vida dos adolescentes, seus dados foram analisados conjuntamente com outros instrumentos que no caso foram: o diário de campo, a entrevista semiestruturada, o mapa dos cinco campos e o genograma.

2.8.5 Diário de campo.

O instrumento foi bastante útil na coleta, pois através dele o pesquisador pode anotar suas observações referentes a como os participantes se comportavam diante das aplicações dos instrumentos e as percepções, sentimentos mobilizados no pesquisador.

Foi possível fazer tal observação nas atitudes dos sujeitos da pesquisa, através de suas falas, gestos, expressões corporais e demonstração de determinadas emoções, como choros e risos. Essas informações foram importantes para qualificar as análises.

3 A Institucionalização de Crianças e Adolescentes no Brasil: Revisão de Literatura

É importante pensar que a questão da institucionalização na infância e adolescência está até hoje presente na realidade de muitas famílias brasileiras com situação socioeconômica desfavorecida. O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP, 2013) divulgou recentemente o relatório que mostra o panorama das crianças e adolescentes acolhidos no país. Foi registrado que há mais de 30 mil crianças e adolescentes acolhidos em todo o país, sendo São Paulo o estado com o maior número de atendimento.

Segundo o relatório, os motivos pelos quais essas crianças e adolescentes são deixados nessas instituições variam entre negligência, violência e abandono. A maior parte das entidades de acolhimento institucional (81%) reportou acolhimentos realizados em razão de negligência dos pais ou responsáveis. A segunda maior causa de acolhimento é a dependência por drogas ou álcool dos pais ou responsáveis (81%), seguida pelo abandono (78%), pela violência doméstica (57%) e pelo abuso sexual (44%). Em muitos casos, há mais de uma motivação registrada. Quanto ao perfil dos acolhidos, a maioria dos atendidos nas instituições de acolhimento brasileiros são de meninos entre 6 e 11 anos de idade (4.188), sendo que a maior parcela está na Região Sudeste (2.232). As meninas da mesma faixa etária somam 3.422 atendidas em todo o país, dessas, 1.954 também estão região Sudeste.

O CNMP mostrou um dado curioso, no que diz respeito às visitas que as crianças recebem durante o acolhimento institucional, em 75% das entidades verificou-se a presença de acolhidos que não recebem visitas há mais de dois meses. A preocupação dos membros do Ministério Público que inspecionam esses locais é de que,

com isso, sejam perdidos os vínculos familiares e as chances de reinserção à família fiquem cada vez mais escassas (Costa, 2013).

O acolhimento institucional é a sétima medida de proteção prevista no ECA, que deve ser aplicada, sempre que os direitos da criança e do adolescente forem ameaçados ou violados. Segundo esta legislação, a medida de proteção que determina o acolhimento institucional em situações nas quais há grave risco à criança e ao adolescente deve vislumbrar a provisoriedade dessa condição e buscar de forma empenhada a sua reintegração ou reinserção familiar, sendo que os vínculos familiares e comunitários devem ser cultivados até que tais situações sejam alteradas ou superadas de modo significativo (Brasil, 2009).

De acordo com a Convenção das Nações Unidas pelo Direito da Criança citada por Rizzini e Rizzini (2004), o cuidado à criança em risco pessoal e social deve ser feito por uma instituição se não houver alternativa e este acolhimento deve ser temporário e inspirado no cuidado familiar. O Art.19 do ECA e o Art. 23 dão suporte legal à ideia de que o acolhimento deve ser visto como uma medida de proteção, mas que precisa ser de natureza provisória e só ser aplicada quando a situação oferecer perigo à criança ou ao adolescente. Vê-se, assim, que o acolhimento de crianças deve ser adotado apenas diante da ausência de outros recursos de proteção e o modo de cuidado não poderia ser mais o regime de internato, porém, convivência em pequenas moradias com um número reduzido de crianças, tentando prevê e garantir a elas uma atenção mais individualizada.

Mais recentemente ficou mais claro para autoridades, gestores e pesquisadores sociais que o acolhimento institucional de crianças e adolescentes é, segundo determina o ECA, uma medida de proteção, mas que pode imputar também perdas e prejuízos ao desenvolvimento infantil, dependendo da idade em que ocorrer a institucionalização e o tempo passado nesse tipo de ambiente (Martins, 2009). Em função disso, hoje está mais

evidente que discutir a questão da institucionalização significa incluir a preocupação não apenas com a qualidade do cuidado institucional e substituto que é oferecido à criança em risco social e afetivo, mas prever medidas que possam permitir o seu rápido retorno ao convívio familiar. Em função disso no dia 03 de agosto de 2009, foi aprovada a Lei 12.010/2009, conhecida como a Nova Lei de Adoção, que prevê várias alterações e que provocou inclusive modificações no texto do ECA, sobretudo na forma como vem sendo implementadas as políticas de proteção à infância e adolescência. Uma das mudanças destacadas é a substituição da palavra abrigo pela expressão acolhimento institucional (De Sousa, 2010).

Apesar de o acolhimento institucional ser preconizado enquanto medida protetiva, estudos têm comprovado que quanto maior o tempo de permanência de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento, maiores serão os prejuízos ao seu desenvolvimento psicológico, afetivo e cognitivo (Bronfenbrenner, 1996; Dell’Aglío & Hutz, 2004, Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007; Cavalcante, Silva & Magalhães, 2010).

Desde o período colonial até os nossos dias, entende-se que a institucionalização de crianças e adolescentes deve ser evitada sempre que possível, como orienta o próprio ECA na atualidade. Carvalho (2002), assim como vários estudos sobre os efeitos da permanência longa de criança longe da convivência familiar (Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007), consideram que o ambiente institucional não se constitui o melhor meio de desenvolvimento, pois o atendimento padronizado, o alto índice de criança por cuidador, a falta de atividades planejadas e a fragilidade das redes de apoio social e afetiva, são fatores que prejudicam a vivência institucional e suas repercussões no desenvolvimento. Estudos como os de Dell’Aglío (2000) apontam que a institucionalização pode ser a melhor saída para casos em que existem situações

adversas na família, embora ofereça riscos ao desenvolvimento. O acolhimento institucional também protege a criança e os adolescentes dos maus-tratos, mais propicia outros tipos de desvantagens para ela.

Dell’Aglío e Hutz (2004) apontam em seus estudos que as crianças acolhidas institucionalmente possuem mais dificuldades no desempenho escolar, quando comparadas às crianças que vivem com a família. Este estudo sugeriu que a família é de fundamental importância para um bom desempenho escolar dos filhos, em particular quando estes ainda são crianças, uma vez que ainda são dependentes dos adultos.

Fraga (2008) realizou sua pesquisa com educadoras de uma casa abrigo localizada em uma cidade do interior de São Paulo, com o objetivo de conhecer o que elas pensavam sobre infância, as crianças sob seus cuidados e as práticas educativas destinadas a elas. Os resultados revelaram uma equipe de educadores bastante diversificada do ponto de vista da formação profissional (60% são Pedagogas, Psicólogas e Assistentes Sociais), com muito tempo de dedicação ao trabalho, onde suas histórias de vida sustentam uma visão de infância e de cuidado à infância bastante afinada com os princípios contemplados pelo ECA e centrada na condição peculiar de desenvolvimento da criança. Por outro lado, quando se referem especificamente à criança acolhida na instituição, esta parece ser vista fora dessa ótica. Além disso, consideram que as educadoras sentem que, no dia-a-dia da instituição não há espaço para realizar um trabalho com autonomia, criatividade, espontaneidade, estímulo e brincadeiras, se sentido inclusive muitas vezes limitadas na forma como asseguram os cuidados básicos à criança como alimentação e higiene. Embora, tenham uma percepção de infância bastante coerente com a estabelecida pelo ECA, as educadoras não conseguem fazer com que estas ideias e valores estejam presentes em suas práticas de

cuidado no ambiente da instituição. Reconhecem a existência de uma estrutura rígida e autoritária por suas exigências quanto à estruturação da rotina, horários e prioridades.

O estudo de Fraga (2008) identificou ainda conflitos entre diferentes crenças vivenciadas no contexto de trabalho, sobretudo no que diz respeito ao ideário delas próprias em relação à criança e sua educação como prática atual. O autor apontou conflitos entre as concepções das educadoras e as da instituição de acolhimento, que parece muito semelhante ao modelo assistencial e correccional observado nos primórdios da política de assistência social no período colonial e parte da fase republicana, que foram apresentados no item anterior deste trabalho que resgatou as raízes da longa história de institucionalização de crianças no país. Estudos (Cavalcante, 2008; Martins, 2009; Corrêa, 2011) mostram que é possível encontrar nas instituições de acolhimento uma equipe de técnicos e educadores que, embora tenham conhecimentos sobre o tema, mas parece subutilizado. Os resultados desses estudos indicam que tais profissionais tendem a apresentar uma prática cotidiana muito diferente daquela que poderia ou deveria oferecer às crianças que estão sob seus cuidados e em consonância com o que é pretendido pelo ECA (Tinoco & Franco, 2011; Serrano, 2008).

Em outra análise na perspectiva da criança, Golin e Benetti (2013) analisou as dimensões psicológicas de três meninos com idade entre um e dois anos e seus cuidadores a partir do estudo de suas interações em uma instituição de acolhimento. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, realizada por meio de estudos de casos múltiplos. A técnica utilizada para coleta de dados foi inspirada no Método Bick de observação, além disso, foi realizada uma entrevista sobre transtorno do apego com o cuidador principal em relação a cada criança observada. Também foram levados em consideração os dados referentes a cada história de vida dos meninos observados, adquiridos por meio de relatos informais da equipe e de documentos obtidos pela

direção da instituição. Junto a isso foi realizada uma entrevista não estruturada com os cuidadores de referência dessas crianças a fim de acessar as suas demandas psicológicas.

Com base na análise dos três casos, Golin e Benetti (2013) verificaram que, apesar das diferentes características, as três crianças evidenciaram uma busca ativa pelos educadores, expressando sua demanda psicológica por meio da angústia e do seu comportamento. Essas demandas envolveram a necessidade de interações (educadora-criança) constantes pelas quais possam ser reconhecidas nas suas habilidades e necessidades pessoais. Ainda, foi observado que seus cuidadores demonstraram características distintas, com implicações para a forma de pensar e trabalhar na atenção às crianças. Eles também expressaram seu sofrimento frente à rotina institucional, verbalizando a sua sobrecarga de trabalho e sua instabilidade emocional diária, as quais interferem negativamente em interações mais próximas com as crianças. Os cuidadores demonstraram diferentes formas de lidar com a criança e suas demandas, evidenciando a necessidade de desamparo emocional para lidar com elas, bem como com seus próprios sentimentos ativados nessa relação.

Diante dos resultados apresentados pelo estudo de Golin e Benetti (2013), pode-se supor que são necessárias intervenções específicas de apoio, além de orientação psicológica constante aos cuidadores de crianças que estão vivendo em instituições de abrigo, para que possa lhe proporcionar sentimentos de segurança e interações promotoras de desenvolvimento saudável (Cavalcante, 2008; Vilhena, 2011). Em qualquer que seja o contexto, familiar ou institucional, supõe-se que mães, avós e educadoras ocupam-se das rotinas de cuidado à criança, sendo necessário conhecer quem são e o que pensam acerca do desenvolvimento infantil e particularidades que marcam o cuidado infantil em situação de vulnerabilidade e para crianças cuja

institucionalização (ou o acolhimento institucional) foi considerada medida de proteção especial.

Dalben e Dell' Aglio (2008) realizaram uma pesquisa que investigou a representação do apego em adolescentes institucionalizadas por medidas de proteção, através de três estudos de caso, de meninas entre 12 e 14 anos, que experienciaram separações da figura materna na infância. Os dados foram coletados nas instituições, através da inserção ecológica, análise dos prontuários, entrevistas com profissionais da equipe técnica e entrevistas individuais com as adolescentes. As entrevistas semidiretivas, elaboradas a partir de instrumentos de avaliação do apego, examinaram as percepções das participantes sobre relações com cuidadores na infância, relação atual com essas figuras, vivências de separações ou perdas, qualidades e percepções atribuídas às relações e experiências da infância. Os dados foram discutidos identificando-se os aspectos atribuídos aos padrões de apego, tendo sido observados os padrões preocupado/ansioso e evitativo/desapegado, nos casos investigados. Os resultados apontaram presença de processos de resiliência na construção de novas relações afetivas estabelecidas após a institucionalização, tanto com pares como com adultos.

Em outra pesquisa foi acompanhado o desenvolvimento de oito adolescentes, quatro meninas e quatro meninos, acolhidos em duas instituições e seus processos de desligamento institucional. Realizou-se um estudo longitudinal com base no procedimento de inserção ecológica, utilizando-se na coleta de dados diários de campo, conversas informais e roteiros de entrevistas semiestruturadas. Os resultados foram organizados em categorias temáticas e analisados com base na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. Apesar da maioria dos adolescentes ter relatado manter vínculo e sentimentos positivos para com pelo menos um membro familiar e dos

esforços das equipes técnicas das instituições, verificou-se dificuldade na efetivação da reinserção familiar. Concluiu-se que, além da dificuldade de maior vinculação entre a instituição e alguns jovens, demonstrada pela evasão de quatro participantes, outro empecilho à reinserção é a dificuldade das famílias na superação das suas carências materiais e dos conflitos nas relações.

Álvares e Lobato (2013) verificaram a incidência de sintomas depressivos em uma amostra de crianças e adolescentes em medida protetiva de acolhimento institucional na cidade de Patos de Minas. Participaram do estudo 23 crianças/adolescentes (entre 7-16 anos). A sintomatologia depressiva foi avaliada através do Inventário de Depressão Infantil – Children’s Depression Inventory – CDI. Os resultados mostraram que 35% das crianças/adolescentes participantes obtiveram percentil considerado clinicamente significativo, e outras 35% apresentaram percentil aproximado ao que acusa sintomatologia depressiva. Os resultados da pesquisa sugeriram como perfil de criança/adolescente com sintomas depressivos: ter um tempo de acolhimento superior a 2 anos, histórico de acolhimento, não ter padrinhos, não possuir irmãos na instituição e ser acolhida depois dos 7 anos de idade.

Outro estudo investigou o papel da rede de acolhimento institucional no que diz respeito a preparação e orientação do jovem para a vida pós-desligamento obrigatório devido à maioridade. Realizou-se um estudo de caso da trajetória institucional de um jovem com mais de 18 anos de idade, institucionalizado em abrigo municipal para adolescentes desde os 15 anos, impossibilitado de retornar à família e à comunidade de origem, e recém-egresso. A escolha do sujeito de referência para o estudo ocorreu por meio de entrevistas exploratórias realizadas com funcionários da Rede de Apoio à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco na cidade de Natal (RN). As informações sobre o caso foram colhidas por meio de entrevistas abertas com

o jovem, os educadores e os gestores da rede em Natal, visitas exploratórias a ambientes e locais de referência da vida do jovem, leitura de documentações referentes à vida institucional do jovem e notas de campo. A análise dos dados apontou o despreparo e a pouca habilidade do jovem no trato com a vida social de um mundo adulto, bem como uma incompatibilidade entre os seus planos e desejos relacionados à sua vida pós-acolhimento e as opções oferecidas pela rede de acolhimento. Tal situação decorreu da falta de um projeto político-pedagógico da instituição de acolhimento e de políticas públicas voltadas para essa questão. Esses elementos indicaram que o acolhimento institucional contribuiu para uma inclusão precária, ao acarretar novas situações de risco à vida desse sujeito (Figueiró & campos, 2013).

Carlos, Ferriani, Silva, Roque e Vendruscolo (2013) realizaram uma pesquisa com o objetivo de conhecer e analisar, sob a ótica de adolescentes vítimas de violência doméstica e acolhidos institucionalmente em Campinas, SP, os fatores de proteção aos quais foram submetidos e/ou ao qual tiveram acesso. A coleta foi realizada com grupos focais, compostos por 17 adolescentes e entrevistas semiestruturadas com sete deles; a análise dos dados se deu a partir da análise de conteúdo e modalidade temática. Os resultados foram discutidos através de dois núcleos temáticos intitulados “Quatro Paredes e Confiança”. Foi apontado que no contexto de acolhimento institucional apesar dos esforços realizados contemporaneamente, ainda mantém ambiente autoritário; houve uma construção de vínculo e confiança estabelecidos entre os adolescentes e alguns funcionários, o que serviu como fatores de proteção para os adolescentes.

Fukuda, Penso e Santos (2013) apresentaram em uma pesquisa o perfil sociofamiliar de crianças e adolescentes em situação de múltiplos acolhimentos institucional em Brasília/DF entre janeiro de 2007 e agosto de 2009. A coleta foi realizada através de um levantamento documental quantitativo das pastas especiais que

faziam parte da promotoria da infância e juventude. Os resultados demonstraram uma predominância de crianças e adolescentes do sexo masculino, com média de três acolhimentos, de famílias com mais de uma criança/adolescente acolhida com idade inferior a 11 anos, vítimas de maus tratos, negligência ou situação de rua, sob a responsabilidade legal das mães, sendo a figura paterna praticamente ausente nos processos judiciais, o perfil das mães acentuou alto grau de vulnerabilidade social. O tempo de acolhimento demonstrou a violação dos princípios da brevidade e excepcionalidade da medida de acolhimento, o que aponta para ineficácia das políticas sociais de proteção e assistência às famílias em situação de vulnerabilidade social.

A instituição de acolhimento, segundo Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007) por ser um ambiente de cuidado coletivo, oferecem à criança e aos adolescentes cuidados físicos relativamente adequados, referentes à alimentação, higiene e trato de doenças. Entretanto, esses cuidados se caracterizam também por serem emocionalmente indiferentes, massivos, tendendo a ser pouco afetuosos, o que pode se constituir como campo fértil para a propagação de déficit cognitivo, déficits depressivos e distúrbios no desenvolvimento.

Embora se reconheça que as instituições que acolhem crianças e adolescentes possam ser contextos que limitam o desenvolvimento saudável destes, deve-se reconhecer os avanços que são obtidos com a implementação do ECA, em relação a qualidade da assistência oferecida por estas instituições. Portanto, para dar mais atenção a este ambiente social, a comunidade científica tem se voltado para investigar aspectos referentes desde ao funcionamento das instituições de acolhimento até aqueles referentes ao desenvolvimento das crianças e adolescentes acolhidos, vivência institucional dentre outros (Siqueira & Dell'Aglio, 2006).

Neste sentido, conforme o ECA, a Lei nº 12.010/2009, as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Brasil, 2007), todos os esforços devem ser empreendidos para manter o convívio da criança ou adolescente com sua família de origem, sendo o afastamento do contexto familiar, uma medida excepcional. Nesses termos, a relação da família com os adolescentes em situação de acolhimento é fundamental no desenvolvimento das mesmas, uma vez que ela é determinante na socialização para transmitir valores, crenças, bem como, constituem uma rede de apoio social necessária à superação de desafios e conflitos do cotidiano familiar. Estudos mostram ser muito importante a presença da família e da rede de apoio social enquanto o adolescente permanecer em instituição de acolhimento institucional, pois a interação e o fortalecimento da família junto com a rede, quando necessário, serão fundamentais para a reintegração da criança não somente à família, mas a um ambiente saudável e propiciador do desenvolvimento esperado.

4 Famílias: Conceitos e Dinâmicas

Nas últimas décadas, as famílias têm passado por diversas mudanças, vários são os motivos que podem justificar essas transformações, conforme atestam as pesquisas realizadas junto às famílias, podem se destacar: a entrada da mulher no mercado de trabalho, a maior participação dos pais nos cuidados dos filhos, a permanência dos filhos adultos na casa de seus genitores, o aumento do tempo de vida e o surgimento de novos casais como os: recasados, com filhos, sem filhos, casais homossexuais com filhos ou sem filhos, ou seja, se tem novas formas de construir a parentalidade. Os novos arranjos familiares causam uma modificação da família tradicional e ocorre uma alteração dos papéis sociais e afetivos nesse ambiente (Silveira & Wagner, 2012; Mosmann, Wagner & Féres-Carneiro, 2006; Carter & McGoldrick, 2011).

Além de todas essas transformações, a família é influenciada pelas dificuldades da sociedade atual, como desemprego, precariedade do trabalho, ausência de escolaridade, violência e crise econômica (Leonel, Maia & Baltar, 2010). A família é considerada uma matriz da identidade individual e social, pois ela abrange diversas configurações, tanto no campo das culturas como no sentido das classes e grupos sociais, sendo considerada como um espaço privilegiado para se conviver (Miotto, 2000). Nos trabalhos de Paugam (1999), a família é vista enquanto mediadora das relações entre sujeito e coletividade, pois esta encerra um plano de vida fundamentado na solidariedade, ao produzir formas comunitárias de vida. Para Szymanski (2002), a família é uma associação de pessoas que escolhe conviver juntos por razões afetivas e assume um compromisso de cuidado mútuo.

A família tem dentre os seus papéis o dever de proporcionar afeto e segurança, ensinar as primeiras e básicas rotinas individuais àqueles que estão sob sua

responsabilidade. Os pais devem combinar afeto e controle parental de forma que as crianças possam compreender e interpretar como funcionam as relações do mundo social (Diniz, Salomão, 2010; Moinhos *et al.*, 2007). Além disso, os laços afetivos formados por pais e filhos têm sido reconhecidos como fatores positivos para o desenvolvimento saudável, pois o apoio parental em nível cognitivo, emocional e social, permite à criança e ao adolescente a formação de repertórios saudáveis para enfrentar situações cotidianas.

Os acontecimentos e as experiências familiares propiciam a formação de repertórios comportamentais de ações e resoluções de problemas com significados universais (Dessen & Polônia, 2007). Contudo, além dessas atribuições materiais e afetivas, cabe aos pais ensinar aos seus filhos os valores éticos e culturais, regras, papéis, crenças que um dia eles mesmos aprenderam de seus respectivos pais.

A família como responsável pela socialização dos filhos, e sendo composta por uma complexa rede de interações, não pode ser definida apenas pelos laços de consanguinidade (Dessen & Polônia, 2007). Ao se reconhecer que a família é um núcleo social básico que recebe influências dos contextos políticos, econômicos e culturais, afirma-se que a questão social interfere e modifica as relações e as dinâmicas familiares. Portanto, é necessário que se perceba o ambiente (Bronfenbrenner, 1996) ou o território da família (Andrade & Matias, 2009) como propulsores de fragilização ou fortalecimento dos vínculos familiares.

Diante do exposto, pode-se compreender que os grupos familiares são um sistema semiaberto (Bertalanffy, 1977) e, estão inseridos em diversos contextos interconectados que contemplam desde o ambiente natural em que a família vive até os sistemas em que se encontram a estrutura política e cultural da sociedade em que a mesma está inserida (Martins & Szymanski, 2004).

A teoria sistêmica defende a ideia de que o sistema familiar é composto por subsistemas interdependentes que se influenciam mutuamente através de um padrão circular e não linear (Grych, 2002; Minuchin, 1985). Segundo Minuchin (1980/1990), os subsistemas familiares compreendem os indivíduos, díades, tríades e demais grupos que compõem a família, sendo determinados de acordo com o sexo, a geração, o interesse ou as funções executadas por seus membros. Entre os principais subsistemas presentes em uma família, destacam-se o individual, o conjugal, o parental e o fraterno. Cada indivíduo participa de diferentes subsistemas em uma família, sendo que, em cada um deles, tende a executar funções específicas (Minuchin, 1980/1990; Minuchin, 1985).

A dinâmica familiar pode ser compreendida como um sistema complexo, segundo Minuchin e Fishman (1990), ao se considerar a estrutura, os subsistemas e as fronteiras do funcionamento da família. A estrutura familiar pode ser definida como “um conjunto invisível de exigências funcionais que organiza as maneiras pelas quais os membros da família interagem” (Minuchin, 1982, p. 57). Ela não é facilmente observada, sendo expressa através dos subsistemas, da hierarquia, dos papéis e das fronteiras, dentre outras dimensões do funcionamento familiar. Já os subsistemas são agrupamentos familiares baseados em gerações, gêneros e interesses comuns (Nichols & Schwartz, 2007, p. 184). Assim, cada pessoa pode pertencer aos diferentes subsistemas, ao desenvolver papéis diferentes em cada um deles (Nichols & Schwartz, 2007) e, embora alguns subsistemas sejam comuns, as possibilidades de agrupamentos em subsistemas são diversas.

Nichols e Schwartz (2007) referem que os indivíduos, os subsistemas e as famílias são demarcados por fronteiras, nas quais as barreiras invisíveis que envolvem os sujeitos e os subsistemas a regulam o contato com os outros. A nitidez das fronteiras apresenta-se como um fator importante para a análise do funcionamento familiar, pois

revela maior ou menor funcionalidade da família. Minuchin e Fishman (1990) referem que o estabelecimento de fronteiras pode sinalizar possíveis patologias já que tanto fronteiras rígidas quanto difusas denotam, em algum nível, um padrão disfuncional do funcionamento familiar.

Minuchin e Fishman (1990) definem as fronteiras rígidas como restritivas, já que permitem pouco contato com subsistemas externos, resultando em relações distanciadas. Por vezes, não garantem o apoio mútuo intrafamiliar, expressando um sentido distorcido de independência, já que o estresse de um familiar parece afetar os outros apenas quando em um nível muito elevado. Em contrapartida, as fronteiras difusas configuram famílias emaranhadas, já que seus subsistemas desenvolvem um sentimento de apoio mútuo à custa da autonomia de seus membros. Com fronteiras enfraquecidas, levam conseqüentemente seus membros a reagirem exageradamente e de forma intrusiva uns com os outros (Nichols & Schwartz, 2007).

Os grupos familiares, segundo a teoria sistêmica, acreditam que o comportamento de cada membro da família é interdependente do comportamento dos outros, ou seja, a atitude de cada pessoa reflete ou é refletida pelas atitudes de cada uma das outras pessoas (Cerveny & Berthoud, 2010; Watzlawick, Beavin & Jackson 1993). Para esses autores, o importante não é apenas o conteúdo da comunicação, mas o aspecto relacional, uma vez que todo comportamento é uma forma de comunicação.

Sarti (1991) afirma que a comunicação inclui todos os símbolos e indícios utilizados pelos indivíduos quando estes recebem e transmitem mensagens, além do mais, existem muitos aspectos da experiência que não podem ser descritos através das palavras. Uma pessoa que se comunica de maneira funcional pode expor com firmeza seu ponto de vista e clarificar e qualificar o que afirma. A referida autora acredita que os seres humanos podem se “metacomunicar”, seja verbalmente ou não verbalmente. Eles

podem dar ao receptor um considerável sortimento de mensagens para serem avaliadas e classificadas, na medida em que este tenta descobrir o significado da comunicação.

Entre as formas de comunicação encontradas no ambiente familiar, destacam-se as lealdades invisíveis. Estas se referem à existência de expectativas diante das quais todos os membros familiares assumem determinados compromissos ao estabelecer conexões fortes entre as gerações passadas e futuras. Imber-Black (1991/1994) salienta que os segredos também podem estar presentes no contexto familiar, podendo mistificar e distorcer os processos de comunicação, moldar díades, formar triangulações, estabelecer alianças encobertas, divisões ou rompimentos e determinar a intimidade ou o distanciamento das relações (Bucher, 1986).

Na família, existem conteúdo e formas de comunicação que perpassam gerações, que aqui podem ser chamadas de repetição transgeracional. Em algumas famílias, esses padrões são percebidos de formas mais fáceis nas relações cotidianas, enquanto que em outras vêm de maneira obscura e são mais difíceis de serem percebidas (Rezende, Krom & Yamada, 2003). Há conteúdos importantes na estrutura e no funcionamento familiar que são presentes nos padrões transgeracionais.

Em seu ciclo de vida, a família deve operar mudanças e transformações, como resposta às pressões externas e internas, para garantir sua unidade e manter ou não sua continuidade. A família passa através do seu ciclo de vida por momentos chamados de transicionais que, de acordo com Carter e McGoldrick (2011), podem aglutinar expectativas, facilitar a passagem dos conteúdos transgeracionais, sejam eles determinados pelas lealdades familiares ou por conflitos e questões não resolvidas. No ciclo de vida podem ainda ocorrer cortes bruscos, que são muitas vezes dramáticos, e se referem a um distanciamento emocional ou rompimento de vínculos afetivos (Bowen, 1978). Para Kramer (1985), o aumento da ansiedade na família pode caminhar em duas

direções: na vertical, movendo-se para as próximas gerações; e na horizontal, ocorrendo nas transições evolutivas do ciclo de vida familiar. A habilidade para lidar com essas transições pode ser afetada pelo grau de ansiedade proveniente de ambos os lados, podendo gerar crises e paralisações, muitas vezes não identificadas pelos membros.

Outro conteúdo importante observado através das gerações familiares são os conflitos. Em muitas situações os conflitos acabam por se repetir, uma vez que a linearidade familiar pode se manter através dos tempos, por conta do consenso existente entre as sucessivas gerações na mutualidade de experiências. Portanto, os conflitos mal resolvidos numa geração, tendem a se repetir nas sucessivas, o que pode ser preocupante, já que tal ação se torna um elemento negativo nas relações familiares (Benincá & Gomes, 1998).

Carter e McGoldrick (2011) afirmam que as famílias repetem-se a si mesmas, questões que aparecem numa geração podem passar à geração seguinte. Já Elkaim (1989) diz que, independente da singularidade ou especificidade de cada família em como transmitir ou elaborar seus modelos, não há dúvidas na transmissão dos mesmos. Logo, nota-se que, independentemente das configurações das famílias, todas têm uma tendência a repetir modelos, regras, funções ou hierarquias.

Minuchin, Nichols e Lee (2009) afirmam que os indivíduos, pelo próprio desenvolvimento da família nas últimas décadas, têm capacidade de viver suas experiências de uma maneira diferente de seus antepassados. A repetição pode ser uma cópia do passado, uma réplica ou uma lembrança ou pode ser uma nova versão, uma representação modificada do passado. Toda família repete e há repetições que mantêm a família como um sistema, o que pode inclusive, prover esse sistema de uma identidade específica que o diferencia dos outros. O sistema seleciona do passado o padrão repetitivo que vai incluir na sua própria história (Cervený & Berthoud, 2010).

Em seu estudo sobre a percepção de mães e adolescentes sobre a violência intrafamiliar por meio da construção do genograma, Santos e Castoldi (2012) tentaram compreender como a violência pode ser um fenômeno transmitido transgeracionalmente. Os resultados desse estudo indicaram que houve reprodução transgeracional da violência, principalmente da violência física, e que esta foi verificada nas disfunções relacionais entre os pais e nas relações que a mãe estabeleceu ao longo de sua vida, a qual também se perpetuou com seus filhos, nos quais presenciavam a cena e acabaram sendo vítimas desse fenômeno. As autoras salientaram que embora a repetição estivesse clara na fala dos participantes do estudo, o mesmo não ocorreu na construção do genograma construído pelos adolescentes, apenas no das mães indica a preocupação dos filhos com a violência na família atual.

Minuchin, Nichols e Lee (2009) enfatizam que dependendo do ambiente e das relações em que se encontram as crianças e os adolescentes, a família pode ser o principal fator de proteção na vida de um indivíduo, assim como esta pode representar um grande risco em seu desenvolvimento social, psíquico e emocional. Em um contexto no qual vive sob a influência de fatores associados à condição de pobreza, por exemplo, a família neste contexto marcado geralmente por condições adversas tende a se tornar mais vulnerável às situações de risco (Sposati, 2009). Contudo, indo além da situação social da família, vê-se que essa instituição muitas vezes não consegue desenvolver e realizar as atribuições de provimento, cuidado e proteção. Em alguns casos, coloca a criança ou adolescente em situação de risco, viola ou ameaça seus direitos fundamentais por meio de violência intrafamiliar, negligência parental, rigidez nas práticas educativas e doenças mentais. Estas formas de violação podem ser consideradas como fatores de risco até certo ponto comuns no contexto familiar (Siqueira & Dell'Aglio, 2007).

Alguns pesquisadores no Brasil, têm se dedicado a investigar fatores de risco e proteção no âmbito familiar, principalmente em famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social. Estudos apontaram tais temáticas que são explicadas por Milani e Loureiro (2008) ao analisarem os tipos de violência vivenciados pelas crianças atendidas pelo conselho tutelar. Notaram que as condições familiares estavam relacionadas às múltiplas adversidades como o conflito familiar e o uso abusivo de álcool e drogas, o que mostra que, ao identificar a violência como uma adversidade, quase sempre se faz presente um conjunto de condições negativas.

Estudos sobre violência intrafamiliar têm destacado o fenômeno da repetição transgeracional (Araújo, 2002; Banyard, 1997; Caminha, 2000; Dixon, Browne & Hamilton-Giachritsis, 2005; Dixon, Hamilton-Giachritsis, & Browne, 2005; Leifer, Kilbane, & Kalick, 2004, Santos & Dell'Aglio, 2008). A mesma é entendida a partir do fato de adultos, que foram vítimas de violência intencional e repetitiva, possuírem um padrão comportamental de funcionamento inadequado, baseado na violência, aprendido na infância ou na sua adolescência (Caminha, 2000). Dessa forma, as crianças ou adolescentes que viveram situações de violência no ambiente familiar aprendem a utilizá-la como mediadora de suas relações sociais e pessoais, tanto na infância quanto na adultez, transformando-se em agressor ou, ainda, não conseguindo proteger seus filhos de uma figura parental agressiva, perpetrando, assim, a violência.

Um levantamento de 600 trabalhos sobre violência doméstica contra crianças e adolescentes, feito por Reichenheim, Hasselmann e Moraes (1999), mostrou que os principais fatores de risco abordados foram os pessoais/psicológicos dos indivíduos envolvidos, história de violência em gerações anteriores ou em idades precoces, fatores ambientais e socioeconômico - culturais das famílias, características situacionais presentes no momento da violência. Nos trabalhos analisados, houve o predomínio de

fatores pessoais e dos socioeconômicos-culturais presentes no ambiente mais próximo dos indivíduos que praticam a violência (Ristum, 2010).

A violência intrafamiliar não é uma questão atual, pois atravessa épocas e classes sociais distintas, o que normatiza uma relação histórica de agressões nas relações de gênero, de poder e de hierarquia, que foram construídas por uma ideologia patriarcal e machista (Rovinski, 2004). Entretanto, apesar de ser uma problemática antiga, a violência intrafamiliar ganhou maior visibilidade atualmente, devido à discussão de mecanismos de proteção e garantia de direito às vítimas, tanto no meio acadêmico como no governamental (Cantera, 2007). A criança ou o adolescente que sofre violência doméstica muitas vezes tem dificuldade de se perceber no mundo e expressa de si próprio ou a partir de um familiar, em geral, aquele com o qual se identificam, dificuldade de adotarem a resiliência em suas vidas.

Sobre a questão da resiliência, considera-se que este construto abrange processos que explicam a capacidade de superação de crises e adversidades, em indivíduos, grupos e organizações (Yunes & Szymanski, 2001). As crises, os sofrimentos de cada um devem ser utilizados como matéria prima em um trabalho de criação gradual de consciência social para que os sistemas descubram as implicações sociais e transformem o sofrimento em competência. Este deve identificar tanto as forças quanto as capacidades dos indivíduos, das famílias e das comunidades na solução de seus problemas.

A resiliência tem sido bastante discutida do ponto de vista teórico e metodológico pela comunidade científica, que organiza a sua proposta de abordagem denominada pelo funcionamento familiar afetivo, pois organiza um panorama conceitual referente aos seguintes domínios: sistema de crenças da família, padrões de organização e processos de comunicação.

Xavier, Conchão e Júnior (2011) realizaram um estudo com o objetivo de identificar estratégias de ações, utilizando o conceito de resiliência que pudessem diminuir situações de vulnerabilidade social entre jovens de 15 a 19 anos inseridos em diversos programas sociais da prefeitura de Santo André. Através do método qualitativo foi utilizada a estratégia de grupos de conversa, guiadas por temas: 1) “contextualização do projeto e discussão sobre o conceito de resiliência”; 2) “minha situação atual e meus propósitos”; 3) “minhas capacidades e recursos” e 4) “recuperar as fortalezas”. Os principais resultados apontaram que os jovens ao relatarem suas experiências de exposição à violência doméstica, relação com drogas, conflito com a lei, rejeição familiar e social, entre outras, reelaboraram sua própria história e perceberam suas potencialidades de superação, associando-se, nesse momento, o conceito de resiliência e fortalecimento de suas competências. Tal estratégia possibilitou a reflexão e a exposição dos seus sonhos e desejos como uma possibilidade.

A literatura tem demonstrado que há muitas crianças e adolescentes vulneráveis a atos violentos, e na maioria dos casos a violência ocorre no âmbito familiar, principalmente em famílias que vivem um grave quadro de vulnerabilidade social (Prati, Couto & Koller, 2009). Além da violência física, outra forma grave de agressão que tem se tornado frequente contra crianças e adolescentes no ambiente familiar, é o abuso sexual, o abuso sexual constitui uma forma de violência na qual o autor do ato propõe à sua vítima atividades de natureza sexual, mediante uma conduta coercitiva e sedutora, que denuncia a relação de poder e subordinação entre agressor e vítima (Campos & Faleiros, 2000).

Habigzang, Koller, Azevedo e Machado (2005) compreendem o abuso sexual intrafamiliar como incestuoso e apontam como relações incestuosas mesmo aquelas nas quais o agressor assume uma função de proteção, ainda que o vínculo não seja de

consanguinidade. Furniss (1993), revela as condições da organização familiar que permitem que a violência seja frequente: segredos, fronteiras mais fechadas, medos, submissões e não responsabilização por atos cometidos.

Com o objetivo de ampliar a discussão sobre o abuso sexual contra crianças e adolescentes dentro do contexto intrafamiliar, Penso, Costa, Almeida e Ribeiro (2009), focaram na história transgeracional das mães das vítimas, com o intuito de buscar identificar elementos em suas experiências familiares passadas que puderam ampliar a compreensão de alguns de seus comportamentos e reações frente aos incestos dirigidos a seus/suas filhos/as. Os sujeitos foram 4 famílias com crianças de 3 a 9 anos e uma adolescente de 13 anos. Os instrumentos utilizados neste estudo foram observações das interações e diálogos ocorridos durante o grupo multifamiliar; entrevista semiestruturada realizada durante visita domiciliar e a construção do genograma. Os dados foram interpretados pela análise de conteúdo construtivo-interpretativa: três zonas de sentido foram construídas: cuidar é abusar; antes mal acompanhada do que só; depois de tudo o que aconteceu continuo amando meu pai. Os principais resultados indicaram que as vítimas de abuso sexual mostraram sentimentos de ambivalência em relação aos pais, já que foi relatado que as pessoas que as mais a amam, mas as fazem sofrer, houve falha das mães no que se refere a situação do abuso sexual e os pais viam suas filhas como objeto de satisfação pessoal.

Estudos indicam que mães de crianças vítimas de abuso sexual, ao tomarem conhecimento da situação de abuso de suas filhas, podem apresentar diversas manifestações, que podem incluir ansiedade, depressão e estresse pós-traumático. Além disso, a reação frente à revelação pode ser de apoio e proteção ou, ainda, de evitação, indiferença ou ambivalência. Com o intuito de investigar as reações maternas frente ao abuso sexual infantil, Santos e Dell'Aglio (2009) realizaram uma pesquisa com o de

objetivo investigar como mães de meninas abusadas sexualmente reagiram quando tomaram conhecimento do abuso. Foram entrevistadas 10 participantes que estavam sendo acolhidas em serviços especializados em situações de violência num hospital público de Porto Alegre.

Os resultados demonstram que as reações maternas foram classificadas em positivas e ambivalentes. Observou-se ainda que grande parte das mães acreditou no relato das filhas e denunciou o abuso, embora nem todas tenham sido protetivas no sentido de afastá-las do abusador ou de imediatamente procurar ajuda e realizar denúncia. Além do mais, as autoras enfatizaram que a relutância das mães em denunciar o abuso sexual pode estar relacionada ao medo das ameaças realizadas pelo agressor, ao medo desestruturar a família constituída e, também, a angústia do que os familiares e a própria sociedade possam pensar sobre seu papel enquanto mãe. A iniciativa de realizar a denúncia reflete uma postura mais segura das mães diante de seu ideal de família e de sua própria vida. Nesta pesquisa, foi perceptível uma ocorrência maior de reações positivas, pois foi enfatizado que as mães acreditaram no relato de suas filhas. Além disso, essas mães que acreditaram em suas filhas demonstraram maior tendência positiva a respostas de apoio do que as mães que reagiram de forma ambivalente.

Outro estudo que abordou o abuso sexual contra crianças e adolescentes no ambiente intrafamiliar foi o de Martins e Jorge (2009), os autores descreveram o perfil das vítimas e de suas famílias em um município no Sul do Brasil. Para alcançarem seus objetivos, realizou-se um estudo descritivo, de corte transversal e com uma abordagem qualitativa. A população do estudo foi composta por menores de 15 anos de idade vítimas de violência intencional notificada em 2006, atendidos pelos Conselhos Tutelares do município (Centro, Norte e Sul) e os serviços de atendimento a crianças e

adolescentes vitimizados. Os dados foram analisados por meio dos prontuários dos serviços e por formulários previamente testados.

Os resultados demonstraram que dos 1.013 notificados sob a acusação de violência sexual houve predomínio do sexo feminino (63,3%) e a faixa etária de maior risco foi de quatro anos para as meninas (26,7 por 1.000) e de cinco anos para os meninos (16,5 por 1.000). Parte das vítimas residia com os pais (33,2%) e outra parcela só com a mãe (28%), a violência ocorreu com maior frequência sobre o primeiro filho (33,9%) e nas famílias com três (26,6%) e quatro membros (27,4%). Observou-se presença de duas vítimas na casa (37,6%), seguida pelos casos em que havia apenas uma vítima na família (26,5%). A faixa etária dos pais da vítima foi de 20 a 24 anos para as mães (20,3%) e de 30 a 34 anos para os pais (10,8%). A escolaridade predominante dos pais foi ensino fundamental (44%). Entre as mães, a profissão mais comum foi do lar e diarista e, entre os pais, pedreiro e mecânico. Cerca de 30% dos pais encontravam-se empregados; 56,3% das famílias referiu renda familiar de 1 a 2 salários mínimos.

Ainda que não seja a realidade somente de famílias de grupos populares, a violência sexual é um problema de saúde pública, sendo vivenciado por muitas famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social (Gonçalves & Ferreira, 2002; Pfeiffer & Salvagni, 2005).

4.1 Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Estudos com famílias em vulnerabilidade social têm sido bastante investigados na terapia de família e no meio acadêmico. No entanto, em decorrência da multidisciplinaridade característica desse campo de atuação e pesquisa, evidencia-se certa diversidade teórica na utilização do termo “famílias em vulnerabilidade social”. O

surgimento dessas contradições torna-se inevitável quando profissionais com apoios conceituais diversos passam a atuar com um público que traz consigo problemáticas particulares cada vez mais frequentes na realidade brasileira.

Ao analisar a família como um sistema interacional em desenvolvimento, a vulnerabilidade social pode ser expressa no adoecimento de um ou vários membros, em situações recorrentes de uso de drogas, violência doméstica e outras condições que impeçam ou dificultam o desenvolvimento saudável desse grupo. Vulnerabilidade social é uma denominação utilizada para caracterizar famílias expostas aos fatores de risco, sejam estes de natureza pessoal, social ou ambiental, que coadjuvam ou incrementam a probabilidade de seus membros virem a padecer de perturbações psicológicas. Tais riscos estão, em geral, relacionados a situações de vida negativas, que potencializam e predis põem a resultados e processos disfuncionais de ordem física, social, emocional ou psicológica (Prati, Couto & Koller, 2009).

Assim, pode ser considerado como fatores de risco todo evento que se caracterize como dificuldades em nível individual ou contextual e que agrave a vulnerabilidade inerente (Pesce, Assis, Santos & Carvalhaes, 2004). Frente aos riscos, o sistema familiar pode responder de forma incoerente, não tendo condições de reagir funcionalmente e de estabelecer uma base saudável para o desenvolvimento de seus membros. Fontes de recursos estruturais que compõem a rede de apoio social e afetivo dessas famílias não conseguem mais ser acionadas de forma funcional e responsiva.

Quando o sistema familiar se percebe como vulnerável, surgem sentimento de impotência, de falta de recursos e de fragilização, que o conduzem à paralisação à doença e até mesmo ao desespero. Um sistema exposto a situações difíceis, que percebe que suas tentativas de resolver impasses podem não serem suficientes, apresenta vulnerabilidade. Quanto mais vulnerável estiver, maior a tendência para apresentar

problemas no desenvolvimento (Rodriguez & Féres- Carneiro, 2013; Cecconello, 2003; Cowan, Cowan & Schulz, 1996; Masten & Garmezy, 1985).

Com essa tendência, famílias vulneráveis começaram a ser entendidas como sistemas carentes de suporte social, repletas de desafios e necessidades não atendidas. As situações de crise aparecem na interação da família com a comunidade e com a sociedade em geral. Todos esses fatores devem ser considerados no rastreamento de recursos (fatores de proteção) que podem ser acionados pela família em desenvolvimento (Prati, Couto & Koller, 2009).

Em uma pesquisa com 23 jovens de 10 a 19 anos na cidade de Porto Alegre, Cocco e Lopes (2010) buscaram analisar as dinâmicas sociais de jovens vítimas de violência por meio da (re)construção das relações cotidianas discutindo situações de vulnerabilidade, para alcançar seus objetivos foi utilizado o genograma e o ecomapa como instrumentos de coleta de dados. Os resultados apontaram que grande parte desses jovens são oriundos de famílias com precária inserção social e econômica. A formação escolar foi reconhecida enquanto garantia de inclusão social, no entanto para alguns os problemas do ensino público e a violência intra e extramuros, contribuíram para a descaracterização da escola como espaço protegido e de aprendizagem. Diante dos dados apresentados, nota-se que conhecer as dinâmicas sociais implicadas nas situações de vulnerabilidade, auxilia na compreensão desse fenômeno e pode influenciar ações de prevenção e promoção a partir dos serviços de saúde.

Em outro estudo com famílias em situação de vulnerabilidade social, foi investigado a relação entre a prática de atos infracionais por adolescentes e a existência de fragilidade nas composições familiares. A pesquisa buscou, através de um estudo de casos múltiplos, compreender como aspectos da dinâmica familiar vivenciada por adolescentes em situação de conflito com a lei interferem em seu processo de

desenvolvimento psíquico e podem estar associados à prática de atos infracionais. Os resultados demonstraram a presença de diferentes formas de violência (física, psíquica, simbólica) nas trajetórias de vida desses adolescentes, assim como fragilidades nas relações familiares nos momentos precoces do desenvolvimento dos jovens. Logo, nota-se como é importante a inclusão da família em intervenções com esta população a fim de visar tanto a prevenção de reincidência, como o tratamento destes casos (Zappe & Dias, 2012).

Com o intuito de analisar o papel das relações familiares na iniciação do uso de drogas por adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, Bernady e Oliveira (2009) realizaram uma pesquisa do tipo transcritiva e transversal com delineamento de série de casos com onze famílias que os adolescentes sujeitos da pesquisa tinham sinais de negligência e abandono. Foi utilizado como fonte dos dados os prontuários institucionais e dois formulários para entrevistas, a discussão foi feita através da análise do conteúdo. Verificou-se através dos resultados por parte de seus familiares, e que nas suas histórias de vidas havia um grave quadro de violência doméstica, falta de diálogo, além do mais foi observado que a cultura do uso de drogas no ambiente intrafamiliar determina a iniciação pelo uso de entorpecentes por parte desses jovens.

Os adolescentes e os adultos jovens destacam-se como a população mais envolvida no consumo de drogas, pois enfrentam, nessa fase do desenvolvimento humano, modificações físicas, comportamentais e emocionais. É também nessa faixa etária que o indivíduo se identifica com um grupo específico. Assim, em virtude dessas alterações, do relacionamento intergrupar e da influência do ambiente, o adolescente se encontra vulnerável ao uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas, que pode desencadear comportamentos agressivos. Podem ser citados como fatores que predispõem o abuso dessas substâncias na adolescência: o contato com familiares etilistas e drogaditos que

agem com autoridade ou permissividade; amigos usuários de drogas; a presença de comportamentos antissociais; a baixa autoestima apresentada pelos jovens; acesso fácil às drogas e a história de abuso sexual (Dias, Silva, Vieira, Pinheiro & Maia, 2010).

Diante dos estudos apresentados, é importante entender que independente do status socioeconômico, frequência de conflitos familiares, nível de comunicação e reciprocidade, grau de intimidade e um baixo nível de ligação emocional, a família pode ter um papel decisivo no desenvolvimento de comportamentos antissociais sobre seus membros familiares (Siqueira & Dell' Aglio, 2006). Por outro lado, o contexto familiar continua a ser a principal base de apoio e proteção na ocorrência de problemas escolares e de saúde.

Nos casos em que a família não consegue desempenhar a função esperada de cuidado e proteção da criança e do adolescente e quando outros dispositivos sociais e educacionais não apresentam resultados, são tomadas medidas protetivas preconizada em lei, sendo prevista a sua permanência em uma instituição de acolhimento, logo, é visível como é importante identificar como ocorre as dinâmicas familiares de adolescentes que vivem em situação de acolhimento institucional (abrigo institucional, casas-lares e similares) (Yunes, Miranda & Cuello, 2004).

4.2 As Famílias em Foco: Genograma e Descrição dos Estudos de Casos

4.2.1 Caso I: família de Evaristo e Alice.

O genograma foi montado a partir da história de Evaristo (adolescente e filho de Alice). Evaristo tem três irmãos que vivem com a mãe e se chamam Bia de 14 anos, Leticia de 11 anos e Isadora de 20 anos. Alice teve mais um filho (João, 15 anos), porém o mesmo foi dado para sua irmã criar e informou que já abortou no quarto mês de gestação de sua terceira gravidez, por motivos de “desespero” e problemas

financeiros. Dos quatro filhos registrados em seu nome, cada um é de um pai diferente e todos são registrados e mantêm contato com seus genitores, segundo Alice, somente Leticia (a mais nova) tem um vínculo forte com o pai. Alice chegou a viver com o pai de Isadora e Leticia, em torno de um ano com cada um, os outros foram “casos passageiros”. Todos seus ex-parceiros bebiam e já à agrediram fisicamente.

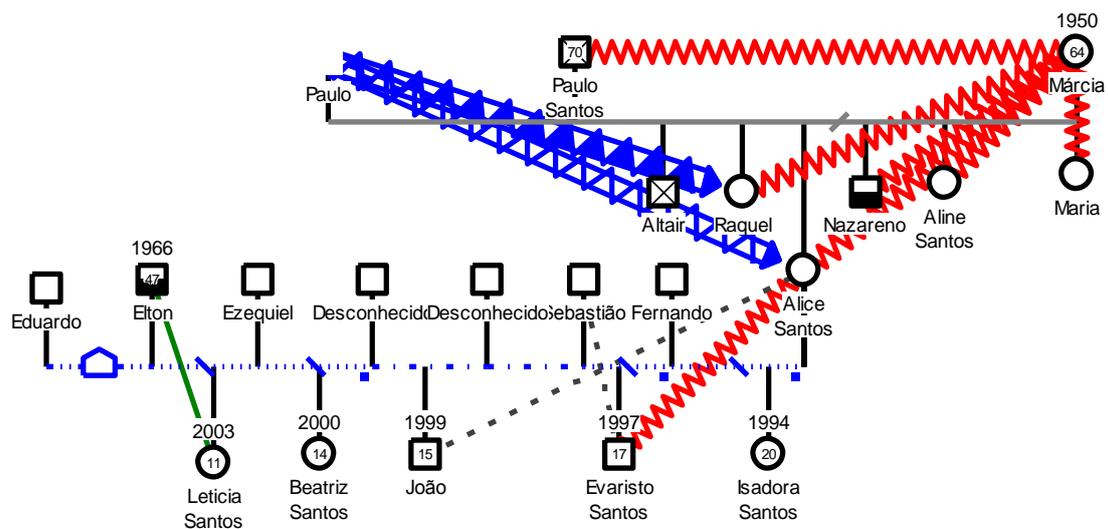


Figura 02: Genograma da Família de Evaristo e Alice.

Alice só possui contato com o pai de sua filha mais nova. Ela salientou que o pai a mimia muito e faz todas as vontades dela, sendo que isto gera conflitos na relação mãe e filha, a mesma fez questão de pontuar que este foi o único pai de seus filhos que já foi usuário de drogas. Atualmente, Alice mora com seu atual companheiro que se chama Danilo e suas duas filhas mais novas, a mesma aguarda a chegada de seu filho que vive no espaço de acolhimento. Sua filha mais velha (Isadora) praticamente mora com o namorado.

Evaristo tem quatro tios maternos, sendo três mulheres e um homem, teve um outro tio, porém esse tio morreu aos três anos de hepatite, portanto não chegaram a se conhecer. Alice não soube informar dados do genograma familiar do pai de Evaristo. Na

família do adolescente foi possível identificar algumas situações que são consideradas fatores de risco, dentre estas pode-se destacar o uso de drogas que foi identificado na história de seu tio materno Nazareno e dois primos seu já tiveram contato com entorpecentes. Nazareno não usa mais drogas, já seus primos continuam nesse mundo e já foram presos. Alice comunicou que a maioria dos seus membros familiares bebem, principalmente, seus irmãos e tios maternos.

Sobre os tios maternos de Evaristo, foi informado por sua mãe que as três irmãs são casadas e que ambas já sofreram violência doméstica por parte de seus maridos. Seu irmão Nazareno, atualmente é solteiro, mas foi casado e brigava muito com sua ex - mulher.

Sobre a questão da violência doméstica, pode-se perceber através do genograma que este é um quadro comum na história da família como um todo. Alice já brigou fisicamente com uma tia materna, devido a conflitos de ideia, frente a essa situação, sua mãe interferiu na briga e agrediu sua irmã. Outro ponto a destacar é que sua mãe apanhava muito de seus pais, que batiam muito nos seus filhos. Alice ainda destacou que todas as suas tias maternas (5) sofriam agressão física de seus maridos.

Esse quadro de violência doméstica na história de Alice, refletiu na sua relação com seus filhos, pois todos apanhavam de sua genitora, principalmente, os dois mais velhos: Evaristo e Isadora. Alice relatou que:

Batiam neles com o que tinha na minha frente, cinto, cipó, sandália e o que mais tivesse. Eles gostavam muito de estar na rua.

Isso demonstra que a Alice utilizava de práticas violentas para a imposição de regras para disciplinar o comportamento dos filhos. Durante a construção do genograma, Alice informou que ela e sua irmã foram molestadas sexualmente por seu padrasto quando eram adolescentes e ainda disse que após o ato, comunicou a mãe,

porém a mesma não tomou providência nenhuma. Alice informou que a situação ocorreu diversas vezes, mas sua genitora achou segundo seu relato: “Melhor abafar o caso e se fazer de cega”. A situação acima ficou restrita somente aos envolvidos no caso e a mãe das vítimas. Durante sua fala Alice demonstrou ficar constrangida e frustrada diante desta situação. Outra situação comum na história familiar de Alice se refere ao nível de escolaridade, pois nem ela e nem seus irmãos terminaram o ensino fundamental, seus tios maternos e seus pais também não terminaram o estudo.

Alice informou também que seus filhos já pararam de estudar várias vezes, sendo que a mais nova já foi até expulsa da escola por comportamento inadequado. Sua filha Isadora (20) parou de estudar há dois anos o ensino fundamental, e Evaristo está fazendo quarta etapa, cujo processo é fazer todo o ensino médio em um ano.

Outro dado importante que foi possível obter com a entrevista do genograma é que Alice, sua mãe e suas irmãs engravidaram na adolescência e todas se casaram com homens mais velhos. Sobre o histórico de doenças na família, Alice comunicou que seu irmão mais novo (3) morreu de hepatite, seu pai (70) de diabetes, sua tia materna mais nova morreu de AIDS (34) e seu avô materno (mais de 80) e um tio morreram de derrame.

Pode-se perceber após a construção do genograma que Alice e conseqüentemente seus filhos tiveram pouco contato com seu pai/avô, tanto que a mesma não informou quase nada do histórico de seu pai. Alice informou que sabe da existência de um tio paterno que por sinal nunca conheceu e seus avós paternos não chegou a conhecer.

4.2.2 Caso II: família de Raissa e Glória.

Raissa tem 17 anos e é a filha do meio de seis irmãos, sendo que três irmãos são por parte do pai e o restante por parte da mãe. A adolescente não possui contato com ninguém de sua família, o genograma de Raissa foi montado a partir do relato de sua avó materna. Nota-se que há uma fragilidade de vínculos afetivos na vida de Raissa com seus familiares. A construção do Genograma de Glória (avó, 62 anos) e Raissa (neta, 17 anos).

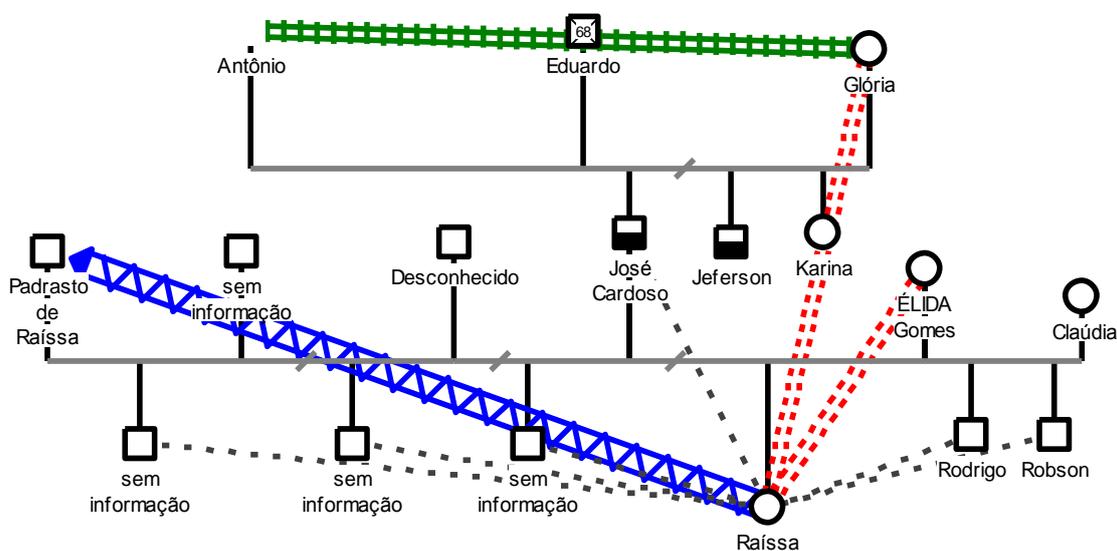


Figura 03: Genograma da Família de Raissa e Glória.

O genograma demonstrou que na história familiar da adolescente há três tentativas de suicídio, sendo uma da própria garota, uma de seu pai e outra de seu tio paterno. Na história familiar da adolescente, nenhum de seus tios, pais e avós terminaram os estudos e todos vivem do trabalho informal. Outro dado importante é que Glória (avó) possui pouco contato com seus filhos, já que um mora no interior do estado, outro vive no centro de reabilitação e sua filha mora nos Estados Unidos. Vale ressaltar, que sua filha Karina tem duas filhas e que foram criadas e registradas pela avó. Percebe-se a fragilidade do vínculo nessa família. Sobre o histórico de doença na família, a bisavó paterna, a avó e a tia de Raissa são hipertensas.

Raissa é registrada no nome de seu tio Jeferson que é usuário de drogas, atualmente vive num centro de reabilitação e já morou na rua. Segundo Glória, seu filho chegou a parar de usar drogas, mas depois de um período voltou a consumi-las. No genograma de Raissa, pode-se observar um quadro de violência doméstica sofrida por sua genitora e há uma suspeita de abuso sexual por parte do padrasto, tanto que a adolescente participa de um programa social que é específico para vítimas de violência sexual.

O pai de Raissa foi usuário de drogas, porém hoje é pastor evangélico e não quer mais ter contato com a filha, o mesmo ainda orientou a sua mãe “a largar a menina de mão”, pois a adolescente tem um grande histórico de fugas do lar e passagem pelo conselho tutelar. Sobre a família materna de Raissa há pouca informação, sabe-se que sua mãe é a filha mais velha de três irmãos e nunca conheceu seus pais. A mesma tem quatro filhos (cada um de um pai), sendo Raissa a mais velha, porém mãe e filha tem um histórico grave de conflitos, principalmente relacionado a violência doméstica.

4.2.3 Caso III: família de Jéssica, Jeová e Roberta.

O genograma sobre a história de Jéssica e Jeová foi construído a partir do relato de sua mãe Roberta de 28 anos. Jéssica e Jeová são os filhos mais velhos de quatro irmãos. Ambos têm 13 e 12 anos respectivamente e seus outros dois irmãos tem a idade de sete e seis anos, sendo uma menina e um menino.

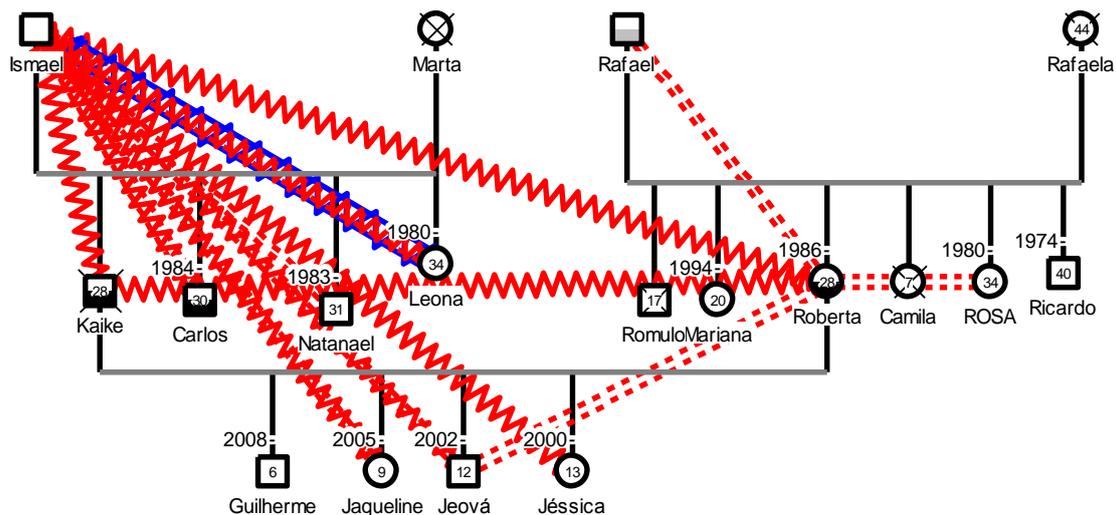


Figura 04: Genograma da família de Jéssica, Jeová e Roberta

Roberta mãe das crianças tem 28 anos e já foi usuária de drogas e álcool, teve sua primeira gravidez aos quatorze anos e relatou já ter sofrido violência doméstica de seu marido. Roberta é a quarta filha de seis irmãos. Seu irmão mais velho se chama Raimundo, tem 40 anos e atualmente é pastor de uma igreja evangélica, os dois tem pouco vínculo. A segunda irmã de Roberta se chama Rosa, tem 34 anos e atualmente moram juntas.

Roberta relatou que na sua adolescência fugia muito de casa devido a conflitos com seu pai e quando retornava apanhava muito da sua irmã Rosa. Foi informado que Rosa é casada e ambas já brigaram devido as intrigas do cunhado. Quando o perguntado o porquê de tal intriga, Roberta relatou que: “Nosso santo não se bate”. A terceira irmã de Roberta se chamava Camila e a garota morreu aos sete anos devido a um tumor na cabeça, a criança é pouco recordada por sua irmã. O seu outro irmão se chamava Roberto era usuário de drogas e morreu aos 17 anos atropelado por um carro ao sair de uma festa. Roberta se mostrou bastante emocionada ao falar do irmão e disse sentir muito sua perda, a mesma informou que:

Foi com ele que comecei a usar drogas. Uma pena ele ter morrido e não ter saído desse mundo.

Roberta relatou que tem uma irmã por parte de pai e que atualmente ela tem vinte anos e já foi usuária de drogas. Ambas têm pouco vínculo e contato. Os pais de Roberta se chamam Francisco que tem 72 anos, já foi alcoólatra e atualmente mora no interior do Pará. Roberta relatou que a relação com o pai sempre foi de conflitos, que o mesmo a agredia muito verbalmente e que ela se sentia excluída da família. Além do mais, relatou que quando engravidou de seu primeiro filho a abandonou. Conforme percebe-se na sua fala: “Meu pai me largou de mão”. Pode-se perceber na fala de Roberta muita mágoa em relação ao pai. Quanto a sua mãe, a mesma recorda-se pouco, pois essa morreu aos quarenta e quatro anos de derrame e na época Roberta tinha cinco anos. Nota-se, que na trajetória familiar de Roberta, há uma fraca vinculação afetiva entre seus familiares, além de um quadro de violência doméstica e psicológica.

Sobre a família do pai dos adolescentes. O pai se chamava Pedro e morreu devido a seu envolvimento com o tráfico de drogas, na época o homem tinha 28 anos e já havia passado um ano e oito meses na prisão. O assassinato ocorreu na frente de seu filho Jeová e a tragédia foi divulgada nos jornais locais do estado do Pará.

Segundo Roberta, Pedro tinha três irmãos. Sua irmã mais velha se chama Luísa, tem 34 anos, é filha adotada e relatou a sua ex- cunhada que sofreu abuso sexual por parte do pai na sua adolescência e na época ficou com medo de denunciá-lo. O segundo irmão de Pedro se chama Wando, tem 31 anos, mora no interior de Manaus e é filho adotivo também. Segundo Roberta, Wando vive bem e já quis adotar seu filho Jeová. E por fim, o irmão caçula de Pedro se chama Antônio tem 30 anos, é dependente químico de drogas e álcool.

Roberta, informou que Antônio vendia as coisas de casa para comprar drogas e batia no seu pai em momentos de surto. Ainda foi informado que o avô paterno de seus filhos é uma pessoa difícil e todos os seus filhos já tiveram conflitos com ele e já o agrediram fisicamente. Sobre os pais de seu ex- companheiro, Roberta relatou que a avó paterna das crianças morreu há cinco anos aos 63 anos de problema intestinal, a mesma tem um histórico de violência doméstica contra os filhos. Já o avô das crianças, conforme já foi dito, tem 71 anos e é portador de transtornos mentais, o mesmo é considerado uma pessoa agressiva e segundo Roberta, seu Anselmo tinha muito ciúme das netas, sendo que ele as perseguias e batia nelas. Há uma suspeita de abuso sexual, mas nada comprovado.

A mãe dos adolescentes relatou que vive escondida de seu ex- sogro e que ele não sabe que as crianças estão no espaço de acolhimento. Vale ressaltar, que os netos demonstraram não gostar do avô, pois Jéssica fugiu de casa e foi ele quem denunciou a fuga ao conselho tutelar. Na construção do genograma pode-se observar uma fragilidade nos vínculos familiares, ninguém de ambas as famílias concluiu o estudo e há um histórico de diversas formas de violência.

Na época do acolhimento de seus filhos, Roberta morava no Maranhão com outro parceiro e havia deixado os filhos na casa do avô paterno. A mesma relatou que após a morte do pai das crianças, chegou a morar na casa do ex- sogro, porém ficou deprimida e voltou a usar drogas e álcool e ainda informou que o uso era feito diariamente junto com o tio paterno de seus filhos e que houve situação em que os mesmos presenciavam a cena. Roberta soube do acolhimento dos filhos, através da irmã e disse que no início o seu filho Jeová a rejeitou e não aceitava sua presença, porém com o passar do tempo Roberta e Jeová ficaram mais próximos.

4.2.4 Caso IV: família de Arthur e Fátima.

Arthur é um adolescente de 12 anos e seu genograma foi construído a partir da fala de sua mãe. Fátima é uma mulher de 31 anos e foi criada por sua avó no interior do Pará e relatou que apanhava muito quando era criança, a mesma relatou que houve uma situação em que os vizinhos tiveram que interferir para que a sua avó parasse de bater nela.

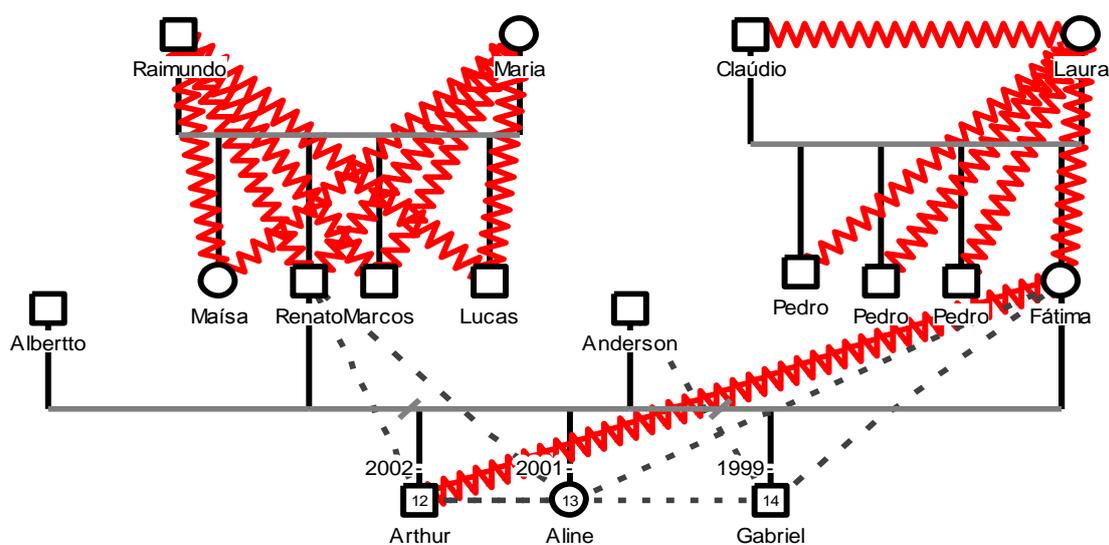


Figura 05: Genograma da Família de Arthur e Fátima.

Fátima tem três filhos, sendo dois meninos e uma menina, o mais velho tem 14 anos e é criado por sua avó materna, o garoto não tem contato e nem vínculo com seu pai biológico e faz mais de dois anos que mãe e filho não se veem. A mesma situação aconteceu em relação a sua segunda filha que também mora com a avó materna, porém não possui contato com a família paterna e pouco fala com a mãe, Fátima informou que morou nove meses com o pai de seu filho mais velho, porém afirmou que não conseguiu se adaptar a família do marido, somente seu filho caçula (Arthur) se encontra sobre sua responsabilidade.

Arthur foi para o local devido ter levado uma surra violenta de sua mãe. A própria Fátima relatou que no dia do ocorrido, perdeu o controle e não conseguia parar de

bater no filho devido o estresse que ele havia causado. A denúncia da violência física foi feita pela escola, onde o garoto estudava antes do acolhimento.

Apesar do ocorrido, Fátima se mostrou carinhosa com o filho e é elogiada pela equipe técnica da instituição, os técnicos chegaram a relatar que a ocorrência da violência doméstica foi um “impulso infeliz”. Vale enfatizar, que os padrões de Fátima foram deixar ela no local da pesquisa, o casal demonstrou bastante carinho e confiança em relação a ela e disseram que a mesma é uma pessoa maravilhosa. Fátima relatou que foi abandonada por sua mãe e agora ela “pagava na mesma moeda” (NC). Ainda disse mais:

Agora a mamãe vê como é bom ter filho e dar para os outros criar.

Fátima tem três irmãos, todos se chamam João, todos moram com a mãe, os três são casados e tem filhos. A mãe de Arthur afirmou que nem ela e nem os irmãos terminaram os estudos e que os três bebem e fumam. A mesma afirmou que não possui contato com nenhum deles.

Fátima salientou que quando era mais jovem fumava e bebia muito, hoje em dia, não pratica mais nenhuma dessas ações. Na mesma fala, a entrevistada informou que sua mãe apanhava muito do marido, que não era o pai dela e nem dos irmãos. Fátima teve poucas informações de seu pai e hoje em dia, ambos não mantêm contato.

Sobre o histórico familiar do pai de seu filho Augusto, Fátima sabe pouca coisa, afirmou que o ex-marido tem quatro irmãos e que ele apanhava muito dos pais. Além do mais, foi informado, que ninguém da família terminou os estudos.

4.3 Análises das Dinâmicas Familiares

Os principais eixos temáticos analisados nos quatro casos estudados através das análises da entrevista do genograma foram nomeados como: a) Violência doméstica e

vínculos familiares; b) Envolvimento com drogas e álcool; c) Abuso sexual e d) gravidez na adolescência.

Violência doméstica e vínculos familiares: Esta categoria analisou a presença de um grave quadro de violência e problemas nos vínculos familiares em todos os casos estudados. Percebeu-se através do relato dos participantes, que a punição física era utilizada como forma de disciplinar os comportamentos considerados inadequados. Foi observado que essa disciplina foi algo transmitido através de gerações e era vista no âmbito familiar como uma atitude “natural”. Através da fala de Alice (Caso I) e Fátima (caso IV), pode-se confirmar o que foi descrito acima:

Eu apanhei muito em casa, e nem por isso morri, hoje vejo como aquelas surras foram necessárias naquele momento. Agora não pode dá um tapa num menino desse, que é a maior frescura, eu falava: Evaristo não vai pra rua, ele ia, parece que gostava de me desafiar (Alice).

Nesse dia eu tive que dá uma surra no Arthur, era toda hora eu reclamando, chamando a atenção. Ai pensei: já que ele não quer aprender por bem, vai aprender por mal, se comigo funcionou, porque com ele não iria resolver? (Fátima).

Através dessas falas ficou perceptível como a violência se tornou uma forma de comunicação das regras nas dinâmicas dessas famílias, já que a mesma era exercida para enfatizar que as regras estabelecidas não podiam ser contrariadas, conforme foi visto na situação de Evaristo que levou uma surra porque brincou na rua e que segundo sua mãe a “saída para a rua” era algo proibido em sua casa.

Nota-se também como está presente nesses casos a lealdade invisível, pois esses familiares que praticaram a agressão, sofreram violência física na sua infância e adolescência, logo eles internalizaram através de suas crenças familiares que o “bater,

dá uma surra ou esbofetear” é um fator que faz parte da criação dos filhos. Os compromissos da lealdade constituem fibras imperceptíveis, porém resistentes, pois mantêm unidos fragmentos complexos das relações na família, tendo como fundamento a preservação do grupo como tal (Kruger, 2010; Borzomenyi- Nagy & Spark, 1973). Outro dado importante foi que a presença de violência na vida dos familiares desses adolescentes acolhidos foi vivenciada em momentos precoces do desenvolvimento, conforme o relato apresentado por Fátima (Caso IV) e Roberta (caso III):

Acho que minha avó me batia, desde quando eu aprendi a andar, lembro que desde que eu era bem criancinha, já levava surra, e não era tapinha não, era surra mesmo, de cipó, de cinto, de sandália (Fátima)

Eu sempre briguei muito com meu pai, nunca nos demos bem, aí às vezes eu fugia de casa, aí quando voltava minha irmã mais velha me batia muito, na época eu tinha uns doze ou treze anos (Roberta).

Nessas falas, percebe-se que há um ciclo de violência intrafamiliar, já que nem sempre foram os responsáveis legais pela criança ou adolescente que praticavam o ato, muitas vezes à agressão partiu de parentes próximos da família, como irmãos, tios, avós e etc. Os relatos dos participantes revelaram a presença quase que permanente de uma violência bastante destrutiva em seus desenvolvimentos (Zappe & Dias, 2012).

Nos casos citados acima, foi possível identificar que não há uma clareza nas definições dos papéis no ambiente intrafamiliar, já que não eram apenas os responsáveis legais que agrediam as crianças ou os adolescentes e sim qualquer um que se achava no direito de realizar tal prática, essa questão ficou visível quando Roberta (Caso III) relatou que sua irmã lhe batia e quando Alice informou que seu filho apanhava de diversas pessoas da sua família.

Já que essas fronteiras familiares não estão determinadas, a violência doméstica intrafamiliar se torna mais grave, pois as vítimas acabam por não estabelecer ou identificar uma figura de apoio dentro de sua própria família e possivelmente aderem a crença de que a agressão física é uma forma disciplinadora positiva para o desenvolvimento, quando na verdade acaba por acarretar diversos fatores negativos como: medo, insegurança, baixo autoestima, dentre outros.

Outro ponto a destacar é que esses adolescentes e seus familiares são proveniente de famílias, em que os pais se separaram e, muitas vezes, abandonaram os filhos ou morreram. São famílias em que a infraestrutura é precária em termos financeiros e afetivos que se tornam estressores. Entre algumas das vulnerabilidades identificadas nestas famílias, cita-se a desqualificação para o trabalho, o desemprego, o baixo nível de escolaridade, a ausência de algum dos genitores, a violência física e psicológica, e problemas de relações interpessoais e de comunicação, além da repetição transgeracional de atos violentos, nota-se aqui de forma geral, uma violência estrutural (Gomes, 2005).

Com base no que foi discutido anteriormente, Koller, De Antoni e Carpena (2012) acreditam que a dificuldade para satisfazer as necessidades básicas da família, desencadeia nos pais sentimentos como dor, culpa, preocupação, ao se verem fracassados em seus papéis. Muitas reações dos pais que vivem em situação de vulnerabilidade social afetam consideravelmente a qualidade de vida dos seus filhos. Pode acontecer que a reação dos pais ao estresse ambiental reflita-se na exigência à obediência frequente por parte das crianças, ao aplicar castigos físicos, não dá carinho e falhar nas respostas às necessidades dos filhos.

Acompanhada com a violência doméstica, um outro fator que merece destaque nessa discussão é a fragilidade dos vínculos na história familiar desses adolescentes

institucionalizados. Pode-se perceber através da construção dos genograma, que nos quatro casos há rompimento dos vínculos afetivos, por exemplo, nenhum dos adolescentes que estão acolhidos nas instituições tem convívio com seus pais, seja isso por falta de contato, como é a situação do caso I e do caso IV, por questão de falecimento que é o que procede no caso III, ou situação de abandono que foi o que ocorreu na história de Raissa (Caso II). Na situação de Raissa, o caso se agrava já que segundo sua avó, nenhum de seus familiares querem a guarda da adolescente, já que está é considerada o “problema” da família.

Com exceção do caso III que o pai foi assassinado, pode-se notar que as mães não fizeram grandes esforços após as separações para que seus filhos tivessem algum contato com seus pais. Mais uma vez aqui ficou visível que os papéis e as funções não estão bem definidas nas histórias dessas famílias e também ainda se tem aquela crença de que o cuidado paterno não é essencial para o desenvolvimento da criança ou do adolescente.

Na história de Arthur (Caso IV), notou-se uma sucessão de fragilidades nos vínculos familiares, pois o adolescente não tem contato com seu pai e nem com seus irmãos, segundo sua mãe Fátima, faz mais de dois anos que nem ela e nem Arthur falam com seus filhos/irmãos, vale ressaltar que Fátima tem um histórico de conflito com sua genitora e com sua avó e que ambas já ficaram anos sem se falar, mas uma vez aqui percebe-se a questão da repetição transgeracional (Gomes, 2005).

Além do fator de não manter contato com seus familiares, essas famílias geralmente não tiveram a prática do carinho e afeto mútuo entre seus membros, a comunicação ocorreu em suas vidas de uma forma brusca, foi através de discussões, agressão física, verbal e até mesmo psicológica. Fátima (Caso IV) e Roberta (caso III) afirmaram que:

Minha avó nunca perguntou se eu estava bem, ela só falava gritando (Fátima).

Acho o que eu mais sentia falta em casa era o carinho, o abraço que nunca teve, meu pai só brigava (Roberta).

É possível notar que um dos motivos que fez com que a fragilidade dos vínculos fosse algo frequente nesses sistemas familiares foram às suas diversas experiências negativas ao longo de suas vidas, já que as pessoas que foram consideradas responsáveis pelos seus cuidados básicos, acabaram por não assumir tal função.

Essa repetição dos fatores de risco como violência e fragilidades nos vínculos podem estar associadas aos eventos estressores vivenciados pelos sujeitos em questão durante suas trajetórias de vida e à manifestação de comportamentos desadaptativos durante diferentes fases do seu desenvolvimento.

Envolvimento com drogas e álcool: Nos quatro casos analisados, percebeu-se que o histórico do abuso de álcool e de drogas são frequentes nas gerações dessas famílias. Ficou visível que o uso dessas substâncias interfere negativamente nas dinâmicas familiares. Essa discussão cabe na fala de Glória (Caso II) que teve um marido alcoólatra e os dois filhos dependentes da bebida e das drogas:

Meu marido quando bebia, surtava, xingava todo mundo, até que um dia eu não aguentei mais, peguei os moleques e me mandei de casa. Para piorar minha situação de vez, meus dois meninos se envolveram com drogas, eles eram novos quando caíram nesse mundo, um depois de muita luta conseguiu se reerguer, agora o outro vive até hoje em um centro de reabilitação.

Na história de Glória diversos fatores interferiram para o uso de drogas e álcool por parte de seus familiares, pode ser citado o fato da família ter um distanciamento afetivo com dificuldades nas suas formas de comunicação e as suas fronteiras pouco definidas (Bernardy & Oliveira, 2010). Na fala de Roberta (Caso II) foi informado:

Eu e meu marido usava drogas na frente das crianças, eu perdia a noção de tudo, não queria saber de nada, só das drogas. Comecei a usar desde cedo, eu era bem novinha mesmo, bem menina, acho que desde os doze.

Vale ressaltar que Roberta tinha um irmão dependente químico e vivia em um contexto familiar caótico, onde a comunicação ocorria através das agressões e a sua estrutura e relação afetiva com seus familiares eram de certa forma frágil, além de fronteiras não definidas (Paz & Colossi, 2013), logo tendo em vista esses preditores, possivelmente o seu sistema familiar disfuncional teve influência no seu envolvimento com drogas.

O uso de drogas pelos pais e outros familiares é certamente uma das grandes influências para que os adolescentes se tornem dependentes de drogas, principalmente aqueles com esses mantêm contato frequentemente. Nos relatos acima pode-se notar que os familiares que faziam uso de alguma forma de droga ou álcool serviram de modelo para outros membros de sua família, como ocorreu na situação de Roberta (caso II) que teve seu primeiro contato com as drogas através do seu irmão e os filhos de Graça que presenciaram em sua infância o uso exagerado de álcool pelo pai e depois adentraram no mundo das drogas.

O envolvimento com o álcool e as drogas torna-se uma questão preocupante em relação aos adolescentes que se encontram em acolhimento institucional, isso porque presume-se que estes voltarão a conviver com seus familiares e provavelmente estarão expostos a esses fatores de risco. Percebe-se aqui a necessidade dos técnicos das instituições de acolhimento fazerem um acompanhamento com esses familiares, orientá-los sobre questões consideradas mais graves, principalmente estas que interferem de forma negativa na dinâmica familiar.

Os dados acima corroboram com outros estudos (Silva *et al.*, 2010; Bernady & Oliveira, 2010) que tem demonstrado que adolescentes dependentes de drogas, quando comparados a jovens que não usam drogas, tendem a ver seus familiares muito mais envolvidos com o uso de álcool e outras drogas. Outro dado que a literatura enfatiza é que os filhos de pais que bebem abusivamente não aprendem a beber de maneira controlada e acabam se tornando abusadores de álcool na adolescência.

Diante dessa realidade, fica claro a importância de políticas públicas que possam orientar as famílias, principalmente as que vivem em situação de vulnerabilidade social, na prevenção das drogas conjuntamente com às crianças e adolescentes, pois essa é a responsável pela transmissão de valores, monitoramento e imposição de limites, diante dos fatores de risco apontados.

Abuso sexual: Dos quatro casos analisados, três tem histórico de suspeita ou a prática de abuso sexual. Roberta (Caso III), informou que sua ex-cunhada foi abusada sexualmente pelo próprio pai, porém o caso foi mantido em segredo pelos envolvidos. Roberta disse que a vítima tinha medo de denunciar o pai, pois ele era uma pessoa muito agressiva e violenta, ainda sobre a família de Roberta, há suspeita de que sua filha Jéssica tenha sido abusada pelo avô. Situação semelhante foi observada na família de Alice (Caso I) onde ela e sua irmã foram abusadas pelo padrasto, só que o caso foi omitido pela mãe, que justificou que não poderia ficar sem a renda financeira do marido.

Nos casos citados, nota-se que os abusos foram mantidos em segredo com o intuito do fato não interferir negativamente na dinâmica e estrutura da família. Imber-Black (1991-1994) defende que os segredos quando ocorre para esconder uma situação de risco, como o abuso sexual, favorece para que o sistema familiar permaneça disfuncional, já que a situação tem grandes chances de se tornarem frequentes. Essa

discussão cabe na história de Alice e sua irmã que foram molestadas pelo padrasto várias vezes já que a sua mãe ao saber do ocorrido, optou por não proteger as filhas, ao justificar que dependia financeiramente do abusador. Já no relato de Graça (Caso II), a neta foi abusada também pelo padrasto, porém a avó não quis aprofundar o assunto, a mesma disse:

Quando ela foi abusada, não morava comigo, portanto isso é problema deles.

Eles que se resolvam pra lá.

Percebe-se aqui que avó não assumiu o papel de protetora diante do suposto abuso sofrido por sua neta, a mesma delegou a responsabilidade a mãe da adolescente. É possível observar como as funções de cuidado não estão definidas nessa família, já que nem avó e nem a mãe se conscientizaram com a situação da neta, logo este sistema familiar se tornou um fator de risco na vida dessa adolescente. Diante do exposto, é importante que as famílias tenham claro os seus papéis, estruturas e hierarquias para que em situações consideradas de risco, possa-se tomar as atitudes necessárias (Kruger, 2010).

Nos casos acima, ficou visível como o fenômeno do abuso sexual intrafamiliar é difícil de ser enfrentado tanto para o adolescente, quanto para o adulto, pois a sua possível denúncia explicita a violência que ocorre dentro da própria família. De acordo com Santos (2007), o abuso sexual intrafamiliar possui uma forma de funcionamento específico, na qual o perpetrador, a criança ou adolescente vítima e a mãe constituem um sistema familiar frágil. Nessas famílias, a situação de abuso sexual é mantida em segredo com o intuito de que permaneça a ilusão de unidade e de que está tudo sob controle (Penso, Costa, Almeida & Ribeiro, 2009). No momento em que a situação é revelada, ocorrem alterações na dinâmica familiar e o desafio de rever e estabelecer novos papéis e limites surge para cada membro do grupo.

No estudo desenvolvido por Leifer e cols. (2004) sobre a repetição transgeracional, as mães com história de abuso e com filhos abusados descreveram menos anos vividos ao lado de seus pais, mais relações negativas/inconsistentes e menos continuidade no seu cuidado na infância. Além disso, estas mães demonstraram ter menos apego seguro e mais relatos de vitimização na adultez do que as outras mães. Esse panorama aponta para importantes características dessas mães, podendo estar associadas à vulnerabilidade para o abuso de seus filhos, perpetuando o ciclo de violência (Leifer & cols., 2004). Outro dado comum nos três casos é a falta de diálogo entre os membros familiares, o que agrava a situação em casos de abuso sexual. Tal dado pode ser observado na fala de Alice (Caso I):

No começo tive muito medo de contar para a mamãe, tinha vergonha até de olhar para ela. A mamãe é uma pessoa muito difícil, não sabe conversa, não dá carinho. Aí já pensou eu chegar e falar uma estória dessa? (NC).

Em casos de abuso sexual, o diálogo e uma relação familiar saudável são questões essenciais para que o ciclo desta violência seja rompido, pois assim as barreiras como a vergonha e o medo ficam mais fáceis de serem enfrentada e as medidas necessárias, como a denúncia e o afastamento do abusador, sejam tomadas (Lordello & Costa, 2014).

Segundo Santos e Dell'Aglio (2009), existem vários fatores que contribuem para uma atitude não apoiadora por parte da mãe, dentre os quais pode-se citar as experiências de violência na família de origem, a re-vivência de um abuso sexual sofrido no passado, a ausência de modelos de família protetiva e apoio familiar, o medo do rompimento da unidade familiar e a dependência emocional e financeira do companheiro. Assim, a forma como a mãe lidar a revelação de uma situação abusiva é

determinada por características de sua própria história e pela representação que ela tem de família.

Habigzang e cols. (2006) apontam fatores de risco e de proteção para crianças e adolescentes vítimas do abuso sexual e seus familiares. Entre os fatores de proteção estão o bom vínculo entre os familiares, a boa relação entre a mãe e os filhos, a revelação do abuso sexual e a presença de uma rede de apoio social. Entre os fatores de risco, encontram-se a negação da violência sexual por parte da família, o fato da família depender financeiramente do abusador e a ineficiência da rede de apoio.

Aqui se observa novamente o quanto é importante a atuação dos espaços de acolhimento institucional junto com a rede de serviço (CRAS, CREAS e programas sociais) na intervenção com famílias de adolescentes que se encontram sem o pátrio poder, esse apoio é fundamental para evitar a repetição dessas diversas formas de violência, como o abuso sexual.

Gravidez na adolescência: No tópico “gravidez na adolescência” notou-se que essas características são fatores presentes nas três últimas gerações das quatro famílias pesquisadas. Uma questão que pode justificar essa permanência transgeracional da gravidez na adolescência, é a falta de diálogo e uma frágil comunicação no ambiente intrafamiliar, tal justificativa pode ser observada na fala de Roberta (Caso III) e Fátima (caso IV):

Meu pai mal conversava comigo, quando ele falava já era brigando, gritando. Tinha muita raiva dele, foi daí que comecei a sair de casa e peguei logo filho aos 14 anos, depois dessa gravidez aí que o negócio pegou mesmo, fui praticamente expulsa de casa (Roberta).

Minha avó quando soube que eu estava grávida, começou a me humilhar mais do que o normal, até minha mãe veio frescar. Essa daí que não tem moral pra

falar nada mesmo, pois até onde eu sei ela foi mãe bem novinha também, fora que não criou nenhum filho (Fátima).

De acordo com as falas acima, ficou evidente que a falta de apoio familiar na gravidez dessas adolescentes acabou sendo um fator de risco, pois as mesmas saíram de sua casa sem nenhum recurso por parte de seus familiares, sendo que algumas criaram vínculos frágeis com seus filhos, conforme pode ser observado no caso de Fátima (caso IV), que não criou seus dois primeiros filhos e já foi ter contato com seu caçula quando este tinha oito anos de idade. Nota-se a importância da família em eventos estressores no desenvolvimento dessas adolescentes, já que a falta de apoio por parte dessa instituição pode acarretar diversos prejuízos em seu desenvolvimento, que foi o que aconteceu na vida de Roberta (caso III), que além de sair de casa grávida foi viver com seu namorado que na época também era adolescente e acabou envolvida no mundo do tráfico, das drogas e agravou a situação de violência doméstica intrafamiliar (Cunha & Wendlig, 2011).

É importante enfatizar que os reflexos da gravidez na adolescência nas dinâmicas familiares dependem muito da situação estrutural dessas famílias. Quando uma família tem um bom funcionamento, tem seus papéis definidos, suas hierarquias são claras supõe-se que esse fenômeno será melhor digerido por seus pares, agora quando a situação ocorre em um ambiente violento, sem demonstrações de afeto, onde o sistema é disfuncional como um todo, a gravidez na adolescência se torna um evento estressor tanto para a gestante como para seus familiares, tal fato pode ser observado na situação de Alice (caso I) e Glória (caso II):

Quando eu engravidei do primeiro filho, foi uma revolta em casa, todos ficaram contra mim, minha mãe, meus irmãos, parece que eu tinha cometido um crime (Alice).

Quando o João engravidou essa mulher acabou com minha paz. Só vivia perguntado pra ele: como tu vai criar essa criança? Trata logo de arrumar um emprego (Glória).

A questão socioeconômica é também uma questão chave nas reações familiares diante da gravidez na adolescência, pode ser visto no caso de Raissa que sua avó se preocupou como o filho que engravidou uma adolescente e ele era adolescente também iria arcar com os cuidados da filha. Geralmente a gravidez na adolescência modifica as dinâmicas familiares, já que a chegada de um novo membro vai exigir uma mudança na estrutura da família, novos papéis serão definidos como, por exemplo, a mãe que agora vai ser avó e a filha que vai se tornar mãe, tal debate ficou claro na fala de Fátima:

Fiquei pensando: égua vou ser mãe, nem conseguia imaginar uma criança me chamando de mãe. Fiquei pensando também que ia ter que ralar para dá as coisas para meu filho, e minhas vontades iriam ficar de lado.

Nota-se na fala de Fátima, que além de ficar preocupada com o novo papel que iria assumir, também demonstrou certa frustração com os seus planos que ela havia construído antes da gravidez. Outro fator que atua nesse fenômeno é a postura que essas futuras mães têm ou devem ter com seus filhos, pois esse é um momento no qual as adolescentes imaginam e projetam o papel de mãe, frequentemente, com pouca maturidade, de forma positiva, irrealista e idealizada, identificando a tarefa de cuidar de um bebê como fácil e divertida (Santos, Paludo, Schiró & Koller, 2010; Jaccard, Dodge & Dittus, 2003; Figueiredo, 2001).

É compreensível notar como as dinâmicas familiares são importantes e fundamentais no desenvolvimento desses adolescentes, percebe-se também o quanto é necessário se ter uma boa rede de apoio social, principalmente quando esta assume seu papel de protetora e visa evitar ou diminuir os reflexos dos fatores de risco que foram

transmitidos transgeracionalmente e que afetam de uma forma positiva ou negativa no sistema familiar (Cunha & Wendlig, 2011).

5 Redes de Apoio Social: Conceitos e Características

Denomina-se rede de apoio social o conjunto de sistemas e de pessoas significativas que compõem os elos de relacionamento percebidos (Brito & Koller, 1999). Estes vínculos e suas consequências para a vida das pessoas são investigados por diferentes teorias. Alguns pesquisadores marcaram os estudos sobre redes de apoio social ao inaugurarem o interesse em incluir as relações estabelecidas nos diferentes contextos de intervenção (Lewin, 1952; Moreno, 1951).

Enquanto rede de apoio social é definida por alguns autores (Carvalho & Rubiano, 2004) como rede de vínculos interpessoais, para outros (Rabinovich, 2002; Santos & Bastos, 2002; Carvalho, 2002) ela adquire dimensões diferenciadas, remetendo-a, por exemplo, à noção de pertencimento à comunidade, à manifestação de rede sociofamiliar extensa, à presença de rede de obrigações morais, de parentesco, entre outras. Em razão disso, Carvalho (2002) sugerem que as dimensões adotadas sejam explicitadas para que a utilização do conceito de rede de apoio social possa ser compartilhada de maneira produtiva em diferentes níveis de análise.

Dabas e Najmanovich (1995) são dois autores que trabalham o conceito de rede de apoio social, sendo que ambos a entendem como uma associação de pessoas que se identificam por compartilharem problemas semelhantes. Logo, as redes de apoio social se dão por meio de uma etapa que promove a reflexão sobre práticas que estimulam autogestão, níveis crescentes de independência e fortalecimento da organização social descentralizada.

Nessa perspectiva, observa-se que vários autores (Attneave & Ross, 1982; Elkain, 1988) caracterizam as redes de apoio social como formadoras de identidade individual e grupal, fonte de retroalimentação e conhecimento social. Por meio do intercâmbio dinâmico entre seus integrantes e entre eles e outros grupos sociais, a rede

de apoio social possibilita o uso de recursos que beneficiam o desenvolvimento dos membros da família e da comunidade. Portanto, é possível definir redes de apoio social como um sistema aberto em permanente transformação. Construída diariamente a partir das relações com as pessoas ou grupos sociais, a rede tem sido definida como um conjunto de relações, fontes de reconhecimento, sentimento de identidade, competência e ação (Meneses & Sarriera, 2005).

De certo modo, pode-se dizer que existem muitas definições de redes de apoio social e suas funções. Sluzki (1996) identifica algumas funções para as redes sociais tais como companhia social, apoio emocional, guia cognitivo e conselho, regulação social, ajuda material e de serviços, e acessos a novos contatos. As funções das redes se estabelecem na interação entre os diversos membros da família e da comunidade que a formam. A participação em um contexto de rede possibilita conhecer outros e, conseqüentemente, a oportunidade de exercer e solicitar as funções sociais. Quando se pensa na formação de novas redes de apoio social, isso implica em adotar novas formas de percepção de nós mesmos, de ampliar sentidos, e desnaturalizar, pelo estranhamento de si e do outro, práticas culturais não questionadas. Essa forma de ser e se relacionar nas redes de apoio social permite a tomada de consciência de si e do contexto sociocultural do qual se participa (Siqueira, Betts, & Dell' Aglio, 2006).

Santana, Zanin e Maliglia (2008) compreende que estudos com as redes de apoio social se diferenciam em função das diferentes concepções encontradas na literatura atual e costumam remeter à definição de rede social, apoio social e rede de apoio. As redes sociais fazem referências às características estruturais das relações sociais, e o apoio social refere-se às funções que prestam essas redes, ou seja, ao efeito que elas têm para o bem-estar das pessoas. E finalmente, o conceito de rede de apoio é também associado a um conjunto de relações que desempenham funções de apoio.

Neste estudo, interessa em particular a definição de redes sociais que se relacionam com a função de prestar apoio social e com isso promover as relações sociais envolvidas. O apoio social é considerado uma importante dimensão do desenvolvimento humano, constituindo-se a partir da interface entre o sujeito e o sistema social do qual ele faz parte (Garnezy & Masten, 1994), e, conseqüentemente, está relacionado à percepção que a pessoa tem de seu mundo social, como se orienta nele, suas estratégias e competências para estabelecer vínculos e com os recursos que esses lhe oferecem, como proteção e força, frente às situações de riscos que se apresentam (Brito & Koller, 1999).

Desse modo, entende-se que as redes sociais podem oferecer apoio social em diversas circunstâncias, como por exemplo, quando os pais de uma criança necessitam trabalhar e deixam seus filhos ao cuidado de terceiros, como parentes ou amigos próximos, uma babá ou até mesmo em uma instituição apropriada para esse tipo de cuidado, como a creche. Nesse caso, pode-se afirmar que, tanto os amigos como os parentes e a instituição infantil envolvida fazem parte da rede de apoio social dessa família. Ou seja, eles fazem parte não somente da rede dos pais, mas também da criança.

Nessas circunstâncias, abre-se um campo atual e desafiador para a pesquisa em desenvolvimento humano, no sentido de poder investir no estudo das redes de apoio social que possuem em sua função de envolver e promover as relações sociais que visam o apoio especialmente diante de situações. Isso significa destacar a importância da realização de estudos que possam, como este aqui proposto, investigar como se constituem as redes apoio social de adolescentes acolhidos institucionalmente e de suas respectivas famílias.

A rede de apoio social está associada à saúde e ao bem-estar dos indivíduos (Samuelsson, Thernlund & Ringström, 1996), sendo um fator fundamental para o processo de adaptação a situações de estresse e de suscetibilidade aos distúrbios físicos e emocionais (Masten & Garmezy, 1985; Rutter, 1987). Ela é dinâmica, construída e reconstruída em todas as fases da vida. O efeito protetivo que o apoio social oferece está relacionado ao desenvolvimento da capacidade de enfrentamento das adversidades e promove processos de resiliência e desenvolvimento adaptativo (Brito & Koller, 1999; Garmezy & Masten, 1994). Todas as relações que o indivíduo estabelece com as outras pessoas advindas dos diversos microsistemas nos quais transita, como família, amigos, escola, abrigo, entre outros, podem assumir o papel de rede de apoio social.

A rede de apoio social é um importante pilar no entendimento de fatores de proteção associados ao desenvolvimento humano (Masten & Reed, 2002; Morais, Koller, & Raffaelli, 2010; Poletto & Koller, 2008). Os mecanismos de proteção são aqueles que, na presença de risco, possibilitam desfechos adaptativos, modificando a resposta da pessoa às situações adversas (Rutter, 1987; Yunes, 2001). Dessa forma, os fatores de proteção interferem positivamente na interpretação das experiências do sujeito (Masten & Reed, 2002; Morais, Koller, & Raffaelli, 2010; Poletto & Koller, 2008).

A rede de apoio social pode funcionar como mecanismo de proteção na medida em que protege os indivíduos contra a desestabilização (Brito & Koller, 1999). As relações sociais são protetivas ao indivíduo ao disponibilizarem espaços de convivência saudáveis, aprendizagem, reforço de habilidades e de capacidades sociais e emocionais importantes para o desenvolvimento (Poletto & Koller, 2006). No entanto, salienta-se que não só a interação com o meio socioambiental conferirá à rede de apoio a

característica de fator de proteção, mas as significações internas que o indivíduo faz de sua rede (Brito & Koller, 1999).

A captação de recursos sociais para um desenvolvimento adaptativo protege o indivíduo de sintomas e adoecimento, mesmo diante de situações adversas. Estudos têm demonstrado que as pessoas se tornam vulneráveis frente às situações de risco quando não participantes de uma rede de apoio social efetiva. Essa vulnerabilidade potencializaria os efeitos negativos de um evento estressor (Hutz, Koller, & Bandeira, 1996; Rutter, 1987). A rede de apoio social também está associada à prevenção de casos de abuso e negligência familiar, sucesso escolar, fortalecimento de autoimagem positiva e de competência (Albarracin, Repetto, & Albarracin, 1997; Barrera & Garrison-Jones, 1992). O apoio social proporcionaria o aumento da competência, reforçando o senso de pertencimento, dignidade, fortalecendo a imagem pessoal e promovendo senso de autoeficácia. Dessa forma, o apoio social permite ao indivíduo um desenvolvimento adaptado ao meio, comportando-se como fator de proteção diante de situações adversas (Rutter, 1987).

Fonseca (2002), em estudos com famílias brasileiras com situação socioeconômica desfavorecida, observou algumas características quanto à configuração da sua rede de apoio social. Destaca a prática da “circulação de crianças”, que consiste no fato de uma criança ou adolescente passar parte da infância ou da juventude em casas que não são as dos seus genitores. Essa prática aponta ainda para a solidariedade existente no próprio grupo de apoio familiar, que opera como fonte de apoio externo, destacando a importância da família extensa no sistema de parentesco brasileiro. Nesse sentido, considera-se que em relação à criança e ao adolescente a família pode funcionar como rede de apoio social, especialmente nos momentos em que estes se encontram em grave situação de vulnerabilidade social. Ou também a família pode acionar pessoas e

instituições que podem vir a ajudar e apoiar a criança ou o adolescente que está em risco social.

Na abordagem da relação conceitual entre família e rede de apoio social presente neste trabalho, pretende-se destacar a primeira como o ponto de partida para a construção e manutenção das redes de apoio social. Considera-se ser importante conhecer assim os contornos assumidos por essa categoria, e ainda como as famílias enxergam as redes de apoio social e como percebem a sua interferência na dinâmica dos membros familiares.

A família de acordo com o modelo bioecológico de Bronfenbrenner (1996) está em permanente construção com outros contextos, o que demanda a formação e/ou a construção das redes de apoio social. A família aciona essa rede de apoio social em situações diversas, tanto em momentos bons como nos ruins. Entre os vários exemplos mais comuns, destaca-se o casamento de um membro da família, no qual a rede de apoio social é chamada a se confraternizar neste evento e/ou oferecer apoio emocional ou financeiro aos noivos. Do mesmo modo, o falecimento um membro da família ou quando um deles decide ir embora, a rede de apoio social é acionada e se torna fundamental na manutenção e funcionamento do sistema familiar. Nessas circunstâncias, tais redes podem trazer benefícios e efeitos imediatos para o desenvolvimento humano de seus membros, em particular das crianças e dos adolescentes, mas também podem trazer implicações ou efeitos negativos sobre seu crescimento e amadurecimento.

Essas relações mantidas entre os membros da família e com pessoas da comunidade modificam ao longo da vida e são moldados por reciprocidade e bidirecionalidade entre a pessoa e aquelas outras que fazem parte de seu mundo social (Newcomb, 1990). O próprio cotidiano e as várias funções que a família exerce exigem

que a criação e renovação das redes de apoio social variem e se transformem de acordo com o ciclo da vida familiar. Como exemplo, cita-se a chegada de um novo filho que exige da família novas estratégias para lidar com as tarefas de desenvolvimento, a capacidade de adaptação para receber o membro novato e habilidades para administrar as necessidades emergentes do sistema familiar. Além disso, a idade, o vigor físico para o trabalho, o número de filhos que trabalham e contribuem para o orçamento e a participação da mulher no mercado de trabalho, podem intensificar as relações entre os membros familiares e com pessoas da comunidade (Montali, 1990; Bruschini, 1990), que auxilia a família a se adaptar às possíveis mudanças. Do mesmo modo, as mudanças na intensidade dessas relações sociais podem apontar para redefinição da divisão sexual do trabalho, estabelecendo novas formas de exercício da autoridade da família, o que exige de modo especial dessas famílias apoio social e a presença de redes sociais que possam cumprir determinadas funções nessa nova conjuntura (Romanelli, 1986; Carlotto & Mariano, 2010).

Ptaceck (1996) indica que, entre os fatores determinantes da percepção de rede de apoio social, a relação de apoio com o cuidador primário é o componente mais crítico do desenvolvimento. Aquelas pessoas que têm uma relação de apego positiva tendem a acreditar que outras pessoas são confiáveis e mais capazes de oferecer ajuda. Ao longo do desenvolvimento, o mundo social da criança começa a expandir-se a fim de incluir membros não pertencentes à família, como amigos e professores. Inicia-se a formação da rede de apoio social, baseada nas qualidades pessoais da criança, como responsabilidade e temperamento (Newcomb, 1990). A seguir serão apresentados diversos estudos que abordam a importância da rede de apoio social em diversos contextos e também serão demonstradas pesquisas que questionaram esse fator de

proteção na vida de crianças e adolescentes que vivem em situação de acolhimento institucional.

Schneider e Ramires (2007) buscaram investigar a sintomatologia depressiva, os estilos de vínculos parentais e a presença da rede de apoio social em 11 adolescentes de ambos os sexos, com idades entre 12 e 18 anos, que procuraram atendimento ou foram encaminhados ao Serviço de Psicologia de uma universidade do sul do Brasil. Os dados foram coletados através de entrevistas e das aplicações dos instrumentos Child Behavior Checklist (CBCL), desenho da Figura Humana, Parental Bonding Instrument e Escala de Medidas de Rede e Apoio Social (MOS). Os resultados demonstraram que adolescentes com sintomatologia depressiva apresentaram um vínculo parental inadequado e uma rede de apoio social insuficiente. A avaliação da amostra, ainda que limitada, ressaltou para a importância do tema e a necessidade de intervenção no fortalecimento dos laços parentais e sociais a fim de propiciar segurança e favorecer a saúde biopsicossocial.

Com o intuito de conhecer a família como rede de apoio social na vida de pais adolescentes foi realizada uma pesquisa com 14 pais adolescentes que tiveram seus filhos em um hospital de ensino de uma universidade pública do Rio Grande do Sul. As entrevistas semiestruturadas foram pré-agendadas e ocorreram no domicílio dos sujeitos, seis meses após o nascimento do filho, no período de junho de 2009 a junho de 2010. Os dados evidenciaram que a rede de apoio dos pais adolescentes estava alicerçada principalmente nos pais, sogras, padrastos e irmãos. As ações de apoio identificadas foram de natureza psicológica e financeira, oriundas, principalmente, das mães ou sogras. A família foi considerada a principal rede de apoio para a vivência da paternidade na adolescência (Bueno, Meincke, Schwartz, Soares & Côrrea, 2012).

Em outro estudo, Moreira e Sarriera (2008) pesquisaram a percepção de adolescentes gestantes acerca da satisfação e da composição de sua rede de apoio social. O trabalho desenvolveu-se a partir de uma amostra de 100 adolescentes entre o terceiro e o nono mês de gestação que realizavam exame pré-natal em hospitais públicos de Porto Alegre/RS. Utilizou-se como instrumento uma entrevista para dados biodemográficos e gestação e o Social Support Questionnaire. Os resultados indicaram que as participantes encontravam-se satisfeitas com o apoio social recebido e que as principais figuras citadas foram a mãe, o companheiro, os amigos e o pai, nesta ordem. Observou-se também que as adolescentes que contavam com apoio social oriundo das figuras parentais são as que se mostravam mais satisfeitas. Tais resultados indicam que o suporte dos pais na gestação parece ser crucial para o sentimento de satisfação com o apoio recebido.

Germano e Colaço (2012) discutiram os processos de resiliência e redes de apoio social a partir de entrevistas narrativas realizadas com jovens socioeconomicamente desfavorecidos de escolas públicas de Fortaleza. O objetivo do estudo foi analisar como esses jovens contavam suas histórias de vida, especialmente como enfrentavam adversidades em busca de recursos promotores de saúde e bem-estar. Os relatos foram analisados tematicamente e narrativamente a fim de compreender como os jovens recrutavam recursos pessoais, familiares, comunitários e culturais disponíveis, e como esses recursos e as formas de manejo atuavam de modo protetivo. Considerou-se que a resiliência também implica a disponibilidade dos recursos buscados pelo jovem, atenção especial foi dada à capacidade de suas comunidades em fornecê-los apropriadamente. Um resultado significativo foram suas percepções do poder público como ineficaz ou ausente. Frente ao declínio da esfera pública, o jovem

tendeu a refugiar-se na família e em seus próprios recursos pessoais para enfrentar o futuro.

Em outra pesquisa foram investigados fatores sociais e pessoais que puderam servir como proteção a adolescentes e jovens em situação de risco social e pessoal. Os participantes foram 852 adolescentes e jovens, cursando o ensino médio em escolas públicas do Distrito Federal, com idade entre 13 e 27 anos, que responderam a um questionário com 109 questões sobre risco e proteção em seu desenvolvimento. Os resultados enfocaram as redes de proteção (família, escola, amigos) e os fatores pessoais (autoestima, religiosidade-espiritualidade). Os adolescentes e jovens apresentaram processos de resiliência global (social, emocional e acadêmica), ao evidenciar a confiança em si mesmos e na rede composta por escola, família e amigos. A análise dos dados enfatizou a compreensão contextual da adolescência e juventude no Brasil e a necessidade de implementação de políticas públicas para essas populações que permitam o exercício e a significação de suas experiências positivas e protetivas (Amparo, Galvão, Alves, Brasil & Koller, 2008).

Domingos e Dessen (2013) investigaram as transformações nos sentimentos, nas relações sociais e na rede social de apoio de oito famílias que perderam jovens vitimados por homicídio no Distrito Federal. Participaram da pesquisa mães e irmãos destes jovens, que responderam um questionário de caracterização do sistema familiar e a uma entrevista semiestruturada. Os relatos, submetidos à análise qualitativa, apontaram sentimentos de desespero, dor, culpa, revolta e medo. O episódio alterou o funcionamento familiar, ao provocar desorganização nas relações conjugais e parentais. Os resultados indicaram a necessidade de fortalecer a rede de apoio social dessas famílias e de investir em políticas públicas.

Em outra pesquisa foi analisada e identificada as medidas adotadas pela rede de apoio de crianças e adolescentes após a revelação do abuso sexual. Participaram 40 meninas, entre oito e 16 anos, vítimas de abuso sexual. As medidas de proteção adotadas pela rede foram mapeadas através de entrevista semiestruturada. A revelação foi feita aos pais em 42,5% da amostra e 92,5% das pessoas acreditaram. O acolhimento institucional ocorreu em 35% dos casos e o restante permaneceu com a família que afastou o agressor. A atitude de confiança da família na revelação e a denúncia da violência constituíram-se em um fator de proteção. Contudo, o alto índice de acolhimento e o não acompanhamento efetivo do afastamento do agressor representaram fatores de risco (Habigzang, Ramos & Koller, 2011).

Siqueira, Betts e Dell Aglio (2006) realizaram um estudo que tinha o objetivo de investigar a percepção de adolescentes institucionalizados quanto à sua rede de apoio social e afetivo, tendo em vista as mudanças nos relacionamentos decorrentes da situação de institucionalização. Participaram da pesquisa 35 adolescentes, com idade entre 11 e 16 anos, de ambos os sexos. Os resultados indicaram que a principal fonte de apoio foi representada pelos adultos, especialmente os familiares e os monitores dos abrigos, e que o principal tipo de apoio percebido foi o instrumental que está associado à ajuda e assistência em tarefas, tais como oferecer transporte, dinheiro e auxílio nas tarefas escolares. Também, foram observadas diferenças de sexo na percepção das redes de apoio, tendo as meninas mais contatos do que os meninos. Assim, discute-se a importância da família e da instituição de acolhimento como fornecedores de apoio para estes adolescentes e a necessidade de políticas públicas de atendimento a esta população.

Esse dado remete à vinculação ainda existente entre os adolescentes e suas famílias, visto que a maioria ainda tem contato com as mesmas, além disso, esse

resultado alerta para a necessidade de programas bem estabelecidos, que acompanhem os processos de desligamento e de reinserção familiar, efetivando o direito à convivência familiar e comunitária (ECA, 1990), para que ocorram de forma planejada, segura e efetiva.

O estudo de Siqueira, Betts e Dell Aglio (2006) salientou também que o contexto institucional se constitui em um elemento essencial de suas redes de apoio, demonstrando potencial fonte de apoio instrumental, emocional e afetivo, através do estabelecimento de novos vínculos afetivos com adultos e com pares. Esse resultado pode estar relacionado às qualidades específicas das instituições de acolhimento participantes, que se caracterizam por atender grupos pequenos de crianças e adolescentes, em um ambiente o mais semelhante possível ao familiar. A configuração das instituições estudadas, preconizada pelo ECA (1990), não é a regra no Brasil, o qual ainda possui abrigos de grande porte e com atendimento coletivizado.

Aline Siqueira e Débora Dell' Aglio são autoras de referência para pesquisas com adolescentes em acolhimento, e nesse universo temático têm procurado entender como as redes de apoio social se constituem e são capazes de promover o desenvolvimento. Em um recente estudo Siqueira & Dell' Aglio (2010) investigaram a rede de apoio social, o desempenho escolar e a satisfação de vida de crianças e adolescente em situação de acolhimento institucional. O estudo objetivou apontar as características de jovens institucionalizados e suas famílias. Participaram 155 crianças e adolescentes, de 7 a 16 anos, de instituições da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS. Foi observada a presença precoce de experimentação de drogas, baixo desempenho escolar e alto índice de repetência entre os jovens. As famílias apresentaram baixa escolaridade, trabalhos informais e desemprego. Contatos positivos

e alta satisfação de vida na instituição podem indicar que o acolhimento institucional se constitui em fonte de apoio e satisfação.

Esses resultados mostraram a necessidade de desenvolvimento de programas de reforço escolar com o objetivo de estimular o desenvolvimento cognitivo dessa população, para que o déficit apontado não seja mais um elemento excludente para as crianças e adolescentes acolhidos, além de ações de prevenção em relação ao uso de drogas. Os resultados desse estudo salientaram também que o tempo de institucionalização pode trazer prejuízos, especialmente quanto à percepção de proximidade na rede de apoio social. Apesar de o acolhimento institucional ser uma medida de proteção excepcional e temporária, é possível observar que muitas crianças e adolescentes permanecem por muitos anos em abrigos, casas lares e similares e mantêm um precário contato com a família. Portanto, torna-se importante a criação de mecanismos sociais que promovam a provisoriedade dessa medida de proteção social a partir de ações conjuntas entre as instituições e as famílias.

Em estudo anterior Siqueira, Tubino, Schwarz e Dell Aglio (2009) haviam investigado a rede de apoio social e afetivo e, em especial, a percepção das figuras parentais na rede de crianças e adolescentes institucionalizados. Participaram 146 crianças e adolescentes, com idades entre 7 e 16 anos ($M=11,1$; $DP=2,04$), sendo que 81,5% são de abrigos governamentais e 18,5%, de abrigos não governamentais da região metropolitana de Porto Alegre/RS. Os resultados indicaram que 59,4% dos participantes mantêm contato com suas famílias. Quanto à rede de apoio, o campo Abrigo apresentou maior média de contatos, sendo considerada a principal fonte de apoio, e o campo Família apresentou contatos de maior proximidade. Observou-se diferença na percepção das figuras parentais, sendo que a figura materna foi percebida como mais presente e próxima do que a figura paterna.

Para essas crianças e adolescentes, tanto os membros da família nuclear quanto os da família extensa foram considerados parte de suas famílias. Esse resultado sugere que os familiares como tios(as), primos(as) e avôs(ós) são pessoas presentes na trajetória de vida desses jovens, responsabilizando-se, em muitos casos, pela sua educação durante um período de tempo. Fonseca (2002), ao investigar o sistema de parentesco em famílias de grupos populares de Porto Alegre/RS, identificou a forte influência que os membros da família extensa exerciam no núcleo familiar, inclusive assumindo a criação dos filhos. É comum uma criança passar parte da infância ou da juventude na casa de pessoas que não sejam seus genitores, como com os avós e tias, em alguns casos até vizinhos e amigos próximos da família. Segundo a autora, essa prática estimula o fortalecimento da rede social familiar e reforça a solidariedade do próprio grupo familiar, como também expressa a importância da família extensa no sistema de parentesco brasileiro (Fonseca, 2002).

Os resultados deste estudo sugerem, ainda, uma idealização das relações familiares, visto que a família apresentou maior fator de proximidade. Essa percepção pode ser entendida como um movimento adaptativo e restaurador dos jovens, processo importante para o resgate das relações familiares fragilizadas. A idealização das relações familiares de forma geral pode estar associada à dicotomia existente entre o que é de fato vivenciado e o que é pensado (Szymanski, 1992). O vivido, por sua vez, está relacionado aos modos de agir no dia-a-dia das famílias, ao contexto real de convivência, e o pensado é da ordem do idealizado, de como se gostaria que fosse. Destaca-se, assim, a importância de que os profissionais das instituições de acolhimento e demais entidades de atendimento aos jovens em situação de acolhimento institucional reconheçam e legitimem os diferentes modelos de família, ainda que atravessados pelos fatores sociais e culturais. Além disso, é importante que as instituições promovam a preservação dos vínculos

familiares de seus abrigados, procurando garantir o direito de convivência familiar previsto pelo ECA (1990), tendo em vista o significado dessas relações para as crianças e adolescentes.

Por fim, cabe destacar o papel da instituição de acolhimento na rede de apoio social e afetivo das crianças e adolescentes que estão sob sua proteção. Os funcionários, monitores, educadores, pais sociais, técnicos e diretores dos abrigos fazem parte da rede de apoio e, como principais cuidadores desses jovens, nesse momento, tornam-se responsáveis pelo seu bem-estar, ao representar uma função fundamental para um desenvolvimento saudável. Mais do que desempenhar a função crucial de educá-los e acompanhá-los, esses cuidadores participam do processo de resgate e (re) construção da história individual de cada um deles, sendo importante que o façam ativamente (Cruz, 2012).

Marzol, Bonafé e Yunes (2012) realizaram uma pesquisa em instituições de acolhimento (Instituição A e Instituição B) para crianças e adolescentes em município do interior do Rio Grande do Sul. A investigação buscou compreender a percepção de crianças e adolescentes institucionalizados acerca de suas relações com cuidadores. Foi considerado o entendimento que crianças e adolescentes possuem sobre o cuidado e as qualidades destacadas nos trabalhadores apontadas como relevantes. Na Instituição A foi evidenciada o apoio de interação positiva e emocional de cuidadores e valorização do diálogo. Na Instituição B o foco foi o apoio instrumental composto pelo auxílio nas atividades escolares, distribuição de guloseimas e brinquedos. Nas duas instituições as crianças/adolescentes entrevistados fizeram referência à importância de relações horizontais e afetivas com cuidadores percebidos como promotores de desenvolvimento.

Com o estudo de Marzol, Bonafé e Yunes (2012), ficou evidente a ótica das crianças e adolescentes entrevistados, o que pode efetivamente constituir um cuidador protetivo em pleno exercício de seu papel de tutor de desenvolvimento, dos sentimentos abertos e expressos de afetividade, de respeito à história de vida da criança e da família, da empatia por sua condição de acolhimento e de confiança e otimismo diante das suas perspectivas de desenvolvimento futuro. Logo, é possível considerar que, embora as crianças e adolescentes estejam vivenciando situações adversas que não são ideais – por estarem submetidas ao estresse específico dos ambientes institucionais – elas poderão se desenvolver de forma saudável caso estejam inseridas em um espaço relacional responsivo e sensível as suas necessidades afetivas, sociais e emocionais.

Almeida (2009) realizou uma pesquisa com objetivo de conhecer a rede social de crianças em acolhimento institucional, pautando-se na perspectiva das redes de significações, investigando sob a perspectiva da criança, como os irmãos e outras pessoas aparecem na rede. A pesquisa foi realizada em três momentos, tendo sido entrevistados sete grupos de irmãos, num total de 18 crianças com idade entre 6 a 12 anos. Foram realizados quatro encontros com cada criança, sendo que para a coleta de dados foi utilizada como instrumento principal, uma entrevista com o intuito de conhecer quem a criança procura em determinadas situações relacionada às funções de cuidado e atividades diárias (F1), proteção (F2), educação (F3), apoio emocional e relação afetiva (F4), e brincadeira e lazer (F5). Complementarmente, foram utilizados desenhos e uma adaptação Four Field Map. Todos os encontros contaram com material lúdico de apoio (família de bonecos e material para desenho).

Os resultados do estudo de Almeida (2009) demonstraram que a rede social das crianças é formada, principalmente, por pessoas da instituição de acolhimento e da família, o que vai concordar com os estudos de Siqueira e Dell Aglio (2009, 2010) que

produziram análises semelhantes. Outra similitude entre os achados diz respeito ao quesito escolar, onde as pessoas deste campo foram poucas mencionadas. Os irmãos são os membros da família mais citados, principalmente no que diz respeito às funções de proteção, apoio emocional e relação afetiva e lazer. Além disso, os irmãos mais velhos e os que estão acolhidos na mesma instituição são os mais mencionados. Foi verificado também que a rotina e a estrutura da instituição pautada na faixa etária das crianças não privilegiam a manutenção ou desenvolvimento dos vínculos afetivos entre grupos de irmãos.

Os resultados do estudo realizado por Almeida (2009) sinalizaram a importância do relacionamento entre irmãos, bem como a proximidade entre eles para a sua manutenção. Assim, as autoras apontam a necessidade dos espaços de acolhimento reverem efetivamente suas concepções e práticas relacionadas à institucionalização de grupos de irmãos. Sugerem também a necessidade dessas instituições viabilizarem formas de ampliação da rede social dessas crianças e adolescentes, assim como a revisão do papel inclusivo da escola.

Compreender o ponto de interseção entre família e rede de apoio social da qual faz parte é imprescindível para se avaliar os processos de integração psicossocial, de promoção de bem estar, mal estar e problemas nos processos de adaptação. Ou seja, a família como rede social, ao oferecer apoio material e emocional, por exemplo, demanda atenção às suas necessidades e fragilidades e precisa acionar a própria sua rede de apoio para que efetivamente consiga cumprir com a função de proteger seus membros mais vulneráveis, como a criança e ao adolescente. Por conseguinte, mapear as redes de apoio de famílias de crianças em situação de vulnerabilidade, e por isso, acolhidas institucionalmente, coloca a importância de se compreender as necessidades e

processos familiares, haja vista que identifica as relações desse grupo com o meio onde habita.

5.1 Percepção das Redes de Apoio Social dos Familiares dos Adolescentes

Após essa discussão teórica, agora serão apresentados os resultados da percepção dos adolescentes em acolhimento institucional e de seus familiares sobre as redes de apoio social e em seguida são discutidas as análises dos dados embasadas nos estudos da área.

5.1.1 Percepção da rede da mãe: Alice.

A aplicação do instrumento com Alice ocorreu na instituição que seu filho está acolhido. Ao chegar ao local, Alice se apresentou e demonstrou estar bem à vontade para a coleta que ocorreu na sala dos técnicos.

A análise da estrutura da rede de apoio social de Alice apontou 18 contatos no primeiro nível de proximidade, duas pessoas no segundo nível, duas pessoas no terceiro nível e uma pessoa no quinto nível. No campo família, a participante colocou nove contatos (seis no primeiro nível, duas no segundo nível e um quinto nível), no campo amigos e parentes três pessoas (duas no primeiro nível e uma no terceiro), no campo abrigo cinco pessoas (todas no primeiro nível), no campo contatos formais seis pessoas (cinco no primeiro nível e uma no terceiro), no campo escola ninguém foi citado. Alice indicou um total de 23 contatos.

A análise funcional da rede de Alice, ou seja, da qualidade e da satisfação de suas relações, apontou 14 contatos satisfatórios e nove insatisfatórios. Os relacionamentos insatisfatórios são com sua mãe, com duas irmãs, com três dos quatro filhos, com o atual companheiro, com a mãe de seus patrões no local de trabalho e com

uma sobrinha. O fator proximidade é uma variável que representa o grau de vinculação dos participantes com o número de pessoas citadas nos campos, sendo medido através da localização dessas pessoas em relação ao círculo central. O fator de proximidade nos campos do mapa de Alice na ordem do maior para o menor ficou da seguinte forma: abrigo (8), contatos formais (7), família (6,22), amigos e parentes (4,6) e escola (0).

Após essa primeira etapa concluída, Alice informou que de todas as pessoas citadas no campo a que ela mais pode contar em termos de apoio emocional é com a sua mãe.

5.1.2 Percepção da rede da mãe: Glória.

Na estrutura da rede de apoio social de Glória foi mencionada sete pessoas no primeiro nível de proximidade. No campo família, a avó de Raissa colocou cinco pessoas (todas no primeiro nível), no campo amigos e parentes apontou uma pessoa (no primeiro nível), já no campo de contatos formais foi dado destaque a uma pessoa (no primeiro nível) e nos campos escola e abrigo nenhuma pessoa foi mencionada. O total de pessoas citadas na rede de apoio social de Glória foram sete.

A análise funcional da rede de apoio de Glória constatou três contatos satisfatórios e quatro insatisfatórios. Os relacionamentos insatisfatórios foram com seus três filhos e seu atual marido. Sobre o fator proximidade na rede de Glória, foi notado que os campos foram pontuados em ordem decrescente – do maior ao menor número: família (8), amigos e parentes (8), contatos formais (8), escola (0) e abrigo (0).

De todas as pessoas citadas no Mapa, Glória mencionou que o seu marido Antônio é a pessoa com quem ela mais pode contar, pois o mesmo a ajuda muito e segundo ela é um companheiro que lhe dá bastante apoio emocional.

5.1.3 Percepção da rede da mãe: Roberta.

Na estrutura da rede de apoio social de Roberta foram apontadas 11 pessoas no primeiro nível de proximidade, duas pessoas no segundo nível, uma no terceiro nível, uma no quarto nível e uma no quinto nível. No campo família, Roberta colocou seis pessoas (sendo quatro no primeiro nível e duas no segundo), no campo amigos e parentes três pessoas (uma no primeiro nível, uma no terceiro nível e uma no quinto nível), no campo contatos formais duas pessoas (no primeiro nível), no campo escola uma pessoa (no quarto nível) e no campo abrigo quatro pessoas (todas no primeiro nível). O total de pessoas citadas na rede de apoio social de Roberta foram 16.

A análise funcional da rede de Roberta indicou dez contatos satisfatórios e seis insatisfatórios. Os relacionamentos insatisfatórios foram referentes aos dois de seus quatro filhos, a sua irmã, a seu cunhado, a seu ex-sogro e a vice-diretora da escola em que seus filhos estudavam. Quanto ao fator de proximidade, os resultados demonstraram o seguinte quadro: abrigo (8), contatos formais (8), família (6,60), amigos e parentes (3,33) e escola (1).

Após ser perguntada a Roberta com quem ela mais podia contar de todos os campos citados no Mapa, ela respondeu que era com Jéssica, sua filha, pois a adolescente é muito carinhosa, preocupada e atenciosa. Roberta mencionou que o principal apoio recebido pela filha é o emocional.

5.1.4 Percepção da rede da mãe: Fátima.

Na estrutura da rede de apoio de Fátima foram mencionadas onze pessoas e todas citadas no primeiro nível. No campo família foram colocadas três pessoas, em amigos e parentes duas pessoas, na escola uma pessoa, no abrigo duas pessoas e nos

contatos formais três pessoas. A análise funcional da rede de Fátima constatou 10 campos satisfatórios e um campo insatisfatório que no caso foi com seu filho Arthur. Sobre o fator de proximidade, todos os campos obtiveram oito pontos cada um.

De todas as pessoas que foram citadas por Fátima, ela afirmou que Joana é a que merece ser destaca como uma amiga com a qual sempre pode contar. Esta foi descrita como uma pessoa da sua confiança, e que o principal apoio que Joana oferece à Fátima é do tipo o emocional, segundo a entrevistada.

5.2 Percepção das Redes de Apoio Social na Perspectiva dos Adolescentes em Acolhimento Institucional

5.2.1 Percepção da rede do adolescente Evaristo.

A análise da estrutura da rede de apoio social de Evaristo mencionou nove pessoas no primeiro nível, 12 pessoas no segundo nível, oito no terceiro nível e duas no quarto nível. No campo família, o adolescente colocou sete pessoas (duas no primeiro nível, três no segundo nível, uma no primeiro nível e uma no quarto nível); no campo abrigo cinco pessoas (uma no primeiro nível, duas no segundo nível e duas no terceiro nível); no campo amigos e parentes nove pessoas (quatro no primeiro nível, três no segundo nível e duas no terceiro nível); no campo escola sete pessoas (uma no primeiro nível, três no segundo nível, duas no terceiro nível e uma no quarto nível) e em contatos formais três pessoas (uma no primeiro nível, uma no segundo nível e uma no terceiro nível). Evaristo indicou um total de 31 indivíduos.

A funcionalidade da rede de Evaristo indicou 18 contatos satisfatórios e 13 insatisfatórios. Os relacionamentos insatisfatórios foram com mãe, seus tios, suas irmãs, sua prima, seus primos e uma educadora do espaço de acolhimento. O campo que

Evaristo indicou como maior fator de proximidade foram amigos e parentes (5,33), contatos formais (4,66) e família (4,42), seguidos dos campos abrigo (4) e escola (3,57).

De todas as pessoas citadas no mapa, Evaristo disse contar mais com o apoio do coordenador do espaço de acolhimento que se chama Leonardo e afirmou que o principal apoio recebido é o informacional, principalmente com questões relacionada aos cursos, consultas e lembretes de atividades pendentes.

5.2.2 Percepção da rede da adolescente Raissa.

A análise do desenho da rede de apoio social de Raissa apontou seis pessoas citadas no primeiro nível de proximidade, quatro no segundo nível de proximidade, duas no terceiro nível de proximidade, uma no quarto nível de proximidade e uma no quinto nível de proximidade. No campo família a adolescente colocou sete pessoas (uma no primeiro nível, duas no segundo nível, duas no terceiro nível, uma no quarto nível e uma no quinto nível); no campo amigos e parentes uma pessoa (no primeiro nível); no campo escola duas pessoas (uma no primeiro nível e uma no segundo nível); no campo abrigo duas pessoas (uma no primeiro nível e uma no segundo nível) e no campo contatos formais duas pessoas (ambas no primeiro nível). Raissa citou um total de 14 pessoas.

A análise funcional da rede de Raissa apontou onze contatos satisfatórios e três insatisfatórios. Os relacionamentos indicados como insatisfatórios foram com sua mãe, seu irmão e sua irmã. Sobre o fator proximidade, os campos se configuraram da seguinte forma na pontuação do maior para o menor: amigos e parentes (8), contatos formais (8), escola (6), abrigo (6) e família (3). De todas as pessoas citadas no mapa, Raissa disse poder contar mais com o psicólogo do projeto social que ela participa, pois

ele é homem muito motivador segundo a adolescente. O principal apoio fornecido pelo mesmo é o emocional.

5.2.3 Percepção da rede do adolescente Jeová.

A estrutura da rede de apoio social de Jeová apontou nove contatos no primeiro nível de proximidade, cinco contatos no segundo nível e dois contatos no quinto nível. No campo família o participante mencionou nove pessoas (três no primeiro nível, cinco no segundo nível e uma no quinto nível), no campo abrigo quatro pessoas (todas no primeiro nível), no campo escola três pessoas (duas no primeiro nível e uma no quinto nível) e nos campos amigos e parentes e contatos formais não foram citados ninguém. Jeová indicou um total de 16 pessoas no mapa.

Na análise funcional da rede, Jeová demonstrou-se satisfeito com 12 contatos da rede e insatisfeito com quatro contatos. As pessoas que ele apontou com insatisfação foram sua irmã, seu avô paterno, a assistente social e a coordenadora do espaço de acolhimento. Sobre o fator proximidade se obteve o seguinte quadro: abrigo (8), escola (5,33), família (4,8) e amigos e parentes e contatos formais zero pontos.

5.2.4 Percepção da rede da adolescente Jéssica.

A rede de apoio social de Jéssica no sentido estrutural apontou 13 pessoas citadas no primeiro nível de proximidade, duas no segundo nível, uma no terceiro nível e uma no quinto nível. No campo família foram citados seis contatos (quatro no primeiro nível, um no segundo nível e um no quinto nível); no campo abrigo três contatos (um no primeiro nível, um no segundo nível e um no terceiro nível); no campo escola quatro contatos (todos no primeiro nível), no campo amigos e parentes quatro

contatos (todos no primeiro nível) e, em contatos formais, nenhuma pessoa foi citada. No total foram citados 17 contatos.

Sobre a funcionalidade da rede de Jéssica, foram apontados 14 contatos satisfatórios e três contatos insatisfatórios. As pessoas citadas como relações insatisfatórias foram sua mãe, seu avô paterno e a assistente social da instituição que Jéssica está acolhida. Sobre o fator proximidade os campos apresentaram a seguinte pontuação: escola (8), amigos e parentes (8), família (6), abrigo (4,6) e contatos formais (0). Jéssica informou que a pessoa com quem ela mais pode contar é sua mãe e o principal apoio recebido dela é o emocional.

5.2.5 Percepção da rede do adolescente Arthur.

A análise da estrutura da rede de apoio social de Arthur apontou 16 pessoas e todas no primeiro nível. No campo família foram citadas quatro pessoas, e no destinado aos amigos e parentes quatro contatos, escola três contatos, abrigo cinco contatos e contatos formais duas pessoas. Segundo Arthur ele é satisfeito com todas as suas relações apontadas no mapa, quanto ao fator de proximidade todos os campos receberam oito pontos cada um. Das pessoas citadas no mapa, Arthur disse contar mais com sua mãe e ele afirmou que o principal apoio recebido desta é o emocional.

5. 3 Análise das Redes de Apoio Social dos Adolescentes em Acolhimento Institucional e de seus Familiares

Com base nos resultados da coleta do mapa dos cinco campos e das entrevistas semiestruturadas, serão discutidos aspectos relacionados à formação e atuação da rede de apoio social dos adolescentes em acolhimento institucional e de seus familiares, as categorias criadas organizar os resultados foram as mesmas contidas no Mapa dos

Cinco Campos (MCC): família, abrigo, amigos e parentes, escola e contatos formais. No entanto, no presente trabalho, a categoria abrigo na discussão será alterada para instituição de acolhimento.

5.3.1 A Família como rede de apoio social.

A categoria família foi a mais citada quando comparada aos outros campos. Tal ênfase é verificada na rede de apoio social de três dos cinco adolescentes e dos quatros familiares, entretanto, pode-se notar que quando se refere à qualidade das relações, este mesmo campo é apontado como o que teve mais conflitos e rompimentos, conforme foi visto nos resultados, o que denota a insatisfação da família como rede de apoio social. Essa realidade é refletida, por exemplo, na história de Alice e de seu filho Evaristo (caso I), onde foram citados diversos membros familiares no mapa, porém a com a presença de situações de violência doméstica e abuso sexual.

Foi observado também a partir da análise do conteúdo dos mapas e das entrevistas semiestruturadas que esses familiares muitas vezes não assumiram o papel de apoio e proteção que é esperado dessa instituição. Tal justificativa fica clara no relato de Fátima (caso IV) e Evaristo (caso I) na categoria “A percepção do adolescente antes do acolhimento” e na “compartilhar problemas com a família atual” da entrevista semiestruturada:

Não comunico nada com os meus parentes, não quero nem papo com aquele povo. Quando acontece algo em casa, fica só entre a gente mesmo, minha família é só problema menino (Fátima).

A vida do adolescente na instituição do acolhimento” que “não tenho problema com ninguém agora, sou um cara tranquilo. Agora antes de eu vim

pra cá, brigava muito com a mamãe. Ela me batia e me dá raiva e saía de casa. Fiquei vários dias fora, até que um dia eu fui para no abrigo (Evaristo).

Observar-se nestas falas que a família não correspondeu na vida dessas pessoas como um lugar de afeto, onde as expressões de emoção ou sentimentos eram algo praticamente inexistente (Moreira & Sarriera, 2008). Situação semelhante foi observada no caso de Roberta e seus filhos Jéssica e Jeová, onde são citadas no mapa várias pessoas da família, porém percebem-se relações afetivas frágeis entre seus membros, onde muitas vezes a comunicação ocorre através das agressões físicas ou psicológicas. Roberta durante a coleta relatou na categoria “compartilhar problemas com a família atual” que:

Hoje em dia minha família são meus filhos, só eles. Minha irmã é uma mulher muito amiga e legal, mas nem dá para comparar com meus filhos. Às vezes lembro quando ela e meu pai ficavam contra mim.

O caso de Roberta torna-se mais preocupante, quando se observa que sua percepção de família se resume praticamente no convívio com os filhos, sendo que a família extensa é considerada um importante apoio no cotidiano das pessoas que vivem em situação de risco e vulnerabilidade social (Sluzki, 1997). É importante observar que não é somente no caso de Roberta (caso III) que a família acaba por se configurar praticamente na relação mãe e filhos, mas em todos os casos dos familiares desses adolescentes, conforme pode ser visto na situação de Alice (caso I), onde das nove pessoas citadas, quatro eram seus filhos, o mesmo ocorreu no mapa de Glória que citou apenas cinco pessoas de suas famílias e dessas três eram seus filhos e também no caso de Fátima, onde das três pessoas citadas, duas eram filhos.

Vale ressaltar que apesar do número considerável da presença dos filhos no mapa, essas relações foram marcadas por diversos conflitos e rompimentos, logo se

observa que esses pais tem uma concepção da importância dos filhos na sua vida e também sabem que esses mesmo filhos precisam deles, porém os mesmos não conseguiram em muitos casos arcar com os cuidados básicos diante das situações adversas em que estes foram expostos. Tais evidências foram identificadas nas falas de Alice (Caso I) e Roberta (caso III) na entrevista do mapa dos cinco campos:

Hoje me arrependo muito das coisas que fiz com o Evaristo, naquela época eu não tinha noção de nada, descontava minhas frustrações no menino e o coitado não tinha culpa de nada (Alice).

Quando o pai dos meninos morreu, em vez de cuidar deles, não, eu me afundei nas drogas e me mandei pro Maranhão, depois veio às consequências (Roberta).

Os relatos acima demonstram também o quanto o papel da mãe “cuidadora do lar e dos filhos” é um fator forte na visão dessas mulheres, já que elas se percebem como as únicas responsáveis pelos acontecimentos ocorridos na vida de seus filhos. Pode-se observar também a ausência paterna na vida desses adolescentes e de seus familiares, com exceção do caso III, onde o pai dos irmãos Jéssica e Jeová foi assassinado, mas aparentemente tinha um papel atuante na vida de seus filhos, apesar do seu envolvimento com o tráfico de drogas e dos conflitos vivenciados com sua mulher Roberta, o pai foi citado no mapa de Jéssica como uma importante figura de apoio quando era vivo.

A figura paterna foi pouco identificada como integrante da rede de apoio social por parte dos adolescentes participantes e até mesmo por seus membros familiares. O estudo de Feijó e Assis (2004) com jovens infratores e suas famílias comprovou que a figura paterna estava ausente em quase 40% dos casos. Para as autoras, a falta da figura paterna faz com que esses jovens sofram as consequências emocionais e estruturais

decorrentes, além de poder influenciar na formação de sua identidade individual e social. Segundo os autores supracitados, a ausência da figura paterna pode ser um fator de risco adicional para experimentação sexual precoce, especialmente entre adolescentes de famílias em situação de vulnerabilidade social.

Estudos (Mosmann *et al.* 2006; Dessen & Polônia, 2007) que apontaram as novas configurações familiares, salientam o quanto a atuação do pai é importante no desenvolvimento dos seus filhos, que o mesmo já não é apenas o provedor das necessidades básicas da casa e sim que este tem a mesma função de apoio que a mãe possui como dá educação, afeto e bens materiais.

Outros familiares que apareceram bastante nos relatos tanto dos familiares e principalmente no dos adolescentes, foram os irmãos. Ficou perceptível que apesar dos conflitos ocorridos em algumas dessas relações, os irmãos muitas vezes assumiram o papel de dá o apoio emocional, como ocorreu no caso III, onde Roberta contou com a irmã no momento em que seu marido morreu e quando seus filhos foram acolhidos e no de Alice (caso I), quando ela e sua irmã se apoiaram afetivamente na situação de abuso sexual que ambas passaram e foi escondido pela sua mãe.

Entretanto, percebeu-se uma diferença na percepção da importância dos irmãos na visão dos adolescentes e de seus familiares, enquanto os familiares tinham uma visão mais real e prática das suas relações de apoio com os irmãos, os adolescentes demonstravam uma concepção mais idealizada no papel dos irmãos na sua vida, tal discussão cabe na situação de Raissa (caso II), onde ela diz gostar muito dos irmãos, porém pode-se notar que a adolescente conviveu pouco com eles, mesmo antes do acolhimento e também nos relatos de Arthur (caso IV) e Evaristo (caso I) em que ambos citaram os irmãos no mapa, mas faz tempo que eles não se relacionam ou mantêm contato.

Os dados acima confirmam os estudos de Siqueira, Betts e Dell’Aglío (2006), De Antoni e Koller (2000), Rizzini e Rizzini (2004) e Yunes, Tavares, Arrieche e Faria (2001) os quais apontam que as crianças e adolescentes em acolhimento institucional expressam sentimentos positivos relacionados aos seus membros familiares, o que reflete uma supervalorização e idealização da família e uma dissociação entre a percepção da família “idealizada” e a família “vivida” aquela que se revela na realidade.

A discussão acima cabe também quando perguntado aos adolescentes quem são as suas principais fontes de apoio, três dos cinco adolescentes entrevistados responderam que eram sua mãe, entretanto estes adolescentes relataram já terem tido diversos conflitos e rompimentos com sua figura materna, conforme visto na fala de Jéssica (Caso III) na categoria “percepção do adolescente antes do acolhimento”:

Eu sempre converso com a minha mãe, a gente já brigou muito, mas a gente se entende. Ela é a pessoa que eu mais amo no mundo e a única que eu falo as minhas coisas.

As mães foram situadas nos níveis de maior proximidade pela maioria dos adolescentes, e mais lembrada como membro da rede de apoio quando comparada à figura paterna. A única mãe que foi colocada no quinto nível na percepção dos adolescentes entrevistados, foi a de Raissa (caso II), no qual se tem um histórico de diversas formas de violência doméstica entre mãe e filha.

Também foi observada maior ocorrência de conflitos e rompimentos com a figura materna, tanto na percepção dos adolescentes como na de seus familiares com seus pais, conforme foi observado na relação de Evaristo e Alice (Caso I) e Arthur e Fátima (Caso IV), em que ambos os casos as genitoras dos adolescentes tiveram desavenças com suas mães no passado. Provavelmente, as figuras maternas foram mais recordadas justamente pelo fato de estarem mais presentes, ainda que de uma forma não

tão frequente, na vida desses jovens, o que pode estar relacionado à característica monoparental e matrifocal (Szymanski, 1992) dessas famílias. A figura materna, nessas famílias, é um membro essencial em todo o processo de desenvolvimento e educação dos filhos e assume o lugar de chefe da família, estabelecendo limites em alguns casos e estando mais presente na vida dos filhos do que a figura paterna, que, nos casos aqui citados, não convive com os mesmos (Siqueira *et al*, 2009; Feijó & Assis, 2004; Szymanski, 1992).

Dos três adolescentes (Arthur e a dupla de irmãos) dos cinco casos estudados, e dos três familiares que apontaram alguma figura parental como principal fonte de apoio, notou-se que o apoio emocional foi o predominante na percepção desses participantes. Tal dado mostra-se bem significativo e sinaliza que esses jovens e esses familiares têm a resiliência como uma característica positiva nas suas relações familiares, principalmente entre as díades como mãe e filhos, já que eles viveram momentos estressores como a violência doméstica no caso IV, e aparentemente conseguiram ou tem tentado reverter esse quadro.

De maneira geral, notou-se que a família como rede de apoio social tanto na vida desses adolescentes em acolhimento institucional como na de seus familiares, teve momentos que atuou tanto como fator de proteção tanto como fator de risco. Observou-se que apesar da grande quantidade de pessoas citadas na categoria família, a qualidade das relações não foi algo tão significativo nas análises.

Tal dado torna-se preocupante, quando se pensa que a família é apontada como uma das principais instituições para o bom desenvolvimento de seus membros, além do mais, ficou perceptível, principalmente nas entrevistas semiestruturadas que a família extensa (tios, primos, avós, avôs) não é valorizada na concepção desses participantes, já que eles enxergam como mais importante à relação entre os pares, por exemplo.

5.3.2 A Percepção do abrigo como rede de apoio social.

A categoria “abrigo” foi bem avaliada como uma rede de apoio social na percepção dos familiares dos adolescentes em acolhimento institucional, com exceção de Glória (caso II) que não possui contato com a instituição devido os problemas de relacionamento vividos com sua neta Raissa. Os demais participantes demonstraram ter um bom contato com os técnicos das instituições que seus filhos estão acolhidos.

A boa avaliação desta categoria foi perceptível tanto no mapa como nas entrevistas semiestruturadas. Tal fator é avaliado como positivo, já que se pode pensar que através dessa relação entre a família e a instituição é possível reforçar na preservação dos vínculos familiares entre os adolescentes e suas genitoras, que no caso são as que mais a visitam. Essa discussão fica perceptível na fala de alguns dos entrevistados, como no caso de Fátima (caso IV) e Alice (caso I) quando elas dizem na categoria da entrevista “a relação com a instituição”:

Esse pessoal daqui é muito educado, não tenho do que reclamar. Eles sempre procuram me entender, não me tratam mal e percebo que eles gostam e cuidam direito do Arthur (Fátima).

O pessoal aqui me entende quando eu não venho, gosto deles, sempre me ligam. Nunca me trataram mal (Alice).

Estudos apontam que a qualidade do cuidado institucional pode atuar como fator de proteção ou de risco na vida das crianças e adolescentes, tal discussão cabe também no que se refere aos familiares, já que se supõe que a através desse bom contato, esses familiares ficam mais estimulados a frequentarem os espaços de

acolhimentos onde seus filhos se encontram (Ajdukovic & Franz, 2005; Arpini, 2003; Crawford, 2006; Salina- Brandão & Willian, 2008).

Através das percepções dos familiares deste estudo, é possível verificar que os funcionários da instituição reconhecem os objetivos do espaço, que o plano de trabalho é compatível com os princípios do ECA (1990) já que percebe-se que há um esforço por parte dos técnicos para esses adolescentes tenham o direito à convivência familiar, conforme é relatado nos casos I, III e IV, quando as mães afirmam que a instituição sempre procuram manter contato com os mesmos e os profissionais são habilidosos para o trabalho em equipe (Ali, Silveira & Lunaderlli, 2004; Shaw, 2006).

Outro fator importante apontado pelos familiares é que o espaço de acolhimento dá um apoio instrumental aos mesmos, principalmente o financeiro. Tal relato foi visto na fala de Roberta (Caso III) e Alice (caso I) ao afirmarem que equipe a técnica da instituição dão dinheiro a elas, quando essas não têm recursos financeiros para ir visitarem seus filhos. Por outro lado, notou-se que quanto ao apoio emocional e informacional a instituição oferece apoio deficiente na relação família- espaço de acolhimento, em nenhum dos casos foi apontado, por exemplo, uma intervenção por parte da equipe técnica da instituição referente à temáticas como informações sobre emprego ou interesse nas relações emocionais dessas pessoas.

Quanto aos adolescentes, foi possível observar que os espaços de acolhimento funcionaram mais como fator de proteção do que de risco, já que os cinco adolescentes demonstraram através do mapa estar de certa forma satisfeita com as relações estabelecidas neste espaço. Evaristo (caso I) citou como sua principal fonte de apoio o coordenador do espaço de acolhimento na categoria da entrevista “a vida do adolescente na instituição de acolhimento”, foi possível identificar nessa relação as três formas de

apoio que foram: o emocional, o informacional e principalmente o instrumental, conforme pode ser visto na sua fala:

Olha, depende muito, quando estou mal, mal de sentimento, recorro ao tio Leonardo. Ele sempre conversa comigo, na verdade qualquer necessidade que eu tenho falo com ele, sabe como é? Ele é que responsável por mim aqui.

Outro dado importante quando no que diz respeito às percepções dos adolescentes sobre os espaços de acolhimento como rede de apoio social, pode se notar que em quatro dos cinco casos a maioria se referiu aos adultos (técnicos e educadores sociais) como as principais figuras que eles mais têm contato e que mais podem contar. Percebeu-se, inclusive, uma forte afinidade dos adolescentes com os técnicos da instituição. Na fala de Raissa, na categoria “a vida do adolescente na instituição de acolhimento”, foi mencionado que:

Antes aqui não contava com ninguém, agora tenho com quem conversar que são os dois que te falei: a Ayla e o Ravi.

Tal debate pode-se justificar, principalmente, porque são os técnicos ou os educadores sociais com quem os adolescentes se sentem mais à vontade para desabafar, tirar dúvidas, fazer reclamações e etc. Apesar do grande número dos adultos citados no campo “abrigo” foi possível observar que os técnicos são mais vistos como apoiadores instrumentais e informacionais e as educadoras/mães sociais tendem a dar mais apoio emocional, entretanto, há mais relatos de conflitos nas relações com os educadores do que com os técnicos. Tal dado é semelhante ao que foi encontrado no estudo de Siqueira, Betts e Dell’ Aglio (2006) ao verificarem que para adolescentes institucionalizados do Sul do Brasil, os educadores sociais foram os mais apontados como principal fonte de apoio.

O estudo de Seger e Dell’Aglío (2003) com adolescentes sexo feminino que cumpriam medidas socioeducativas em instituição governamental e medida de proteção em espaços de acolhimento governamentais, sinalizou, também, que educadores sociais, funcionários e técnicos dessas instituições foram considerados importantes fontes de apoio, especialmente para as adolescentes institucionalizadas. O apoio emocional é apontado, na literatura, como o apoio mais efetivo para reduzir os efeitos negativos de uma situação adversa vivenciada, sendo essencial para os adolescentes, que podem perceber que poucas pessoas entendem seus sentimentos (Wills, 1985). Assim, pode-se constatar uma percepção positiva desses adolescentes quanto ao acolhimento, corroborando estudos mais recentes sobre essa temática (Arpini, 2003; Dalbem, 2005; Dell’Aglío, 2000; Rizzini & Rizzini, 2004, Siqueira, Betts & Dell’Aglío, 2006). Os adolescentes pesquisados citaram mais adultos como fontes de apoio do que seus pares, como por exemplo, os amigos da instituição, apesar da adolescência ser uma fase evolutiva na qual o grupo de pares assume papel importante (Aberastury & Knobel, 1988).

A busca por adultos demonstra a importância dos mesmos no fornecimento de apoio, tendo em vista que, frente às situações adversas a que os adolescentes estão sujeitos, os adultos estão na maioria das vezes mais aptos para oferecer ajuda material ou resolver problemas. Logo, pode-se compreender que, para os adolescentes deste estudo, a falha ou mesmo a ausência de apoio familiar faz com que o apoio fornecido por outros adultos seja mais demandado.

A análise qualitativa do tipo de apoio percebido pelos adolescentes apontou que o principal foi o apoio instrumental, ou seja, aquele que fornece algo material ou ajuda quanto à solução de problemas. A partir desse dado, é possível compreender que a ênfase dada ao apoio instrumental está ligada à privação material que esses jovens

possam ter já vivenciado. Esse resultado corrobora a pesquisa de Wills *et al* (1996), que apontou que o apoio instrumental é particularmente relevante para crianças e adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade social.

Em investigação sobre a instituição de acolhimento numa perspectiva ecológica, Siqueira (2006), deu atenção à rede de apoio e reinserção familiar dos adolescentes acolhidos. Segundo essa autora, a instituição de acolhimento passa a ser o principal contexto de desenvolvimento do adolescente, proporcionando novas relações de amizade e ampliando sua rede de apoio. Embora a adolescência seja uma etapa marcada pela relação e influência do grupo de pares, os resultados mostraram que os adolescentes mencionaram mais os adultos como sujeitos de sua rede de apoio social.

O baixo fator de satisfação em relação aos pares no ambiente do acolhimento institucional torna-se preocupante, já que demonstra que as relações desses adolescentes acabam por demonstrar uma estrutura frágil e sem grandes formações de vínculos, principalmente na história de Evaristo (caso I) e Raissa (caso II), onde ambos já tiveram várias passagens por espaços de acolhimentos institucionais. Tal dado pode ser refletido até mesmo numa resistência desses adolescentes em construir relações de apego com seus pares nesses espaços, pois, provavelmente, devido já terem convivido em diversos ambientes, além do familiar, os mesmos já têm um histórico de construção e rompimentos de vínculos.

Ficou claro que o espaço de acolhimento tem influência na vida desses adolescentes e de seus familiares e que a instituição ao ser vista como um fator de proteção na rede de apoio social dessas pessoas acaba por assumir um papel principalmente ligado à ajuda material e ao apoio informacional, porém a mesma instituição falha quando pouco fornece apoio emocional, tanto aos adolescentes como

aos seus familiares, e aparentemente não estimula a interação entre os pares, sendo que este é um fator considerado essencial na fase da adolescência.

5.3.3 Amigos e parentes como rede de apoio social.

Na categoria “amigos e parentes” foi observado que na percepção da família os parentes foram mais citados como rede de apoio social atuante em suas vidas do que os amigos. Com exceção do Caso IV, onde não foi citado nenhum parente e sim dois amigos, sendo que um deles foi considerado sua principal fonte de apoio, especificamente o emocional. Fátima apontou em sua fala na categoria “parentes e outras pessoas que interferem nas relações pessoais” que:

As únicas pessoas com quem eu converso é com minha amiga Joana e com a minha pastora, nossas relações são de confiança, sei que posso contar com elas duas.

Apesar de ter citado apenas duas pessoas nesse campo, a mesma mostrou-se satisfeita com essas relações. Nota-se, aqui, a importância da qualidade que a amizade tem na vida dessa mulher. Em outra fala, Fátima relata na categoria “parentes e outras pessoas que interferem nas relações pessoais” que:

Não comunico nada com os meus parentes, não quero nem papo com aquele povo. Quando acontece algo em casa, fica só entre a gente mesmo, minha família é só problema, menino.

Um dos possíveis motivos dela ter apontado uma amiga como principal apoio e não ter incluído nenhum parente na sua rede de apoio social pode ser o fato de ela ter um histórico de conflitos com seus familiares, o que ocasionou vínculos frágeis com a sua família extensa, que, no caso aqui estudado, são os parentes.

Já na rede de apoio social de Alice, Glória e Roberta foram citados praticamente só parentes, sendo que Roberta mencionou três pessoas e dessas, duas delas têm histórico de conflitos e rompimentos que é o seu cunhado e o seu ex-sogro e Alice citou apenas quatro parentes, sendo que em um desses há relato de insatisfação na relação e Glória incluiu apenas uma neta neste campo. Este quadro demonstra uma rede de apoio frágil quando se refere às relações de amizades na vida desses familiares e não um contato forte com a família extensa (parentes), por mais que haja satisfação nas relações.

Outro dado encontrado nesse campo é que a maioria destes familiares mantém pouco convívio ou contato, tanto com os amigos quanto como os parentes, e aparentemente, os mesmos não contam com nenhuma forma de apoio por parte dessas pessoas. Este fator ficou perceptível principalmente nas entrevistas, quando os sujeitos da pesquisa relataram que praticamente só compartilham momentos importantes das suas vidas com as pessoas que residem consigo na mesma casa ou no mesmo ambiente físico, conforme foi visto na fala de Alice (caso I) na categoria “parentes e outras pessoas que interferem nas relações pessoais”:

Esse tipo de relação não existe, é cada um no seu quadrado. Acho melhor assim, pelo menos a gente evita fofoca, conversinha.

A situação acima pode ser um reflexo da história dessas pessoas, que em momentos cruciais do seu desenvolvimento, como por exemplo, na infância e adolescência, não criaram ou tiveram uma rede de amizade tão significativa e não valorizavam as relações entre os parentescos, o que demonstra o pouco ou quase nenhum apoio por parte desses grupos. Investigações sobre a qualidade das relações entre os pares destacam características que essa relação deve ter para ser considerada

positiva, tais como: ajuda, abertura, confiança, apoio emocional, respeito, intimidade (Souza & Hutz, 2007).

Quanto aos adolescentes em acolhimento institucional, houve um considerável número de amigos citados, sendo que ambos demonstram-se satisfeitos com essas relações, conforme observado no relato de Jéssica e Arthur na categoria “percepção do adolescente antes do acolhimento”:

Com as meninas lá perto de casa, a gente brincava muito. Eu só não brincava quando o velho (avó paterno) começava a frescar (Jéssica).

Antes deu vim pra cá, me dava melhor com os moleques de lá de perto de casa. A gente brincava muito, era legal (Arthur).

Aqui se pode perceber que a amizade atuou de maneira positiva e que de uma maneira indireta acabou sendo um apoio emocional, já que esses dois adolescentes relataram que quando estavam com os amigos, principalmente os da vizinhança, esqueciam ou não recordavam dos conflitos vivenciados no ambiente familiar.

O grupo de pares, em especial os que são mantidos por relações de amizade, são marcados pela similaridade que diz respeito à semelhança entre suas características sociodemográficas, condições econômicas, desempenho escolar, formas de se comportar, dentre outros (Garcia, 2005). A amizade é definida por Fehr (1996) como um relacionamento voluntário e pessoal que propicia intimidade e ajuda e que envolve duas partes que se gostam e buscam companhia uma da outra. Esse relacionamento interpessoal pode estar associado ao sentimento de pertencimento, felicidade, suporte social, emoções, partilha de interesses e qualidade de vida (Tomé *et al.*, 2011), o que pode ser considerado hoje como fator de proteção ao desenvolvimento do adolescente, tal discussão cabe nos casos citados anteriormente.

Já na rede de apoio social de Evaristo (caso I) percebeu-se um número maior de parentes citados do que amigos. Um dado interessante, neste caso, é que o adolescente citou suas três irmãs no campo dos amigos e não da família como era de se esperar. Tal atitude pode ser justificada pelo fato de Evaristo ter vivido grande parte de sua vida em instituições de acolhimento, o que fez com que ele não criasse vínculos significativos com suas irmãs. Além do mais, o adolescente mostrou-se mais satisfeito com as relações mantidas com seus primos do que com suas irmãs. Quanto aos amigos, este foi um campo frágil na rede de apoio social de Evaristo.

Um fator que pode justificar essa pouca interação de Evaristo com o campo “amigos e parentes” é o fato do adolescente não ter tido boas experiências nas suas relações familiares e ter vivido várias rupturas em sua trajetória pelos espaços de acolhimento, a mesma ideia cabe na situação de Raissa (caso II), onde a garota teve experiências negativas, principalmente no ambiente intrafamiliar, ou seja, esses adolescentes possivelmente criaram uma resistência em construir vínculos tanto com os amigos quanto com os parentes.

Autores como Marturano, Elias e Campos (2004) afirmam que os adolescentes levam para o grupo de pares e, em particular, para as relações de amizade, experiências de socialização que tiveram na sua família. Quando o contexto familiar é composto por relações disciplinadoras, construtivas e consistentes, além de oferecer suporte social, pode contribuir para o ajustamento do adolescente e representar menos envolvimento dele com grupo de pares desviantes. Em função disso, admite-se que a vivência do adolescente em ambiente familiar tem em alguma medida influência no tipo de grupo de pares que ele vai se envolver, seja isso negativo ou positivo.

No mapa dos cinco campos de Raissa, foi citado apenas uma pessoa que é a pastora de sua igreja, que de acordo com a adolescente esta mantém pouco contato com

a mesma, apesar dela ter sido citada no primeiro nível do mapa. Nota-se aqui uma relação frágil, sem clareza no apoio que a adolescente recebe, se é que recebe.

Já Evaristo demonstrou receber um apoio emocional, principalmente por parte dos primos, com quem o adolescente diz se identificar e de quem ele gosta bastante. Os motivos que possivelmente influenciam nessa formação de vínculo do adolescente com seus primos, primeiramente é a faixa etária que é próxima, o gosto por jogar videogame e pelo fato de Evaristo quando vai para a convivência familiar ficar na casa da avó, que, neste caso, é onde que os primos moram.

Foi possível identificar através das análises dos dados que o campo “amigos e parentes” atua de uma forma no cotidiano dos familiares e de outro jeito na vida dos adolescentes. Apesar das divergências, pode-se concluir que de maneira geral, esta área é importante e pode funcionar como um fator de proteção no caso de alguns dos adolescentes, principalmente quando se refere à interação e o contato com os amigos e alguns parentes e na percepção dos familiares há um pouco número de amigos influentes em suas vidas e a presença da família extensa aparece como algo vago e pouco significativo.

5.3.4 A escola como rede de apoio social.

A escola foi um campo bem presente na rede de apoio social dos adolescentes participantes dessa pesquisa, porém a mesma esteve praticamente ausente quando se refere aos familiares desses sujeitos. Notou-se que enquanto os adolescentes apontaram várias pessoas nessa rede, os familiares não citaram ninguém e, quando o fizeram, relataram insatisfação nessas relações.

Quanto à família, notou-se que nos casos de Alice (caso I) e Glória (caso II) que as duas não têm nenhuma forma de contato com a escola que seus filhos/netos

estudam. As mesmas demonstraram não saberem em que série eles se encontram, se os adolescentes tinham algum conflito no espaço escolar ou se eles estavam satisfeitos com o ensino oferecido pela instituição onde estudam. Alice (caso I) e Glória (caso II) ainda relataram que:

Menino, nem sei onde o Evaristo estuda, quem deve saber é o pessoal daqui do abrigo. Acho que ele tá pra terminar os estudos dele (Alice, NC).

Não sei que série a Raissa está, nem sei se ela estuda. Quem resolve essa parte é o pessoal lá do lugar (abrigo) que ela tá. Não quero mais saber dessa menina, se ela estuda ou não, não me interessa. Até onde eu sei, ela nunca gostou de estudar (Glória, NC).

É perceptível nas falas acima que os espaços de acolhimento são vistos familiares como os responsáveis pela educação dos adolescentes, essas pessoas não se sentem na obrigação de terem acesso à escola que seus filhos/netos se encontram. Um dos motivos que podem justificar tal pensamento ou atitude é pelo fato que tanto Alice como Glória não tiveram estímulos positivos em sua história de vida referentes ao ensino básico, já que nenhuma das duas completou o ensino médio e a escolaridade não era algo valorizado em seus ambientes familiares. Logo, percebe-se que a escola não funcionou como rede de apoio social no desenvolvimento positivo dessas mulheres.

Ainda sobre os casos acima, nota-se também que o filho e a neta de Alice e Glória, respectivamente, viveram um longo período em instituições de acolhimento, o que pode ter contribuído para que essas mulheres não se sentissem responsáveis pelo exercício do papel parental e cuidados básicos que esses adolescentes necessitavam, como por exemplo, o acesso à escola.

Já nos relatos de Roberta (caso III) e Fátima (caso IV), ambas tiveram experiências negativas com espaço o escolar. A primeira afirmou ter sido maltratada

pela vice-diretora da escola que seus filhos estudavam e a segunda relatou que foi chamada sua atenção quanto ao comportamento do filho. Na ocasião, relatou que:

Ela gritou comigo no dia da apresentação da minha filha, praticamente me humilhou na frente de todo mundo, passei a maior vergonha. Fiquei tão mal que chorei muito e fui embora, nem fiquei para vê a dança (NC).

Fui na escola do Arthur quando me chamaram para reclamar que ele estava aprontando muito. Aí, quando eu bati no moleque, a mesma professora me denunciou. Voltei e fiz um escândalo com ela. Pensa que eu sou palhaça é? (MCC).

Percebe-se nos diálogos acima que a escola atuou com diferentes papéis em cada um dos casos. No caso de Roberta, a instituição agiu com rigidez através da vice-diretora e não favoreceu para que esta mãe pudesse ser participativa na vida escolar dos filhos, sendo que tal ação pode desencadear uma resistência de Roberta ao contato com ambiente escolar. Já na situação de Fátima, a escola aparentemente tomou uma atitude correta, pois chamou a mãe para informar o mau comportamento do aluno e depois demonstrou seu sentido protetor, quando suspeitou da violência doméstica praticada por Fátima contra Arthur e tomou as medidas necessárias, como a denúncia, apesar de tal ato não ter sido bem aceito pela mãe do adolescente.

Através dos relatos acima, pode-se perceber que a escola não é uma rede de apoio social considerada importante ou atuante na vida desses familiares, em alguns dos casos há resistência por parte das pessoas a sua colocação neste espaço, já em outros, além da dificuldade com o espaço, há o acréscimo das experiências negativas. Percebeu-se também que a escola se manteve distante desses familiares e demonstrou pouco interesse com a presença dos mesmos na vida escolar desses adolescentes.

Tal dados são semelhantes ao estudo de Siqueira (2009) que realizou uma pesquisa com o objetivo de investigar a participação da escola no processo de reinserção familiar e na rede de apoio social através de dois estudos de caso. Os resultados da pesquisa demonstraram que a escola foi pouco influente tanto na vida dos familiares como na dos adolescentes.

Quanto aos adolescentes, foram observados que a escola como rede de apoio social é mais representada pelos adultos do que pelos seus pares, dados semelhantes com o que foi encontrado no campo “abrigo”, sendo os professores e os coordenadores os mais citados. Além do mais houve certo grau de satisfação com essas relações, o que pode levar ao reconhecimento do espaço como um fator de proteção no desenvolvimento desses jovens em situação de acolhimento institucional.

Vale destacar a admiração no relato dos cinco adolescentes com os professores das instituições escolares que eles estudam, conforme se percebeu na fala de Evaristo (caso I), onde ele disse que seu professor de matemática “é o cara” e também no relato de Jeová (caso III) onde ele afirmou gostar muito de seu professor de física. Nota-se que os adolescentes destacaram de forma benéfica a figura desses professores, o que é visto como positivo, já que este fator pode influenciar no processo de resiliência na vida desses sujeitos que vieram de ambientes estressores.

Segundo Dessen e Polônia (2007), a escola constitui um contexto diversificado de ensino e aprendizagem, isto é um local que reúne diferentes conhecimentos, atividades, regras, valores e que a mesma também é permeada por conflitos, problemas e diferenças. É neste ambiente físico, psicológico, social e cultural que os indivíduos processam o seu desenvolvimento global, mediante as atividades programadas e realizadas nesse espaço. O sistema escolar, além de envolver uma variedade de pessoas com características diferenciadas, inclui um número significativo de interações

contínuas e complexas. Trata-se de um espaço multicultural que inclui também os laços afetivos e o preparo para a inserção desses adolescentes na sociedade mais ampla (Oliveira, 2000).

Da mesma forma como ocorreu com o campo “abrigo” é preocupante o dado de que esses adolescentes aparentam não valorizar as interações com os seus pares no ambiente escolar. Por exemplo, Jéssica e Jeová (caso III) e Arthur (caso II) citaram apenas um colega de classe cada um, apesar da qualidade da relação. Ao que tudo indica os pares não foram apresentados como um apoio forte ou atuante na concepção desses adolescentes. Evaristo (caso I) citou vários amigos da escola com quem disse gostar muito de conversar, entretanto percebeu-se que essas interações aparentemente se dão de uma maneira mecânica, sem muito diálogo, já que este contato se restringe apenas ao espaço escolar.

Talvez as instituições de acolhimento não pratiquem o acesso à convivência comunitária desses adolescentes, pois os mesmos têm como rotina a ida à escola e a volta para o espaço de acolhimento. Dificilmente esses jovens participam, por exemplo, de algum aniversário do colega de classe, e ainda é importante lembrar o fato de que essas instituições controlam certas atividades que poderiam facilitar a comunicação dos adolescentes com os colegas de sua escola, como é o caso da proibição do uso do celular na maioria dos espaços pesquisados.

Sobre o campo “escola”, foi possível verificar que este funcionou mais como fonte de apoio emocional para os adolescentes, principalmente no que se refere à relação destes com seus professores, onde se podem observar sentimentos de respeito, admiração e até mesmo de carinho, além de demonstrarem um alto grau de satisfação com as relações mencionadas neste campo. De maneira geral, a escola funcionou mais como um fator positivo do que negativo no desenvolvimento desses adolescentes.

Agora, no caso dos familiares, nota-se que alguns não ressaltaram a importância da escola para o adequado desenvolvimento de seus filhos, o que demonstra que, na visão deles, este ambiente parece não atuar como um elemento da rede de apoio social, participativa e influente na percepção dessas pessoas. Logo, nota-se que seria necessário que a escola pudesse realizar atividades onde a partir das quais seria possível se contar com uma maior participação da família na vida educacional desses adolescentes.

5.3.5 Contatos formais como rede de apoio social.

Conforme já foi informado, o campo “contatos formais” é representado pela rede extensa desses adolescentes e de suas famílias, como por exemplo: a igreja, os projetos sociais, os locais de trabalho, postos de saúde, dentre outros. Nos casos aqui analisados, foi quase que unânime a presença de pessoas ligadas às instituições religiosas neste campo, tanto na percepção dos familiares como no dos adolescentes. Na situação dos familiares, outros indivíduos bastante citados foram os que eles convivem nos espaços de trabalho.

Na percepção dos familiares, pode-se notar que o campo “contatos formais” foi apontado como um dos que mais apresentou maior grau de satisfação dos adolescentes com as relações ali estabelecidas. Tal atitude pode-se notar na fala de Fátima (caso IV) e Alice (caso I):

Gosto muito do pessoal da igreja que frequento, principalmente da minha pastora. Pensa numa mulher que eu admiro! Ela me apoia muito, conversa bastante comigo (Fátima, MCC).

A pastora da minha igreja tem conversado muito comigo. Sempre que estou mal, falo com ela, principalmente que estou me deixando do meu marido. Ela tem me dado muito conselho (NC).

Nos relatos acima, é notável como a religião e a espiritualidade tem funcionado como um fator extremamente positivo na vida dessas pessoas, além do mais se percebe uma qualidade no apoio emocional que esses indivíduos recebem nesse espaço. Tal perspectiva é vista como algo benéfico na vida dessas famílias que vivem ou já viveram em ambientes estressores marcados por diversas formas de violência, onde o apoio emocional era algo praticamente inexistente.

Tais dados são consonantes com a discussão levantada por Hayakawa, Marcon, Higarashi e Waidman (2010) sobre a importância da religião/espiritualidade ao apoio de famílias de crianças internadas em uma unidade de terapia intensiva pediátrica. De acordo com estes autores, os grupos familiares buscam formas de enfrentar a situação (adversa) com menos sofrimento e esperança nesse elemento. Correa (2006) indica que o apoio espiritual provoca a sensação de sentir-se acolhido, a qual decorre da necessidade dos familiares de se aproximar de rituais religiosos, que despertam sentimento de esperança.

Em relação ao trabalho, constatou-se que as relações desses indivíduos com as pessoas deste ambiente são fortes e ocorre principalmente o fornecimento do apoio instrumental. Todos os familiares entrevistados tiveram ou têm acesso ao mundo laboral através de trabalhos formais ou informais, remunerados ou não remunerados, temporários ou não.

Apesar da variabilidade das formas de labuta, os participantes foram unânimes em afirmar a sua importância, pois representam o meio a partir do qual asseguram o sustento de suas famílias. Ademais, foram citadas pessoas significativas nesse âmbito por três participantes. As pessoas mais citadas foram os seus patrões, inclusive, Fátima (caso IV) afirmou que tem recebido muito apoio dos mesmos por conta da situação atual em que se encontra seu filho Arthur, que vive em uma instituição de acolhimento.

Alice (caso I) relatou que seus “chefes” a ajudam muito com bens materiais e que eles são bem simpáticos com ela. Nota-se aqui uma relação de apoio mais ligada ao fator instrumental (Sluzki, 1996).

Quanto aos adolescentes, foi perceptível que esse campo não é uma das suas maiores redes de apoio social, já que foram citadas poucas pessoas e que apesar da qualidade das relações, esses indivíduos não são tão atuantes em suas vidas. Evaristo (caso I) e Arthur (caso IV) apontaram, neste campo, “amigos” da igreja que eles frequentavam antes do acolhimento, porém os mesmos afirmaram terem pouco contato e só os veem quando tem algum evento especial no espaço da instituição.

Já Raissa (caso II) apontou o psicólogo de um projeto social que ela frequenta para vítimas de abuso sexual como o seu principal apoio emocional. Neste caso, é importante notar como atuação desse profissional é essencial no bom desenvolvimento dessa adolescente, que vem de um ambiente de grandes conflitos e rompimentos. Este tipo de apoio se apresenta como um fator essencial, principalmente em situações em que se tem um quadro forte de vulnerabilidade social, como é no caso dos adolescentes deste estudo (Masten & Reed, 2002; Morais, Koller, & Raffaelli, 2010; Poletto & Koller, 2008). Os irmãos Jéssica e Jeová não citaram ninguém neste campo.

Com exceção de Raissa, o campo “contatos formais” se apresentou como pouco atuante na rede de apoio social desses adolescentes. No presente estudo, a baixa frequência ou a ausência de pessoas no campo “contatos formais” sinalizou a fraca integração da comunidade na vida desses adolescentes. O ECA (1990) orienta o direito dos acolhidos à participação comunitária, sendo garantida por meio do acesso aos recursos e às atividades fornecidas pela comunidade, como lazer, esporte, saúde e cultura. Os resultados apresentados confirmam os encontrados pela pesquisa de Silva (2004), para a qual esse direito não tem sido cumprido, visto que somente 6,6% dos

espaços de acolhimento pesquisados por essa autora utilizam todos os recursos da comunidade. Além disso, a falta de interação com pessoas de outros ambientes pode reforçar os aspectos culturais relacionados ao acolhimento, que estigmatizam esses adolescentes, considerando-os como possuidores de problemas (Arpini, 2003; Bronfenbrenner, 1979/1996; Rizzini & Rizzini, 2004, Siqueira, Betts & Dell' Aglio, 2006) e incapazes de interações sociais saudáveis.

Conforme pode ser visto, a rede de apoio social atuou de diversas formas na vida dos participantes desta pesquisa, ora ela foi protetora, ora foi ausente, entretanto ficou claro o quanto é importante se ter uma rede de apoio de qualidade para que se possa ter um desenvolvimento saudável tanto na fase da adolescência como na vida adulta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou como as dinâmicas familiares de adolescentes em acolhimento institucional e como ocorre a relação desses sujeitos com a rede de apoio social, pode-se perceber que esses adolescentes viviam geralmente em situação de vulnerabilidade social e que foram expostos às diversas formas de violências como física, sexual e psicológica. Além do mais, os seus responsáveis têm histórico de conflitos nas suas relações familiares passadas.

Outro fator apontado foi a constante repetição transgeracional que ocorreu no âmbito dessas famílias, conforme foi identificado nos casos onde teve gravidez na adolescência, fragilidades nos vínculos afetivos e sérios problemas com álcool e drogas. Diante deste quadro fica claro o quanto é necessário que se tenha uma intervenção clínica e social com os adolescentes e seus familiares para que fatores que afetam negativamente nas dinâmicas familiares sejam prevenidos ou pelo menos amenizados.

Sabe-se que a adolescência é uma fase ímpar na vida do indivíduo, pois a mesma traz consigo diversos fatores como: conflitos, dúvidas, medo e insegurança. Logo, as situações acima se tornam mais preocupantes, ao se considerar que essas famílias vistas como disfuncionais, afetam diretamente no desenvolvimento desses adolescentes que se encontram no espaço de acolhimento, já que esses têm grandes chances de reproduzirem em suas relações futuras as dinâmicas que tiveram em suas famílias de origem.

Diante dos dados analisados, foi possível identificar que a rede de apoio social interfere de maneira diferente na vida do adolescente em acolhimento institucional e na de seus familiares, notou-se que a quantidade de pessoas citadas em um campo da rede não significa que ela seja de qualidade.

Quando se refere particularmente a rede de apoio social desses familiares, foi perceptível que o campo família se restringiu praticamente com aqueles com o qual eles moram, sendo que há uma fragilidade nos apoios fornecidos, principalmente o emocional, mesmo tendo um número significativo de pessoas incluídas. Esse quadro reflete a história familiar destes indivíduos que é marcada por intensos conflitos e diferentes maneiras de se relacionarem.

Ainda sobre a família, notou-se que os participantes da pesquisa têm uma rede de apoio social frágil no campo “amigos e parentes”, onde se há pouco contato, relações fragmentadas e uma visão de certa forma pessimista sobre a família extensa (avós, tios, primos). Ideia semelhante é cabível também no campo “escola”, onde esses familiares demonstraram não terem muito acesso onde seus filhos estudam e alguns relataram experiência negativa no espaço escolar.

Diante deste quadro torna-se necessário um acompanhamento com essas famílias, por parte da escola e até mesmo do espaço de acolhimento a fim de orientar essas pessoas sobre a importância de suas participações na vida escolar de seus filhos e também no sentido deles superarem ou ao menos tentarem os conflitos vivenciados em suas histórias, pois o processo de resiliência é algo que será importante tanto para os familiares como para os adolescentes no enfrentamento dos problemas.

Os familiares apontaram uma visão positiva sobre os espaços de acolhimento que os adolescentes se encontram, praticamente em todos os casos houve uma satisfação na relação instituição-família o que é visto como positivo já que esse fator pode ser influente na reinserção dos adolescentes no ambiente familiar, nota-se que a instituição procura cumprir seu papel legal, ao incentivar a manutenção dos vínculos familiares.

Outro ponto importante foi a qualidade nas relações desses familiares com o campo “contatos formais”, que foi praticamente unânime o grau de satisfação nas

relações mantidas com indivíduos que circulam nessa área, sendo a igreja e o ambiente de trabalho os mais apontados. Percebeu-se aqui como a atuação da comunidade é positiva no desenvolvimento desses indivíduos, notou-se que o apoio emocional foi o mais forte nessa rede de apoio social.

No caso dos adolescentes, houve um número maior de pessoas citadas no campo “família”, entretanto esta mesma área foi apontada como a que mais teve conflitos e rompimentos o que demonstra que quanto maior a rede, maior é a tendência dos conflitos nas relações. Além do mais, a figura materna foi a mais citada como apoio emocional e o papel do pai foi algo quase inexistente na vida desses adolescentes. Notou-se também que houve uma contradição da família real e da idealizada e uma frágil interação e contato referente ao papel dos irmãos.

Na categoria “abrigo”, “escola” e “amigos e parentes” os adolescentes apontaram mais os adultos como pessoas importantes na sua rede de apoio social e citaram poucos os pares. Dada às situações adversas e a privação material a que esses adolescentes viveram, os adultos tornaram-se figuras importantes por serem potencialmente mais aptos a fornecerem apoio, em especial, o apoio instrumental. Assim fica evidente a importância de conscientizar os adultos que convivem com os adolescentes acolhidos, sejam da família ou os técnicos, monitores e funcionários dos espaços de acolhimento, quanto ao papel essencial que possuem como atores de apoio e como atuantes na construção da identidade desses adolescentes. Para isso, tornam-se necessários programas de capacitação que os valorizem enquanto pessoas essenciais que compõem as redes de apoio dos adolescentes acolhidos.

Numa análise geral, percebe-se que a rede de apoio social tanto dos adolescentes como de seus familiares funciona ora como fator positivo, ora como fator negativo e que apesar da quantidade das pessoas citadas e da satisfação nas relações,

ficou notável que a rede falhou ou não atuou no sentido de proteger essas pessoas de situações adversas.

Espera-se que estudos futuros possam aumentar o número de participantes tanto na área das famílias como dos adolescentes e que tragam dados quantitativos sobre como a rede de apoio social influencia no desenvolvimento dessas pessoas que vivem em condições de vulnerabilidade social. O estudo aqui apresentado demonstrou como a rede de apoio social é um fator fundamental para o bom desenvolvimento de pessoas que tem histórico de conflitos familiares, vive em condições precárias e que já presenciou diversas formas de conflitos e rompimentos.

Sobre as dificuldades da pesquisa, o principal obstáculo encontrado foi o acesso aos familiares, já que os mesmos pouco frequentavam as instituições de acolhimento e trocavam de contatos (telefone e endereço) frequentemente. Além do mais alguns dos participantes da pesquisa se mostraram resistentes em relação ao envolvimento e participação, porém, depois da abordagem e com a habituação do pesquisador, foi possível fazer a coleta de dados sem grandes transtornos.

O estudo ficou restrito a nove casos o que impede os dados de fazerem generalizações estatísticas dos resultados encontrados. Entretanto, o trabalho deixa clara a importância da pesquisa qualitativa no meio acadêmico e especificamente dos estudos de casos múltiplos com generalização analítica, pois os mesmos foram realizados no ambiente natural em que os sujeitos se encontravam e houve um aprofundamento nas análises dos dados. Espera-se que estudos futuros possam com um número maior de participantes focalizar dinâmicas familiares de adolescentes em acolhimento institucional, já que a literatura sobre essa temática específica é de certa forma incipiente no ambiente científico. Espera-se ainda que as próximas pesquisas possam também colocar em discussão a relação família-adolescente após a saída do espaço de

acolhimento ou mesmo realizar estudos com enfoque longitudinal, como por exemplo, analisar as dinâmicas familiares em diversos períodos temporais.

Referências bibliográficas

- Aberastury, A., & Knobel, M. (1988). *Adolescência normal*. Porto Alegre, Brasil: Artes Médicas.
- Ajdukovic, M., & Franz, B. S. (2005). Behavioral and emotional problems of children by type of out-of-home care in Croatia. *International Journal of Social Welfare, 14*, 163-175.
- Albarracin, D., Repetto, M. J., & Albarracin, M. (1997). Social support in child abuse and neglect: support functions, sources, and contexts. *Child Abuse and Neglect, 21*(7), 607- 615.
- Ali, N. S. A., Silveira, R. S. M., & Lunardelli, M. C. F. (2004). Relato de experiência de estágio com monitores que trabalham em entidade que abriga menores em situação de risco. In E. Goulard Júnior, L. C. Câneo, & M. C. F. Lunardelli (Eds.), *Campo de estágio: Espaço de aprendizagem e diversidade* (pp. 170-179). Bauru, SP: Joarte.
- Álvares, A. D. M., & Lobato, G. R. (2013). Um estudo exploratório da incidência de sintomas depressivos em crianças e adolescentes em acolhimento institucional. *Temas em Psicologia, 21*(1), 151-164.
- Almeida, I. G. (2009). *Rede social e relacionamento entre irmãos: A perspectiva da criança em acolhimento institucional*. Dissertação de mestrado. Programa de pós graduação em psicologia. Universidade de São Paulo.
- Amparo, D. D., Galvão, A. C. T., Alves, P. B., Brasil, K. T., & Koller, S. H. (2008). Adolescentes e jovens em situação de risco psicossocial: redes de

- apoio social e fatores pessoais de proteção. *Estudos de Psicologia*, 13(2), 165-174.
- Araújo, M. F. (2002). Violência e abuso sexual em família. *Psicologia em Estudo*, 7 (2), 3-11.
- Arpini, D. M. (2003). Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(1), 70-75.
- Banyard, V. L. (1997). The impact of childhood sexual abuse and family functioning on four dimensions of women's later parenting. *Child abuse & neglect*, 21(11), 1095-1107.
- Barrera Jr., M., & Garrison-Jones, C. (1992). Family and peer social support as specific correlates of adolescent depressive symptoms. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 20(1), 1-16.
- Belei, R. A., Gimenez-Paschoal, S. R., Nascimento, E. N., & Matsumono, P. H. V. R. (2008). O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. *Cadernos de Educação*, (30).
- Benincá, C. R. S. & Gomes, W. B. (1998). Relatos de mães sobre transformações familiares em três gerações. *Estudos de psicologia* 3(2). 177-205.
- Bertalanffy, L. Von. (1977). *Teoria geral dos sistemas* (F.M. Guimarães, Trad.) Petrópolis: Vozes.

- Bernardy, C. C. F., & Oliveira, M. L. F. (2010). O papel das relações familiares na iniciação ao uso de drogas de abuso por jovens institucionalizados. *Revista Escola de enfermagem*, 44(1), 11-7.
- Bogdan, R.C. & Biklen, S. K. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Boszormenyi-Nagy, I., & Spark, G. M. (1973). *Invisible Loyalties: Reciprocity in Intergenerational Family Therapy*. New York: Harper & Row.
- Bowen, M. (1991). *De la família ao individuo*. Paidós: Barcelona, Espana. (original publicado em 1979).
- Brasil (2009). *Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8.069, de 13 de julho de 1990, atualizado com a Lei Nacional de Adoção (Lei 12.010, de 03.08.2009)*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- Brasil (2013). *Conselho Nacional do Ministério Público- CNMP*. São Paulo, SP.
- Brito, R.C., & Koller, S. H. (1999). *Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo*. In A. M. Carvalho (Ed.). *O mundo social da criança: natureza e cultura em ação* (pp. 115-129). São Paulo: Casa do psicólogo.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1979).
- Bruschini, M. C. A. (1990). *Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas*. Fundação Carlos Chagas.

- Bucher, J. S. N. F. (2012). Mitos, Segredos e Ritos na Família II: Uma Perspectiva Intergeracional. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 2(1), 14-22.
- Bueno, M. E. N., Meincke, S. M. K., Schwartz, E., Soares, M. C., Corrêa, C. L. C. (2012). Paternidade na adolescência: a família como rede social de apoio. *Textos e contextos de enfermagem*, 21(2): 313-9.
- Caminha, R. M. (2000). Maus tratos: o flagelo da infância. *Cadernos de extensão II*. São Leopoldo: Unisinos, 37-53.
- Campos, J. O., & Faleiros, E. T. S. (2000). *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes*. Brasília: Unicef. Disponível em <http://www.cecria.org.br/banco/violencia.htm>
- Cantera, L. M. (2007). *Casais e violência: um enfoque além do gênero*. Dom Quixote.
- Carlos, D. M., Ferriani, M. D. G. C., Silva, M. A. I., Roque, E. M. D. S. T., & Vendruscolo, T. S. (2013). O acolhimento institucional como proteção a adolescentes vítimas de violência doméstica: teoria ou prática? *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 21(2), 579-585.
- Carloto, C. M., & Mariano, S. A. (2010). No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. *Revista Estudos Feministas*, 18(2), 451-471.
- Carter, B., & McGoldrick, M. (2011). *As mudanças no ciclo de vida familiar*. Porto Alegre: Artmed.

- Carvalho, A. (2002). *Crianças institucionalizadas e desenvolvimento: Possibilidades e desafios*. In E. Lordelo, A. Carvalho & S. Koller (Eds.), *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento* (pp. 19-44). São Paulo: Casa do psicólogo.
- Carvalho, A. M. A. & Rubiano, M. R. B. (2004). *Vínculo e compartilhamento na brincadeira de crianças*. Em M. C. Rossetti-Ferreira, K. S. Amorim, A. P. S. Silva & Ana M. A. Carvalho (Orgs.) *Rede de significações: uma perspectiva para o estudo do desenvolvimento humano* (pp. 171-187). Porto Alegre: Artmed.
- Cavalcante, L. I. C. (2008). *Ecologia do cuidado: interações entre a criança, o ambiente, os adultos e seus pares em instituição de Abrigo*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, PA.
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & Pontes, F. A. R. (2007). Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 7(2), 329-352.
- Cavalcante, L. I. C., Silva, S. S. C., & Magalhães, C. M. C. (2010). Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 10(4), 1147-1172.
- Cecconello, A. M. (2003). *Resiliência e vulnerabilidade em famílias em situação de risco*. Tese de doutorado. Programa de pós graduação em psicologia do desenvolvimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

- Cervený, C. M. O. (1994). *A Família como modelo – desconstruindo a patologia*. Campinas- São Paulo: Psy.
- Cervený, C. M. O., & Berthoud, C. M. E. (2010). *Visitando a família ao longo do ciclo vital*. São Paulo: Casa do psicólogo.
- Cervený, C. M. O. (2012). *Família e...intergeracionalidade, equilíbrio econômico, longevidade, repercussões, intervenções psicossociais, o tempo, filhos cangurus, luto, cultura, terapia, familiar, desenvolvimento humano e social, afetividade, negociação*. São Paulo: casa do psicólogo.
- Cocco, M., & Lopes, M. J. M. (2010). Violência entre jovens: dinâmicas sociais e situações de vulnerabilidade. *Revista gaúcha de enfermagem*, 31(1), 151-9.
- Corrêa, D. A. M. (2006). Religião e saúde: um estudo sobre as representações do fiel carismático sobre os processos de recuperação de enfermidades no grupo de oração da RCC em Maringá, PR. *Ciência, cuidado e saúde*, 134-41.
- Corrêa, L. S.(2011). *Concepções de desenvolvimento e práticas de cuidado à criança em ambiente de abrigo na perspectiva do nicho desenvolvimental*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Universidade Federal do Pará.
- Costa, A. C. R. (2013). *Visita familiar: direito/dever dos pais e direito da criança em acolhimento institucional*. Trabalho de conclusão de curso. Faculdade de Serviço Social. Universidade Federal do Pará, PA.

- Costa, L. F., Almeida, T. M. C. D., Ribeiro, M. A., & Penso, M. A. (2009). Grupo multifamiliar: espaço para a escuta das famílias em situação de abuso sexual. *Psicologia em Estudo*, *14*(1), 21-30.
- Cowan, P. A., Cowan, C. P., & Schulz, M. S. (1996). Thinking about risk and resilience in families. *Stress, coping and resiliency in children and families*, 1-38.
- Crawford, M. (2006). Health of children in out-of-home care: Can we do better? *Journal of Pediatrics and Child Health*, *3*, 77-78.
- Cunha, V. S., & Wendling, M. I. (2011). Aspectos transgeracionais da gravidez na adolescência na perspectiva de mães e filhas residentes em Parobé e Taquara (RS). *Contextos Clínicos*, *4*(1), 28-41.
- Dabas, E., & Najmanovich, D. (1995). *Redes sociales: el lenguaje de los vínculos*. Hacia la reconstrucción y el fortalecimiento de la sociedad civil.
- Dalbem, J. X. (2005). *Características da representação do apego em adolescentes institucionalizadas e processos de resiliência na construção de novas relações afetivas*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil.
- De Antoni, C., & Koller, S. H. (2000). A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. *Estudos de psicologia*, *5*(2), 347-381.

- Dell'Aglio, D. D., & Dalbem, J. X. (2008). Apego em adolescentes institucionalizadas: processos de resiliência na formação de novos vínculos afetivos. *Psico*, 39(1).
- Dell'Aglio, D. D. (2000). *O processo de coping, institucionalização e eventos de vida em crianças e adolescentes*. Tese de Doutorado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Dell'Aglio, D. D., & Hutz, C. S. (2004). Depressão e desempenho escolar em crianças e adolescentes institucionalizados. *Psicologia: reflexão e crítica*, 17(3), 351-357.
- Dessen, M. A., & Polônia, A. D. C. (2007). A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paidéia*, 17(36), 21-32.
- Dias, F. L. A., Silva, K. L. D., Vieira, N. F. C., Pinheiro, P. N. D. C., & Maia, C. C. (2010). Riscos e vulnerabilidades relacionados à sexualidade na adolescência. *Revista de enfermagem*, 18(3), 456-461.
- Diniz, P. K. C., & Salomão, N. M. R. (2010). Metas de socialização e estratégias de ação paternas e maternas. *Paidéia*, 20(46), 145-154.
- Dixon, L., Browne, K., & Hamilton-Giachritsis, C. (2005). Risk factors of parents abused as children: a mediational analysis of the intergenerational continuity of child maltreatment (Part I). *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 46(1), 47-57.

- Dixon, L., Hamilton-Giachritsis, C., & Browne, K. (2005). Attributions and behaviours of parents abused as children: A mediational analysis of the intergenerational continuity of child maltreatment (Part II). *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 46(1), 58-68.
- Domingues, D. F., & Dessen, M. A. (2013). Reorganização Familiar e Rede Social de Apoio Pós-homicídio Juvenil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29(2), 141-148.
- Elkaim, M. (1989). *Se você me ama, não me ame- abordagem sistêmica em psicoterapia*. Campinas: Papyrus.
- Estatuto da criança e do adolescente. (1999). *Diário Oficial da União*. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF.
- Fehr, B. (1996). *Friendship processes*. London: Sage.
- Feijó, M. C., & Assis, S. D. (2004). O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. *Estudos de psicologia*, 9(1), 157-166.
- Figueiredo, B. (2001). Maternidade na adolescência: do risco à prevenção. *Revista Portuguesa de Psicossomática*, 3(2), 221-237.
- Figueiró, M. E. S. D. S., & Campos, H. R. (2013). Abandono e acolhimento institucional: estudo de caso sobre maioridade e desinstitucionalização. *Psicologia argumento*, 31(72), 113-125.
- Fonseca, C. (2002). Mãe é uma só?: Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. *Psicologia USP*, 13(2), 49-68.

- Fraga, L. B. (2008). *Concepções de educadoras de abrigos a luz da história de vida*. Dissertação de mestrado. Departamento de Psicologia e Educação. Universidade de São Paulo, SP.
- Fujisawa, D. S. (2000). *Utilização de jogos e brincadeiras como recurso no atendimento fisioterapêutico de criança: implicações na formação do fisioterapeuta*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.
- Fukuda, C. C., Penso, M. A., & Santos, B. R. D. (2013). Configurações sociofamiliares de crianças com múltiplos acolhimentos institucionais. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 65(1), 70-87.
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Garcia, A. (2005). Psicologia da amizade na infância: uma revisão crítica da literatura recente. *Interação em Psicologia* 9(2), 285-294.
- Germano, I. M. P., & Colaço, V. D. F. R. (2012). Abrindo caminho para o futuro: redes de apoio social e resiliência em autobiografias de jovens socioeconomicamente vulneráveis. *Estudos de psicologia (Natal)*, 17(3), 381-387.
- Grych, J. H. (2002). Marital relationships and parenting. In M. H. Bornstein (Org.). *Handbook of parenting*. (pp. 203-225). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

- Golin, G., & Benetti, S. P. C. (2013). Acolhimento Precoce e o Vínculo na Institucionalização. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29(3), 241-248.
- Gomes, I. C. (2005). Transmissão psíquica transgeracional e violência conjugal: um relato de caso. *Boletim de Psicologia*, 55(123), 177-188.
- Gonçalves, H. S., & Ferreira, A. L. (2002). A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 18(1), 315-319.
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 21(3), 341-348.
- Habigzang, L. F., Azevedo, G. A., Koller, S. H., & Machado, P. X. (2006). Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(3), 379-386.
- Hayakawa, L. Y., Marcon, S. S., Higarashi, I. H., & Waidman, M. A. P. (2010). Rede social de apoio à família de crianças internadas em uma unidade de terapia intensiva pediátrica. *Revista brasileira de enfermagem*, 63(3), 440-445.
- Hoppe, M. (1998). *Redes de apoio social e afetivo de crianças em situação de risco*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

- Hutz, C. S., Koller, S. H. & Bandeira, D. R. (1996). *Resiliência e vulnerabilidade em crianças em situação de risco*. Coletâneas da ANPEPP, 1(12), 79-86.
- Imber-Black, E. (1994). *Os segredos na família e na terapia familiar*. Porto Alegre: Artes médicas (trabalho original publicado em 1991).
- Jacard, J., Dodge, T., & Dittus, P. (2003). Do adolescents want to avoid pregnancy? Attitudes toward pregnancy as predictors of pregnancy. *Journal of Adolescent Health, 33*(2), 79-83.
- Kramer, R. J. (1985). Family Interfaces. *Transgenerational Patterns*. Nova York: Brunner/Mazel.
- Kruger, L. L. (2010). A dinâmica familiar no contexto da crise suicida. *Psico-USF, 15*(1), 59-70.
- Leifer, M., Kilbane, T., & Kalick, S. (2004). Vulnerability or resilience to intergenerational sexual abuse: the role of maternal factors. *Child Maltreatment, 9*(1), 78-91.
- Lewin, K. (1952). *Field theory in social science: selected theoretical papers by Kurt Lewin*. London: Tavistock.
- Lordello, S. R., & Costa, L. F. (2014). Gestação decorrente de violência sexual: um estudo de caso   luz do modelo bioecológico. *Contextos Clínicos, 7*(1), 94-104.

- Magnani, J. G. C. (1986). *Discurso e representação, ou de como os Baloma de Kiriwina podem reencarnar-se nas atuais pesquisas*. A aventura antropológica: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 127-140.
- Martins, J. M.S. (2009). *Conhecimentos de Educadoras e Mães de Crianças Abridadas no Espaço de Acolhimento Provisório Infantil/EAPI acerca do Desenvolvimento Infantil*. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal do Pará, PA.
- Martins, C. B. D. G., & Jorge, M. H. P. D. M. (2009). A violência contra crianças e adolescentes: características epidemiológicas dos casos notificados aos Conselhos Tutelares e programas de atendimento em município do Sul do Brasil, 2002 e 2006. *Epidemiologia, serviço e saúde*, 18(4), 315-334.
- Martins, E., & Szymanski, H. (2004). Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas. *Estudos de Psicologia*, 9(1), 177-187.
- Marturano, E., Elias, L. & Campos, M. (2004). *O percurso entre a meninice e a adolescência: mecanismos de vulnerabilidade e proteção*. Em E. M. Marturano, M. B. M. Linhares & S. R. Loureiro (Orgs.), *Vulnerabilidade e proteção: indicadores na trajetória de desenvolvimento escolar* (pp. 251-288). São Paulo: Casa do Psicólogo/FAPESP. Nicolaci-da-Costa, A. M. (1985).
- Masten, A. S., & Garmezy, N. (1985). Risk, vulnerability, and protective factors in developmental psychopathology. In *Advances in clinical child psychology* (pp. 1-52). Springer US.

- Masten, A., & Garmezy, N. (1994). *Chronic adversities*. In M. Rutter, E. Taylor & L. Herson (Eds), *Child and adolescent psychiatry* (pp. 191-207). Oxford, UK: Blackwell.
- Marzol, R. M., Bonafé, L., & Yunes, M. A. M. (2012). As Perspectivas de Crianças e Adolescentes em Situação de Acolhimento Sobre os Cuidadores Protetores. *Psico*, 43(3).
- Masten, A. S., & Reed, M. G. J.(2002). Resilience in development. *Handbook of positive psychology*, 74-88.
- Meneses, M. P. R., & Sarriera, J. C. (2005). Redes sociais na investigação psicossocial. *Aletheia*, (21), 53-67.
- Mcgoldrick, M., Gerson, R., & Petry, S. (2010). *Genogramas: avaliação e intervenção familiar* (3ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Milani, R. G., & Loureiro, S. R. (2008). Famílias e violência doméstica: condições psicossociais pós ações do conselho tutelar. *Psicologia Ciência & Profissão*, 50-67.
- Minayo, M. C. S. (1993). *Os Limites da Exclusão Social: Meninos e Meninas de Rua no Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- Minuchin, S. (1985). Families and individual development: provocations from the field of family therapy. *Child Development*, 56, 289-302.
- Minuchin, S. (1990/1982). *Famílias: funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes médicas. (original publicado em 1966).

- Minuchin, S., & Fishman, H.C. (1990). *Técnicas de terapia familiar*. Porto Alegre: Artmed.
- Minuchin, S., Nichols, M., & Lee, W.Y. (2009). *Famílias e casais: do sintoma ao sistema*. Porto Alegre: Artes médicas.
- Mioto, R. C. T. (2000). *Novas propostas e velhos princípios: subsídios para a discussão da assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sócio-familiar*. Fronteras: Montevideo, p. 94-102.
- Moinho, M. V., Lordelo, E. R & Seidl-de-Moura. (2007). Metas de socialização de mães baianas de diferentes contextos socioeconômicos. *Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano*, 17(1), 114-125.
- Montali, L. (1990). Arranjos familiares: o esforço coletivo para viver na Grande São Paulo. *Cadernos de pesquisa*, 72, 58-67.
- Morais, N. A., Koller, S. H., & Raffaelli, M. (2010). Eventos estressores e indicadores de ajustamento entre adolescentes em situação de vulnerabilidade social no Brasil. *Universitas Psychologica*, 9(3), 787-806.
- Moreira, M. C., & Sarriera, J. C. (2008). Satisfação e composição da rede de apoio social a gestantes adolescentes. *Psicologia em estudo*, 13(4), 781-789.
- Moreno, J. L. (1951). *Sociometry, experimental method and science of society*. New York; Beacon House.

- Mosmann, C., Wagner, A., & Féres-Carneiro, T. (2006). Qualidade conjugal: mapeando conceitos. *Paidéia*, 16(35), 315-325.
- Newcomb, M. D. (1990). What structural modeling techniques can tell us about social support. In I. G. Sarason, B. R. Sarason, & G. R. Pierce (Eds.), *Social support: an interactional view* (pp. 26-63). New York: Wiley.
- Nichols, M. P., & Schwartz. (2007). *Terapia familiar: conceitos e métodos*. Porto Alegre: Artmed.
- Paugam, S. (1999). Fragilização e ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. *Serviço Social & Sociedade*, 20(60).
- Paz, F. M., & Colossi, P. M. (2013). Aspectos da dinâmica da família com dependência química. *Estudos de Psicologia*, 18(4), 551-558.
- Penso, M. A., Costa, L. F., Almeida, T. M. C. D., & Ribeiro, M. A. (2009). Abuso sexual intrafamiliar na perspectiva das relações conjugais e familiares. *Aletheia*, (30), 142-157.
- Pesce, R. P., Assis, S. G., Santos, N., & Oliveira, R. D. (2004). Risco e proteção: em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 20(2), 135-143.
- Pfeiffer, L., & Salvagni, E. P. (2005). Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *Jornal de Pediatria*, 81(5), 197-204.

- Polleto, M., & Koller, S. H. (2008). Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos em Psicologia*, 25(3), 405-416.
- Prati, L. E., Couto, M. C. P., & Koller, S. H. (2009). Famílias em vulnerabilidade social: rastreamento de termos utilizados por terapeutas de família. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 25(3), 231-239.
- Ptacek, J. T. (1996). *The role of attachment in perceived support and the stress and coping process*. In G. R. Pierce, B. R. Sarason, & I. G. Sarason (Eds.), *Handbook of social support and family* (pp. 495-520). New York, USA: Plenum Press.
- Rabinovich, E. P. (2002). *Contextos coletivistas de desenvolvimento: uma análise comparativa intracultural*. Em Lordelo, E. R.; Carvalho, A. M. A.; Koller, S. H. (Orgs.). *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento*. São Paulo/ Salvador: Casa do Psicólogo / EDUFBA, 2002, p. 165-204.
- Reichenheim, M. E., Hasselmann, M. H., & Moraes, C. L. (1999). Consequências da violência familiar na saúde da criança e do adolescente: contribuições para a elaboração de propostas de ação. *Ciência e Saúde Coletiva*, 4(1), 109-21.
- Rezende, I. G., Krom, M., & Yamada, M. O. (2003). A repetição intergeracional e o significado atual da deficiência auditiva. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 19(2), 177-184.
- Ristum, M. S. J. O. (2010). A violência escolar no contexto de privação de liberdade. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30(2), 232-247.

- Rizzini, I. & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.
- Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Edições Loyola.
- Romanelli, G. (1986). Famílias de camadas médias: a trajetória da modernidade. *Famílias de camadas médias: a trajetória da modernidade*
- Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20 (2).
- Rovinski, S. L. R. (2004). *Fundamentos da perícia psicológica forense*. São Paulo: Vetor.
- Rutter, M. (1987). Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American Journal of Orthopsychiatry*, 57(3), 316-331.
- Salina-Brandão, A., & Williams, L. C. D. A. (2009). O abrigo como fator de risco ou proteção: avaliação institucional e indicadores de qualidade. *Psicologia: reflexão e crítica*, 22(3), 334-352.
- Samuelsson, M., Thernlund, G., & Ringström, J. (1996). *Using the five field map to describe the social network of children: a methodological study*. *International Journal Behavioral Development*, 19, 327-345.
- Santana, J. J. R. A., Zanin, C. R., & Maniglia, J. V. (2008). Pacientes com câncer: enfrentamento, rede social e apoio social. *Paidéia*, 18(40), 371-384.

- Santos, M. F., & Bastos, A. C. S. (2002). Padrões de interação entre adolescentes e educadores num espaço institucional: ressignificando trajetórias de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15 (1), 45-52.
- Santos, S. S., & Dell’Aglío, D. D. (2009). Revelação do Abuso Sexual Infantil: Reações Maternas¹. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(1), 085-092.
- Santos, A. R., Marin, A. H., & Castoldi, L. (2013). Percepção de mães e adolescentes sobre a violência intrafamiliar por meio da construção do genograma. *Contextos clínicos* 6(2), 174-184.
- Santos, E. C., Paludo, S. D. S., Schirò, E. D. B., & Koller, S. H. (2010). Gravidez na adolescência: análise contextual de risco e proteção. *Psicologia em Estudo*, 15(1), 73-85.
- Satir, V. (1991). *Terapia do Grupo Familiar*. 2ª ed. Trad. A. Nolli. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves.
- Schneider, A. C. N., & Ramires, V. R. R. (2007). Vínculo parental e rede de apoio social: relação com a sintomatologia depressiva na adolescência. *Aletheia*, (26), 95-108.
- Seger, D., & Dell’Aglío, D. (2003). Redes de apoio social como fatores de proteção na adolescência. [Resumo]. *Resumos de comunicações científicas, XII Encontro Nacional da ABRAPSO*. Porto Alegre, RS: ABRAPSO.
- Serrano, S. A. (2008). *O abrigo de criança de 0 a 6 anos de idade em Ribeirão Preto: caracterizando esse contexto*. Tese de doutorado.

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, São Paulo, SP.

Shaw, T. V. (2006). Reentry into the foster care system after reunification. *Children and Youth Services Review*, 28, 375-1390.

Silveira, L. M. D. O. B., & Wagner, A. (2012). A interação família-escola diante dos problemas de comportamento da criança: estudos de caso. *Psicologia da Educação*, (35), 95-119.

Siqueira, A. C. (2009). Escola como parte da rede de apoio de adolescentes em reinserção familiar. *Vidya, Santa Maria-RS*, 29(2), 87-96.

Siqueira, A. C., Betts, M. K., & Dell'Aglio, D. D. (2006). A Rede de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados no Sul do Brasil. *Interamerican Journal Psychology*, 40, 149-158.

Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 71-80.

Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2010). Crianças e adolescentes institucionalizados: desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(3), 407-415.

Siqueira, A. C., Tubino, C. D. L., Schwarz, C., & Dell'Aglio, D. D. (2009). Percepção das figuras parentais na rede de apoio de crianças e adolescentes institucionalizados. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 61(1).

- Sluzki, C. E. (1996). *La red social: frontera de la práctica sistémica*. Gedisa.
- Souza, L. K. D., & Hutz, C. S. (2007). A qualidade da amizade: adaptação e validação dos questionários McGill. *Aletheia*, (25), 82-96.
- Sposati, A. (2009). *Seguridad ciudadana: los múltiples desafíos para la institucionalidad social de América Latina*. In: Fleury, S.; Subirats, J.; Blanco, I. Respuestas locales inseguridades globales. Fundación Cidob, Barcelona, p. 305-346.
- Szymanski, H. (2002). Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. *Revista Serviço Social e Sociedade*, 71, 9-25.
- Tinoco, V., & Franco, M. H. P. (2011). O luto em instituições de abrigo de crianças. *Estudos de Psicologia*, 28(4), 427-434.
- Tomé, G., Camacho, I., Matos, M. G., & Diniz, J. A. (2011). A influência da comunicação com a família e grupo de pares no bem estar e nos comportamentos de risco nos adolescentes portugueses. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 24(4), 747-756.
- Travassos-Rodriguez, F., & Féres-Carneiro, T. (2013). Maternidade tardia e ambivalência: algumas reflexões. *Tempo psicanalítico*, 45(1), 111-121.
- Vilhena, L. M. (2011). *Educadores de abrigo: conhecimentos acerca do desenvolvimento infantil*. Trabalho de conclusão de curso em Serviço Social. Universidade Federal do Pará.

- Xavier, K. R., Conchão, S., & Carneiro Junior, N. (2011). Juventude e resiliência: experiência com jovens em situação de vulnerabilidade. *Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano*, 21(1), 140-145.
- Watzlawick, P., Beavin, J. H., & Jackson, D. D. (1993). *Pragmática da comunicação humana*. São Paulo: Cultrix.
- Wills, T. A. (1985). *Supportive functions of interpersonal relationships*. In S. Cohen & S. L. Syme (Eds.), *Social support and health* (pp. 61–82). New York: Academic Press.
- Wills, T., Blechman, E., & McNamara, G. (1996). *Family support, coping and competence*. In M. Hetherington & E. Blechman (Eds.), *Stress, coping and resiliency in children and families* (pp. 107-133). New Jersey, USA: Lawrence Erlbaum.
- Yin, R. K. (2010). *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. (Daniel Grassi, Trad.). Porto Alegre: Bookman. (Original publicado em 2003).
- Yunes, M. A. M. (2001). *A questão triplamente controvertida da resiliência em famílias de baixa renda*. Tese de Doutorado não-publicada, Programa de Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Yunes, M. Â. M., Arrieche, M. R. D. O., Tavares, M. D. F. A., & Faria, L. C. (2001). *Família vivida e pensada na percepção de crianças de rua em situação*.

Yunes, M. A. M. & Szymanski, H. (2001). *Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas*. Em: Tavares J. (Org.) *Resiliência e Educação*, (pp. 13-42). São Paulo: Cortez.

Zappe, J. G., & Dias, A. C. G. (2012). Violência e fragilidades nas relações familiares: refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei. *Estudos de Psicologia*, 17(3), 389-395.

ANEXOS

Anexo 1: Sistematização das entrevistas da entrevista semiestruturada em categorias temáticas.

Tema: Compartilhar problemas com a família atual	
Mãe: Alice (caso I)	<p>“Cada um na sua”</p> <p>“Na minha família ninguém tem intimidade para compartilhar seus problemas”</p> <p>“Não aceito ninguém se meter na minha vida, quando isso acontece é briga na certa. O povo lá de casa já sabe que eu não tenho saco pra bla bla bla, assim como eles também não tem”.</p>
Adolescente: Evaristo (caso I)	<p>“...minha família eu não posso contar com muita coisa, o povo lá é muito estressado e brigões”.</p>
Avó: Glória (caso II)	<p>“Os problemas de casa só converso com meu marido. Minha vida não interessa pra ninguém, não confio em ninguém, gosto de ficar na minha”</p>
Adolescente: Raissa (caso II)	<p>“...minha guerra sempre foi com a mamãe, já brigamos muito, depois foi com meu padrasto, detesto aquele cara e para piorar não me dei bem com a vovó”</p>
Mãe: Roberta (caso III)	<p>“Converso muito com minha irmã e minha filha, Rosa é uma verdadeira mãe pra mim e minha filha tem sido uma grande amiga”</p> <p>“Somente minha irmã tem o direito de chamar minha atenção”</p>
Adolescente: Jeová (caso III)	<p>“Tio, eu converso muito com minha mãe, apesar da briga que tivemos, ela é muito legal e carinhosa, ela que me ajuda com tudo”</p> <p>“A única pessoa que detesto é o velho (avô paterno), ele é o conflito que eu sempre tive e sempre vou ter”</p>
Adolescente: Jéssica (caso III)	<p>“Eu sempre converso com a minha mãe, a gente já brigou muito, mas a gente se entende. Ela é a pessoa que eu mais amo no mundo e a única que eu falo as minhas coisas”</p> <p>“Como já te falei, sempre briguei com meu avô, ele é muito mal”</p> <p>“só converso com minha mãe”.</p>
Mãe: Fátima (caso IV)	<p>“Não comunico nada com os meus parentes, não quero nem papo com aquele povo. Quando acontece algo em casa, fica só entre a gente mesmo, minha família é só problema menino”</p>
Adolescente: Arthur (caso IV)	<p>“...espero a mamãe vir me visitar para falar minhas coisas pra ela”</p>

Tema: Parentes e outras pessoas que interferem nas relações pessoais	
Mãe: Alice (caso I)	<p>“Esse tipo de relação não existe, é cada um no seu quadrado, Acho melhor assim, pelo menos a gente evita fofoca, conversinha”</p> <p>“Não me vejo saindo de casa, para ir bater papo na porta de vizinho, tenho mais o que fazer”.</p>
Adolescente: Evaristo (caso I)	<p>Nenhuma citação na entrevista referente a esta categoria.</p>
Avó: Glória (caso I)	<p>“Não tenho relação com esse povo. Só sei que os vizinhos</p>

II)	tinham muita pena de mim, por causa da minha relação com a Raissa, passei muita vergonha por causa dessa menina”. “A única pessoa que eu aceito se meter na minha vida, é meu marido”
Adolescente: Raissa (caso II)	Nenhuma citação na entrevista referente a esta categoria.
Mãe: Roberta (caso III)	“Me dou muito bem com a minha vizinha, ela me ajuda muito, dá conselho e às vezes me dá o dinheiro da passagem para eu visitar os meus filhos no abrigo”
Adolescente: Jeová (caso III)	Nenhuma citação na entrevista referente a esta categoria.
Adolescente: Jéssica (caso III)	Nenhuma citação na entrevista referente a esta categoria.
Mãe: Fátima (caso IV)	“Olha meus vizinhos nem fede, nem cheira. Não tenho problemas com nenhum deles, mas também não quero intimidade. As únicas pessoas com quem eu converso é com minha amiga Joana e com a minha pastora, nossas relações são de confiança, sei que posso contar com elas duas” “Nem pensar, não gosto nem que meu marido mande em mim, quanto mais pessoas que nem me sustentam, lá em casa eu que dou o grito mais alto”
Adolescente (caso IV)	Nenhuma citação na entrevista referente a esta categoria.

Tema: Relação com a instituição	
Mãe: Alice (caso I)	“Esse pessoal aqui me entende quando eu não venho, gosto deles, sempre me ligam. Nunca me trataram mal”.
Adolescente: Evaristo (caso I)	“Olha, depende muito, quando estou mal, mal de sentimento, recorro ao tio Leonardo. Ele sempre conversa comigo, na verdade qualquer necessidade que eu tenho falo com ele, sabe como é? Ele é que responsável por mim aqui” “Aqui no abrigo converso muito com o Yan (parceiro de dormitório), mas não chego a falar das minhas coisas, quando quero falar algo falo com a tia Paula (assistente social) ou com o tio Leonardo” “Não tenho problema com ninguém agora, sou um cara tranquilo. Agora antes de eu vim pra cá, brigava muito com a mamãe, ela me batia e me dá raiva e saia de casa. Fiquei vários dias fora, até que um dia eu fui para no abrigo”.
Avó: Glória (caso II)	“Não existe relação”.
Adolescente: Raissa (caso II)	“As pessoas que eu divido meus problemas é a Ayla (assistente social da instituição) e o Ravi (psicólogo do projeto), só eles dois me entendem” “Antes daqui não contava com ninguém, agora tenho com quem conversar que são os dois que te falei a Ayla e o Ravi”. “Aqui no abrigo às vezes brigo com alguma menina, mas nada

	sério coisa passageira”.
Mãe: Roberta (caso III)	“Gosto muito daqui, o pessoal quer que eu esteja sempre presente, eles sempre me ligam e são bem simpáticos comigo. Até meus filhos gostam daqui”.
Adolescente: Jeová (caso III)	Nenhuma citação na entrevista referente a esta categoria.
Adolescente: (caso III)	Nenhuma citação na entrevista referente a esta categoria.
Mãe: Fátima (caso IV)	“Esse pessoal daqui é muito educado, não tenho do que reclamar. Eles sempre procuram me entender, não me tratam mal e percebo que eles gostam e cuidam direito do Arthur”
Adolescente (caso IV)	“Aqui no abrigo eu falo com alguma das tias às vezes...”

Tema: percepção do adolescente antes do acolhimento	
Evaristo (caso I)	“Com os moleques lá de perto de casa, a gente brincava muito, tomava banho de chuva, até brigava, mas depois passava. Bom tempo esse, dá até saudade” “Era a melhor parte do meu dia quando eu estava na rua brincando com meus colegas, porque quando eu chegava em casa era só porrada”.
Raissa (caso II)	“Eu me relacionava bem comigo mesma, porque em casa era só barraco, brigava muito com minha avó, até bati nela. Minha mãe nunca nos demos bem, ele nunca gostou de mim e eu nunca gostei dela. Tive pouco contato com meus irmãos e nunca fui de muitos amigos”.
Jeová (caso III)	“Por incrível que pareça, eu me relacionava melhor com minha irmã Jaqueline, ela é chata, mas é cuidadosa, gostava muito do meu tio também, a gente se dava bem”. “Na verdade divido meus problemas com minha mãe, antes não fazia isso com ninguém ficava na minha”
Jéssica (caso III)	“Com as meninas lá perto de casa, a gente brincava muito, eu só não brincava quando o velho (avó paterno) começava a frescar”
Arthur (caso IV)	“Antes de eu vim pra cá, me dava melhor com os moleques de lá de perto de casa, a gente brincava muito, era legal”

Anexo 2: Formulário de Caracterização dos Adolescentes

1

FORMULÁRIO PARA CARACTERIZAÇÃO DOS ADOLESCENTES

DATA: _____	ENTREVISTADOR: _____	CÓDIGO: _____
NOME DA INSTITUIÇÃO: _____		MUNICÍPIO: _____

IDENTIFICAÇÃO DO ADOLESCENTE

A. Dados Pessoais:

1. Nome: _____
2. Sexo: Feminino Masculino
3. Data de Nascimento: _____ Naturalidade: _____
4. Endereço: _____ Bairro: _____
5. Zona: Rural Urbana Município: _____ Estado: _____
6. Tem o nome do pai no registro civil? Não Sim
7. Possui Documentação
- ID CPF Certidão de nascimento Carteira de trabalho
- Título de Eleitor Outros
8. Religião
- Sem religião Católico Protestante Evangélica Espírita
- Umbandista Candomblé SI Outra: _____

B. Dados Escolares:

9. Escolaridade: Estuda Não estuda
10. Série que cursa: _____
11. Se não estuda, em que série parou: _____
12. Ano que parou: _____
- Por quê? _____
13. Escola: Pública Privada
14. Já foi reprovado? Não Sim. Em caso positivo, quantas vezes? _____
15. Já foi expulso de alguma escola? Não Sim. Em caso positivo, quantas vezes? _____
16. Motivo da expulsão? _____

C. Dados familiares:

17. Estado Civil
- Solteiro Casado Morava junto
- Outros: _____
18. Possui filhos: Não Sim Em caso positivo, quantos? _____ Idade do (s) filho (s): _____
19. Caso tenha filho (s) mora com quem atualmente? _____
20. O filho (s) possui o nome do pai no registro civil? Não Sim
21. O filho (s) recebe algum tipo de bolsa auxílio (bolsa escola, bolsa alimentação, etc.)?
- Não Sim
22. Se sim, qual? _____ Valor do benefício: _____
23. O adolescente ou a sua família recebe algum tipo de bolsa ou auxílio (bolsa escola, bolsa alimentação, etc.)?
- Não Sim
24. Se sim, qual? _____ Valor do benefício: _____

D. Dados profissionais:

25. Participou ou participa de curso profissionalizante
- Não Sim Em caso positivo, qual (ais)? _____
26. Quais as opções a seguir que estão relacionadas com a situação de trabalho remunerado do adolescente:
- Nunca trabalhou Já trabalhou, mas não trabalha atualmente

1 Próprio=P; Alugado = A; Cedido = C; Rua = R; Sem informação = SI; Outro = O (especificar)
2 Alvenaria=A; madeira= M; taipa = T; mista=MT; Sem informação = SI; Outro = O (especificar)
3 Olhão=O; Gato=G; Motor=M; Sem informação = SI; Outro = O (especificar)
4 Cosanpa=C; Poço=P; Sem informação = SI; Outro = O (especificar)

PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

A) Dados sobre a situação jurídica e institucional.

A.1.) Situação Atual:

38. Data em que deu entrada na instituição: _____ SI
39. Motivo(s) que justificou (aram) seu encaminhamento (Vara da Infância e Juventude) a instituição
- Abandono por parte dos pais e/ou responsáveis
- Negligência familiar
- Situação de rua (família de rua, etc.)
- Pobreza e/ou vulnerabilidade social dos pais e/ou familiares
- Violência física (punições, torturas, confinamento, etc.)
- Violência sexual (abuso sexual e estupro)
- Pai, mãe ou pais alcoólatras ou dependentes de outras drogas
- Pai, mãe ou pais presidiários
- Pai, mãe ou pais portadores de doença mental; necessidades especiais; doenças graves ou crônicas.
- Outros: _____
40. Qual o motivo que a equipe técnica da instituição aponta _____

41. Procedência do encaminhamento: _____

42. Permanência de irmãos na instituição

Não Sim SI

43. Em caso positivo, especifique:

Nome	Sexo	Idade	Tempo de permanência

44. Visitas

	Sim	Não	Periodicidade ¹	Nº de Visitas/ Frequência
Mãe				
Pai				
Outros Parentes (Especificar)				
Comunidade (Especificar)				

¹ D = diariamente; S = semanalmente, M = mensalmente, Q = quinzenalmente

SI = Sem informação

45. Desligamento da instituição:

Data: _____ Destino: _____

Motivo: _____

Idade que foi desligada: _____

A.2.) Histórico de Institucionalização

46. Primeira institucionalização: Não Sim SI
47. Idade em que foi institucionalizada pela primeira vez: _____
48. Permanência em outra instituição de proteção especial?
 Não Sim Sem informação
49. Caso a resposta seja sim, qual o nome da instituição? _____
-
50. Número de vezes em que deu entrada na instituição atual
 Uma Duas Três Mais de três SI
51. Data em que deu entrada pela primeira vez na instituição atual: _____
52. Tempo de permanência? _____
53. Data em que deu entrada pela segunda vez na instituição: _____
54. Idade em que deu entrada pela segunda vez na instituição? _____
55. Tempo de permanência na instituição da segunda vez? _____
56. Qual a soma do tempo de permanência em instituições de proteção especial desde a primeira vez em que foi atendido? _____
57. Já cumpriu alguma medida sócio-educativa? Não Sim SI
58. Em caso positivo, qual? _____
59. Nome da instituição: _____
60. Já se envolveu em algumas das situações abaixo? (Marque mais de uma, se for o caso)
- Envolvimento em brigas com agressão física/violência contra pessoas
 - Destruição de propriedade
 - Envolvimento em pichação
 - Furtou algo
 - Roubou alguém
 - Vendeu drogas
 - Outra. Qual? _____

B) Dados sobre a saúde do adolescente

61. Possui o "Cartão do SUS"? Não Sim SI
62. Intercorrências na gestação: Não Sim SI
- Normal Operatório Fórceps
 - Pré-termo A termo Pós-termo
 - SI
63. Possui algum familiar que usa drogas? Não Sim SI
64. Se a resposta for sim, qual?
 Drogas lícitas (bebida alcoólica, cigarro) Drogas ilícitas (*crack*, cocaína, cola)
65. Distúrbios na fala (atraso, dislexia, etc):
 Não Sim SI
66. Em caso afirmativo, qual: _____
67. Distúrbios visuais (baixa visão, cegueira, etc):
 Não Sim SI
68. Em caso afirmativo, qual: _____
69. Distúrbios auditivos (baixa audição, surdez, etc):
 Não Sim SI
70. Em caso afirmativo, qual: _____
71. Deficiência física (paralisia, mutilações, etc): _____

Não Sim SI

72. Em caso afirmativo, qual: _____

Identificar outras: _____

73. Restrições na dieta: Não Sim SI

74. Uso de medicação controlada: Não Sim SI

75. Em caso afirmativo, qual: _____

76. Quando o adolescente chegou a instituição apresentava sintomas de alguma doença?

Gripe/resfriado Bronquite/asma Amidalite Pneumonia Sarampo

Rubéola Varicela Escabiose Diarreia Otite

Hepatite Desnutrição Pediculose

Alergias Doença crônica (diabetes, câncer, insuficiência renal, etc.)

Doença sexualmente transmissível SI

Outras: _____

77. Quando o adolescente chegou à instituição apresentava lesões corporais?

Não Sim SI

78. Se caso a resposta for sim, quais os tipos de lesões relatadas? _____

79. Quando o adolescente chegou à instituição apresentava alterações de ordem emocional (timidez excessiva, agressividade, estado de choque, hiperatividade, apatia, etc.)?

Não Sim SI

80. Em caso afirmativo, qual (is)? _____

81. Doenças durante a sua permanência na Instituição:

Gripe/resfriado Amidalite Bronquite/asma Pneumonia Sarampo

Rubéola Varicela Escabiose Diarreia Otite

Hepatite Desnutrição Pediculose Alergias SI

Outras: _____

As questões 82 a 88 destinam-se a adolescentes do sexo feminino que já estiveram ou estão grávidas.

82. Faz uso de métodos contraceptivos? (Marque mais de 1 se for o caso)

Não Sim SI

83. Se a resposta for sim, qual? _____

84. Já esteve grávida? Não Sim Quantas vezes? _____

85. Que idade tinha quando engravidou na primeira vez? _____

86. Quantos filhos (as) vivos (as) têm? _____

87. Já teve algum aborto:

a) Antes do período de institucionalização? Não Sim SI

Quantas vezes? _____ Natural _____ Provocado _____

b) Durante o período de institucionalização? Não Sim SI

Quantas vezes? _____ Natural _____ Provocado _____

88. Aleitamento natural do filho: Não Sim SI

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ - ICS/



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO DO PARÁ: ROTINAS E PRÁTICAS DE CUIDADO

Pesquisador: Lília Iêda Chaves Cavalcante

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 18184714.3.0000.0018

Instituição Proponente: Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará - ICS/ UFPA

Patrocinador Principal: CONS NAC DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 568.256

Data da Relatoria: 25/03/2014

Apresentação do Projeto:

Abebera-se em elementos históricos para apontar o fato de que crianças e adolescentes tem sido acolhidas em instituições "asilares" em face de condições sócio-econômicas, privando-os da convivências familiar e comunitária por largo período de suas vidas. O projeto em foco visa contribuir com o "debate em torno de características específicas desse ambiente institucional e da qualidade das relações que a criança, o adolescente na faixa etária de zero a seis anos, e os educadores que com ele lidam conseguem estabelecer entre si". Os sujeitos serão selecionados em seis regiões: Região Metropolitana de Belém (RMB), Região Guamá (RG), Região Caeté (RC) e Região do Tocantins (RT). Ressalta-se que este estudo terá acompanhamento e responsabilidade dos alunos e professores do Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED), vinculado Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Frisa a Pesquisadora responsável que o trabalho teve início em 2004 e se consolidou a partir de 2008, sendo hoje redimensionado para envolver projetos organizados em torno dos seguintes eixos temáticos: crianças, educadores, corpo técnico, famílias e comunidade. Assim, com esta pesquisa visa-se dar relevo à discussão de aspectos presentes na definição do abrigo como contexto de desenvolvimento para crianças e adolescentes. Os estudos uma vez concluídos poderão oferecer um mapeamento dos serviços de acolhimento desenvolvidos nas microrregiões localizadas em pontos estratégicos do território paraense; um perfil das crianças e adolescentes

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01-SI do ICS 13 - 2º and.
Bairro: Campus Universitário do Guamá **CEP:** 66.075-110
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ - ICS/



Continuação do Parecer: 568.256

que vivem nas entidades de acolhimento presentemente; um quadro comparativo das rotinas e práticas nos distintos ambientes citados, a partir de critérios descritores da qualidade do cuidados. Assim, o estudo se apresenta como descritivo exploratório, do tipo transversal, com abordagem quantitativa e qualitativa dos dados coletados através de questionários, de entrevista semiestruturada e descrição das rotinas e práticas de cuidado observadas no ambiente institucional.

Objetivo da Pesquisa:

Caracterizar instituições de acolhimento de crianças e adolescentes e praticas de cuidados presentes em quatro regiões do Estado do Pará. Para tal, deve-se levantar e mapear as instituições de acolhimento das crianças e adolescentes e de suas famílias em situação de vulnerabilidade social; conhecer o perfil de tais cidadãos pelos fatores sociodemográficos e sociopsicológicos; descrever e destacar as rotinas e práticas de cuidados dos sujeitos da pesquisa. Em relação aos objetivos perseguidos ressalta-se a relevância da pesquisa uma vez que partindo do referencial teórico os asilados têm os seus direitos constitucionalmente garantidos justificando a execução do projeto em perquirir sobre os cuidados que lhes estão sendo dispensados.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O estudo se apresenta como descritivo exploratório, do tipo transversal, com abordagem quantitativa e qualitativa dos dados coletados através de questionários, de entrevista semiestruturada e descrição das rotinas e práticas de cuidado observadas no ambiente institucional. Não há riscos de monta salvo o que possa decorrer do impacto da abordagem, dependendo sempre da atuação do pesquisador, todavia este pretende partir de uma ambiência como preparo para o início da coleta dos dados resguardando-se, sempre, o sigilo. Acerca do assunto o projeto não é omisso posto que enfatiza que em face de "situação conhecida como de risco serão tomados os cuidados para reparar as falhas ou os equívocos". Salienta-se que uma vez ocorrido o dano resultante do risco o dever é reparar. Assim, haverá mais benefícios do que eventuais riscos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa tem relevância posto que considera-se uma via de resgate da grande parcela da "jovem" desassistida - 41,6% da população, consoante índice apontado pelo pesquisador. Assim, há equidade, beneficência segundo expõe o projeto.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória atendem os requisitos da Resolução CONEP 466/12,

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01-SI do ICS 13 - 2º and.
Bairro: Campus Universitário do Guamá **CEP:** 66.075-110
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ - ICS/



Continuação do Parecer: 568.256

estando o TCLE adequado, a autorização e recomendação para a realização da pesquisa está de acordo com as exigências da norma supra citada.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto somos pela aprovação do protocolo. Este é nosso parecer, SMJ.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

BELEM, 26 de Março de 2014

Assinador por:

Wallace Raimundo Araujo dos Santos
(Coordenador)

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01-SI do ICS 13 - 2º and.

Bairro: Campus Universitário do Guamá **CEP:** 66.075-110

UF: PA **Município:** BELEM

Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

Anexo 04: Folha de Registo do Mapa de Cinco Campos

FOLHA DE REGISTRO

Nome da criança:

Data:

Idade:

Família: *Ordem de escolha:* 1º. 2º. 3º. 4º. 5º. Satisfação / Insatisfação no campo

Nome	Idade	Relação com o respondente	Presença de conflito	Presença de rompimento	Observações
1.					
2.					
3.					
4.					
5.					
6.					
7.					
8.					
9.					
10.					

Parentes: *Ordem de escolha:* 1º. 2º. 3º. 4º. 5º. Satisfação / Insatisfação

Nome	Idade	Relação com o respondente	Presença de conflito	Presença de rompimento	Observações
1.					
2.					
3.					

Escola: *Ordem de escolha:* 1º. 2º. 3º. 4º. 5º. Satisfação / Insatisfação

Nome	Idade	Relação com o respondente	Presença de conflito	Presença de rompimento	Observações
1.					
2.					
3.					

Amigos: *Ordem de escolha:* 1º. 2º. 3º. 4º. 5º. Satisfação / Insatisfação

Nome	Idade	Relação com o respondente	Presença de conflito	Presença de rompimento	Observações
1.					
2.					
3.					

Contatos Formais: Ordem de escolha: 1º. 2º. 3º. 4º. 5º. Satisfação / Insatisfação

Nome	Idade	Relação com o respondente	Presença de conflito	Presença de rompimento	Observações
1.					
2.					
3.					

Anexo 05: **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

(Baseado na resolução Nº. 466 de 2012 do Conselho Nacional de Saúde)

Você é convidada para participar, como voluntária, na pesquisa: **Dinâmicas familiares e rede de apoio social de adolescentes em acolhimento institucional e de seus familiares**. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua, e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizada. Em caso de dúvida você pode procurar o pesquisador.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Esta pesquisa científica, está sendo realizada pelo discente do Programa de Pós Graduação em Psicologia EDSON JÚNIOR SILVA DA CRUZ com orientação do Professor JANARI DA SILVA PEDROSO e co-orientação da Professora Lilia Ieda Chaves Cavalcante, da Universidade Federal do Pará, e tem como objetivo analisar as dinâmicas familiares e as percepções de adolescentes em acolhimento institucional e de seus familiares sobre sua rede de apoio social. Tal estudo prevê a participação dos adolescentes e de seu principal membro da família de origem. A coleta de dados envolve a realização de uma entrevista semiestruturada com perguntas abertas, sendo estas gravadas e transcritas posteriormente, a aplicação do instrumento Mapa dos Cinco Campos que avalia aspectos relacionados as redes de apoio social e o genograma que será utilizado somente com as famílias desses adolescentes, que irá buscar a história de vida dos mesmos. Sua participação não implica em nenhum risco, gasto ou ganho financeiro. Os dados coletados serão utilizados para a elaboração da dissertação do discente, sendo que quando da publicação sua identidade será preservada e em nenhuma hipótese serão divulgados dados que permitam a sua identificação, guardando assim o absoluto **sigilo das informações pessoais tanto dos adolescentes quanto de seus familiares bem como das pessoas citadas**. O benefício desta pesquisa será a contribuição para novas pesquisas, que poderão estar relacionadas ao tema da psicologia. Você poderá desistir de participar a qualquer momento deste estudo, mesmo que já tenha iniciado a entrevista. Todo o material desta pesquisa ficará sob a guarda do pesquisador responsável durante o período de análise e depois será destruído. Dados individuais sobre os participantes da pesquisa não serão informados às instituições envolvidas e nem aos familiares.

Esta pesquisa não apresenta nenhum risco à sua integridade física ou psicológica visto que não manipula fármaco e durante a coleta de dados você poderá se expressar livremente.

Pesquisador responsável:

Data: ____/____/____

EDSON J. SILVA DA CRUZ. Celular 8234-3462 Email: edsoncruzufpa@gmail.com

CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO:

Declaro que li as informações acima sobre a pesquisa e que me sinto perfeitamente esclarecida sobre o conteúdo da mesma, assim como seus riscos e benefícios. Declaro ainda que por minha livre vontade, aceito participar da pesquisa cooperando com as informações necessárias.

NOME: _____

Belém, ____/____/____

Assinatura da participante: _____

Anexo 06: Autorização Judicial



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA ESTADUAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - CEIJ
Rua Cel. Fontoura, salas 01/02, Cidade Velha, CEP 66015-260, Belém-PA. Fone: 3205-2716
site: www.tjpa.jus.br/cej - e-mail: cej@tjpa.jus.br



Ofício nº 074/2013-CEIJ

Belém (PA) 30 de abril de 2013.

À Profª e Drª
LILIA IÊDA CHAVES CAVALCANTE
Professora do Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do
Comportamento da UFPA.

Senhora Professora,

Honrado em cumprimentá-la, utilizo-me deste expediente para me reportar a sua solicitação enviada a Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (CEIJ), de apoio a Pesquisa “Instituições de Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Quatro Regiões do Estado do Pará: Perfil, Rotinas e Práticas de Cuidado”.

Parabenizando-a pela iniciativa, registro que a CEIJ fornecerá apoio à pesquisa, diligenciando no sentido de, recomendar aos juizes das comarcas situadas na área de abrangência da pesquisa, que contribuam para o acesso da equipe de pesquisadores às instituições de acolhimento de crianças e/ou adolescentes e autorizem os servidores das equipes interprofissionais das Varas de Infância e Juventude a contribuírem na coleta dos dados necessários ao referido estudo, considerando o que estabelece a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Atenciosamente,


Des. JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO
Coordenador da CEIJ